

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JULIANA SEGATO TAMIÃO

*Escritas Feministas: os jornais
Brasil Mulher, Nós Mulheres e
Mulherio (1975-1988)*

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Juliana Segato Tamião

Escritas Feministas: os jornais

Brasil Mulher, Nós Mulheres e

Mulherio (1975-1988)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Yvone Avelino Dias.

SÃO PAULO
2009

BANCA EXAMINADORA

_____ - ____ de _____ de _____

Ao meu pai Jurandir Tamião e à minha mãe Ivania Tamião pelo amor incondicional e pelas sábias lições de vida plantadas no meu coração.

Aos meus irmãos Italo e Talita pelo amor e alegria do convívio.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa depende da boa vontade e colaboração de muitas pessoas... Agradeço:

A meu pai Jurandir e a minha mãe Ivania que sempre incentivaram meus estudos e me ensinaram o principal - algo que os estudos não ensinam - viver a vida de forma honesta e digna. Verdadeiros exemplos de persistência e luta constante por seus sonhos e objetivos de vida, a eles minha eterna gratidão e todo o meu amor.

Aos meus irmãos Italo e Talita que sempre acreditaram em meus estudos, e que são verdadeiras inspirações na minha vida.

Ao Luiz, pela ajuda com as imagens, e (pelo “tráfego” dos livros distantes) a Bia, por sua preocupação e carinho.

A minha orientadora Professora Doutora Yvone Dias Avelino, pelo conhecimento compartilhado, incentivo constante e apoio em todos os momentos difíceis no caminho até a conclusão desta dissertação.

Aos Professores da graduação e da Pós-Graduação do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), meu agradecimento pelo apoio e pelas valiosas aulas.

Em especial, à Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias, pelo incentivo e pelas lições enriquecedoras principalmente sobre estudo de gênero.

Às Professoras Doutora Heloisa de Faria Cruz e Doutora Maria Izilda Santos de Matos, pelas críticas e sugestões apresentadas durante o exame de qualificação, que muito contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Às minhas queridas primas Daiane, Fernanda, Marcela, Adriana, Caroline, Bruna, Carla, Camila e Eduarda, pelo apoio, incentivo e preocupação, mas também pela compreensão durante minhas ausências em Tupi, nos tão esperados feriados.

Aos velhos amigos dos primeiros anos de faculdade Eduardo, Caroline e Talita, pela amizade sincera, e, em especial, ao Estevão, querido e inseparável amigo, que muito contribuiu para esta dissertação, ao me ajudar no levantamento de fontes. Sem seu auxílio, tudo teria sido mais difícil.

A Rosana Eva que, desde quando esta dissertação não passava de um esboço para o projeto de mestrado, esteve presente incentivando com suas contribuições sempre pertinentes e elucidativas.

A Silvana, sempre alegre, que teceu comentários esclarecedores.

Agradeço também a todos os colegas de mestrado, Edgar, Enny, Samantha, Eliane, Maria José, Joana, Marcos e Elias, pelos agradáveis momentos compartilhando as respectivas pesquisas, trocando sugestões bibliográficas ou apenas batendo papo nos corredores.

A Sonia Linhares que, cuidadosamente, realizou a revisão de texto.

Ao CAPES e CNPq pelo apoio institucional e financeiro prestado para a realização desta dissertação de mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo recuperar parte da história do movimento feminista no Brasil expresso na imprensa alternativa, veículo em que, apesar do governo militar e da censura imposta por ele, a manifestação de idéias e falas não foi totalmente silenciada. Procuramos analisar o feminismo expresso na imprensa alternativa feminista nacional. Para tanto, os jornais selecionados foram: *Brasil Mulher* (1978 – 1980), *Nós Mulheres* (1976 – 1978) e *Mulherio* (1981 -1988). Tentou-se resgatar as tensões sociais enfrentadas por aquela imprensa e, dentro daquele contexto, os fundamentos teóricos metodológicos utilizados pelos jornais como um todo e depois, em especial, no debate acerca das “políticas do corpo”.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa alternativa, feminismo, gênero, movimento social, corpo feminino.

ABSTRACT

This dissertation seeks for recovering parts of the feminist movement history in Brazil in the alternative press, media vehicle that created ideas and speeches that were not completely silenced by the military government and its imposed censure. We analyzed the feminism in the national alternative feminist press by selecting the following: *Brasil Mulher* (1978 – 1980), *Nós Mulheres* (1976 – 1978) and *Mulherio* (1981 -1988). We tried to recover the social tensions faced by that press and, in that context, the theoretic methodological bases used by the newspapers as a whole and especially in the debate about “body politics”.

KEY WORDS: alternative press, feminism, gender, social movement, female body.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Contracapa. <i>Brasil Mulher</i> , nº 9. 1977.....	62
Imagem 2 – Capa <i>Revista Claudia</i> . Ano VII, agosto, 1967.....	73
Imagem 3 – Propaganda Avon. <i>Revista Claudia</i> . Ano II, dezembro, 1962.....	74
Imagem 4 – Capa <i>Brasil Mulher</i> . Ano 1. n.0. Londrina, 1975.....	76
Imagem 5 – Capa <i>Brasil Mulher</i> . Ano 1. n.1. Londrina, 1975.....	77
Imagem 6 – Capa <i>Brasil Mulher</i> . Ano 1. n.3. São Paulo, 1976.....	79
Imagem 7 – Capa <i>Brasil Mulher</i> . Ano 1. n.4. São Paulo, 1976.....	80
Imagem 8 – Capa <i>Brasil Mulher</i> . Ano 2. n.8. São Paulo, 1977.....	81
Imagem 9 – Capa <i>Mulherio</i> . ano 3. n.17. São Paulo: <i>Fundação Carlos Chagas, 1984</i>	82
Imagem 10 – Capa <i>Mulherio</i> . Ano1, n.3. São Paulo: <i>Fundação Carlos Chagas, set./out. 1981</i>	83
Imagem 11 – Capa <i>Mulherio</i> . <i>Mulherio</i> . Ano 2. n.5. São Paulo: <i>Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982</i>	84
Imagem 12 – Imagem 12 – Contracapa <i>Brasil Mulher</i> , nº 13. 1978.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de imprensa.
BEMFAM - Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar.
BR - Brasil Mulher.
FCC - Fundação Carlos Chagas.
NM - Nós Mulheres.
M - Mulherio.
ONU - Organização das Nações Unidas
S./P. Sem paginação.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....12

1º Capítulo:

O feminismo impresso em jornais:

Tensões sociais a cerca da imprensa alternativa feminista.....22

2º Capítulo:

Em Busca de Espelhos Reais.....57

3º Capítulo:

O feminismo na Luta pelo Corpo.....93

Considerações Finais.....125

Arquivos consultados e Fontes.....130

Bibliografia.....132

Considerações Iniciais

Segundo Maria Pedro, o feminismo como movimento social tem vivido “ondas”¹. Esse enquadramento está baseado nos períodos de maior expressão das reivindicações realizadas principalmente por mulheres, pois assim como a História, também a história do movimento de mulheres não é linear.²

Em cada uma dessas “ondas”, encontramos problemáticas e questionamentos diferentes. Na “primeira onda”³, que surgiu no final do século XIX, os primeiros passos foram dados em busca da emancipação feminina enquanto cidadãs, através da luta pelo voto, por iguais oportunidades na educação e por igualdade civil.⁴

A “segunda onda”⁵ feminista surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1960 e 1970⁶, e esteve vinculada ao cenário de efervescência

¹ PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *Revista História*. Vol.24. n.1. Franca, SP: Editora UNESP, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004 & lng=en&nrm=iso>.

² “No Brasil, desde o fim do século passado, sinhás e iaiás publicaram jornais femininos, em que se preocupavam, sobretudo com a possibilidade de se educar profissionalmente, para que se pudessem tornar independentes dos maridos, conhecer melhor a realidade, educar melhor os filhos. Mais tarde, as várias correntes de feminismo se desenvolvem: questionam-se desde os problemas da educação feminina até os da posição legal da mulher, além de relações familiares, privilégios profissionais e, finalmente, a questão do voto.” LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. Brasiliense, 1990. p. 209 – 214.

³ Sobre feminismo ver: ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.; PINTO, Céli Regina, J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.; RAGO, Margareth. “Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996. Sobre a primeira onda, mais especificamente sobre Berta Lutz ver: SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres/ EDUNISC, 2006.

⁴ LOBO, Elisabeth Souza. Op. cit. 1990. p. 209.

⁵ Sobre o assunto ver: ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol.5. Porto: Afrontamento. 1991.

⁶ “Nos anos 60, em meio à prosperidade do pós- guerra, mas também em plena Guerra Fria, reage parte significativa da juventude contra a repressão e o controle ostensivo de que se considerava refém. A desilusão com os valores do mundo capitalista, mas também com o “socialismo real”, era marca para qual, especialmente no Ocidente, muito contribuíram as idéias de Herbert Marcuse, cujas obras, entre elas *Eros e civilização*, tornaram-se emblemáticas. Assim, toma vulto a marcha em prol de um mundo novo, de uma utopia que, iniciada nos Estados Unidos, posteriormente estourou com mais intensidade em outras partes do mundo, como a França e a Alemanha, mas que também na América Latina e na porção socialista esteve presente. É o sonho libertário que se busca, por meio de uma nova concepção de política e de cultura que concilie justiça social e liberdade, arte e vida. Em suma, emerge a célebre rebelião contracultural dos anos 60, propondo uma

política e cultural que emergiu principalmente nos Estados Unidos e Europa. Os movimentos sociais desse período trouxeram à tona questionamentos sobre a estrutura da sociedade, o modelo econômico capitalista, os costumes, os padrões de estrutura familiar, etc. De forma geral, no ocidente esse feminismo “deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres”. Naquele momento, a palavra de ordem era: “o pessoal é político.”⁷

Esta dissertação⁸ tem como perspectiva refletir a produção escrita feminista dessa “segunda onda”⁹, a partir da produção de jornais feministas no Brasil, tendo como recorte 1975–1988, período de existência dos jornais selecionados.¹⁰ Para tal tarefa, fundamentamo-nos nos seguintes jornais alternativos feministas: *Brasil Mulher* (1975 – 1980), *Nós Mulheres* (1976- 1978) e *Mulherio* (1981-1988) que se constituíram em manifestações importantes das práticas feministas no Brasil.

série de mudança no plano da criação literária, artística, do comportamento individual e da atuação política, descendente em linha direta da beat generation dos anos 50.” SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002.p 254.

⁷ “*Afirmavam que as relações que se estabelecem na intimidade dos lares eram relações de poder e deveriam ser levadas para o espaço público para serem legisladas. Veja-se o caso da contracepção, do aborto, da violência doméstica que exigem legislação.*” PEDRO, Joana Maria. Op. cit 2005. s/p.

⁸ O projeto inicial desta dissertação pretendia trabalhar também com a revista Claudia, a partir da coluna de Carmen da Silva, A arte de Ser Mulher, pois foi a partir desse material que surgiu a idéia de trabalhar o feminismo. No entanto, preferi delimitar as fontes apenas aos jornais: Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio, este último por sugestão da Professora Maria Odila Leite da Silva Dias.

⁹ É preciso salientar que esses jornais são apenas algumas expressões de imprensa alternativa feminista, como também é preciso esclarecer que além desses grupos que se expressaram através de jornais existiram outros grupos que debatiam assuntos a partir da perspectiva feminista. Sobre o assunto ver: PINTO Céli Regina, J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.: GOLDBERG, Annette. “Feminismo no Brasil contemporâneo: O percurso intelectual de ideário político”. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n.28. Rio de Janeiro: ANPOCS; Vértice, 2º semestre de 1989.: SARTI, Cynthia A. “O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisando uma trajetória”. *Estudos Feministas*. Vol.12. n.2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, maio/agosto 2004.: MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.: PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos feministas em Santa Catarina - Década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006.

¹⁰ Segundo Cardoso, em sua pesquisa sobre imprensa feminista pós 1974, foram encontrados mais de 80 jornais feministas. CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004. p.11.

É importante ressaltar que o surgimento desses jornais esteve inserido no contexto da ditadura militar no Brasil. A década de 1960 “desde o começo foi de política por excelência”¹¹, palco de importantes transformações políticas e sociais, bem como a instauração do Estado autoritário brasileiro com o golpe civil-militar em 1964.

Em contrapartida à restrição da liberdade de expressão, a cassação dos direitos políticos, surgem algumas expressões de resistência. O movimento estudantil¹² conseguiu se articular com Intelectuais, jornalistas, escritores, artistas e religiosos na construção de expressões de crítica ao regime militar.

Em um dos desdobramentos do golpe civil-militar, e em meio a algumas manifestações populares, o então presidente Costa e Silva decretou, no dia treze de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI -5).¹³ Essa intervenção nos direitos políticos e sociais cassou os direitos políticos e fechou além do Congresso, os partidos políticos e os sindicatos. À população estavam vedadas as manifestações públicas.¹⁴

¹¹ PINTO, Céli Regina. Op. cit. 2003. p.42.

¹² Em 1968 teve início no Brasil manifestações de estudantes que reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade. Os estudantes também contestaram a ditadura militar como o golpe de 1964 e o cerceamento às liberdades democráticas. Ainda em 68 aconteceu a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro: estudantes, intelectuais artistas, religiosos e populares se reuniram para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. O governo não reprimiu a passeata devido à pressão da opinião pública. VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio. (Org.) *Rebeldes e Contestadores: 1968- Brasil /França /Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999 p.57 -58.

¹³ “O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia, além disso, intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Restabeleciam – se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos. (...) Estabeleceu – se na prática a censura aos meios de comunicação: a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. (...) Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até 1979.” FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 480.

¹⁴ O governo de Emilio Garrastazú Médici teve início em 1969, foi marcado por “um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.”, e, é nesse período que se consolida a construção de um complexo aparelho repressivo sobre a sociedade. FAUSTO, Boris. Op.cit 2007. p. 482.

Devido à imposição da censura¹⁵ aos meios de comunicação¹⁶, a chamada imprensa alternativa, através de sua escrita como ação política, ganhou espaço na tentativa de combate e crítica à restrição de direitos e de liberdade de expressão¹⁷.

Segundo Nelson Sodré¹⁸, a imprensa alternativa dos anos 1960, tal como a conhecemos, na verdade tem sua origem nos Pasquins do século XIX, e também, segundo Bernardo Kucinski¹⁹, nos jornais anarquistas de operários, publicados entre o fim do século XIX e a segunda década do XX. Ainda segundo o mesmo autor, principalmente depois do golpe militar, caracterizou-se pelo surgimento de uma imprensa alternativa especializada²⁰.

Annette Goldberg indica que, com o endurecimento do regime autoritário, o debate “intelectual aberto sobre emancipação feminina e/ou feminismo propriamente dito foi abortado, assim como o debate sobre vários “outros ismos”, só se manifestando marginalmente de maneira esporádica em alguns periódicos na imprensa alternativa.”²¹

¹⁵ Na grande imprensa, alguns jornais, como forma de manifestar sua oposição à censura, tiveram como atitude deixar os espaços vetados vagos, com espaços em branco, o que demonstrava que houve veto, parcial ou total da matéria. “*O jornal O Estado de São Paulo, em uma de suas campanhas contra a censura, preenchia os locais censurados com poemas de Camões, receitas culinárias ou fotografias de animais enjaulados.*” ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 17.

¹⁶ O governo de Geisel (1974-1978) foi marcado pelo início da abertura política definida como: “lenta gradual e segura”, de acordo com Boris Fausto um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. É importante ressaltar aqui a suspensão da censura direta à imprensa em 1975, porém, as revistas, o rádio e a televisão continuaram com a censura direta. FAUSTO, Boris. Op. cit. 2007. p. 481.

¹⁷ O controle do fluxo de informações à disposição da população pelos meios de comunicação, como rádio e televisão, obedecia ao requisito de silêncio e medo imposto à sociedade, características essas do Estado repressivo. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit 1984. p 223.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

¹⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edusp, 2003.

²⁰ De acordo com Bernardo Kucinski, durante o Regime militar no Brasil (1964-1980), foram lançados 150 periódicos, que tiveram como característica em comum a oposição ao regime militar. KUCINSKI, Bernardo. Op. cit. 2003.

²¹ GOLDBERG, Annette. “Feminismo no Brasil contemporâneo: O percurso intelectual de ideário político”. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n.28. Rio de Janeiro: ANPOCS; Vértice, 2º semestre de 1989.

Nossos jornais, de modo diverso da “grande imprensa”²², são dotados de imparcialidade, pois têm seus propósitos políticos e militantes.²³ Cada jornal a seu modo discutiu e recorreu às denúncias de gênero como forma de pensar a questão da mulher na sociedade. Segundo Joan Scott, isso significa pensar:

*“Gênero é a organização social da diferença sexual. O que significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo”.*²⁴

Essa perspectiva de gênero não faz parte só de alguns dos fundamentos teóricos dos jornais, mas é também categoria analítica desta dissertação, pois pretende “trabalhar no sentido de vencer estas polaridades tanto das relações de gênero como de categorias de pensamento (o que) implica lidar com os problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades históricas.”²⁵

Alguns trabalhos e dissertações tiveram como foco de estudo os jornais, nossas fontes. A dissertação apresentada por Elisabeth Cardoso traz o resgate e a pesquisa sobre a quantidade e algumas diferenças da imprensa feminista nacional. A dissertação de Natalia Bastos, a partir da história de vida de militantes feministas desta “segunda onda”, trabalha a formação e intenções dos jornais *Brasil Mulher* e

²² “Considera-se “grande imprensa” aquela cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência.”. AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968 – 1978)*. Bauru, SP: Edusp, 1999, p.37.

²³ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto 1988.

²⁴ SCOTT, Joan. “Prefácio a *Gender and Politics of History*”. *Cadernos Pagu*. n.3 - Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994.p. 13. “Joan Scott encontrou campo extremamente favorável num momento de grande mudança das referências teóricas vigentes nas Ciências Humanas, e em que a dimensão da Cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade. Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas” RAGO Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: PEDRO Joana; GROSSI, Mirian. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p 15.

²⁵ DIAS, Maria Odila L.da S. "Nova subjetividade na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças", in *Revista de Estudos Feministas*, vol. 2, n. 2, 1994. p.373

Nós Mulheres, porém, seu foco analítico não foi propriamente esses jornais, mas as militantes feministas envolvidas ou não na produção deles.²⁶ Sobre o aspecto da legislação, a dissertação de Claudia Nichig analisou os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Mulherio* e a revista Cláudia para acompanhar o debate acerca das mudanças na legislação referente às mulheres.²⁷ Karen Debertolis acompanha a trajetória de vida de Joana Lopez e também analisa a criação do jornal a partir da fala de sua idealizadora.²⁸ Rosalina Leite, produtora responsável pelo *Brasil Mulher* durante sua segunda fase, resgata a história deste jornal como também do *Nós Mulheres* a partir do viés da militância política feminista.²⁹

Nesta dissertação procuramos avançar nos estudos sobre o feminismo, a partir de aspectos gerais pensados por esses jornais, nossas fontes: em primeiro lugar, reconhecendo as tensões que envolviam a imprensa alternativa feminista, as múltiplas perspectivas teóricas sobre o feminismo; em segundo lugar, dialogando com a historiografia nacional, com autoras como Maria Izilda Matos, Rachel Soihet e Maria Odila Dias, para encontrarmos outras formas de pensar a mulher, diferente da postura dos jornais; e, em terceiro lugar, analisando como esses jornais trabalharam questões referentes ao corpo feminino.

No entanto, quando se tem como fonte veículos da imprensa, seja ela alternativa ou da “grande imprensa”, alguns pressupostos não podem ser perdidos de vista. Heloisa de Faria Cruz salienta que “a imprensa constitui-se como um dos espaços de gestação e manifestação de novas significações e projetos sociais, apresenta-se como suporte documental fundamental”. Neste sentido, Maria Helena

²⁶ BASTOS, Natália de Souza. *Elas por elas. Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda Brasil – 1960 – 1980*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2007.

²⁷ NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdade e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975 – 1985)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2008.

²⁸ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação de mestrado: FBC/ UFRGS, Porto Alegre, 2002.

²⁹ LEITE, C. S. Rosalina. *A imprensa feminista no pós luta armada, jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese de Doutorado: PUC – SP, 2004.

Capelato ressalta que o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. “A categoria abstrata de imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.”³⁰

Dada a importância das produtoras desses jornais como sujeitos, para termos acesso às falas das idealizadoras desses jornais e discuti-las a partir também de suas memórias, recorreremos às dissertações de: Karen Debertolis³¹, “*Joana Lopez e a imprensa alternativa feminista*”, que resgata a fala de Joana Lopez sobre as origens e a existência do Brasil Mulher; outra dissertação que traz a fala de Lopez é “*A imprensa feminista pós 1974*”, de Elisabeth Cardoso³². Em contraponto à fala de Lopez, resgatamos idéias de Terezinha Zerbini, na dissertação de Maria Cecília Carboni³³, “*Maria Quitéria: o Movimento feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979*”. Sobre o Nós Mulheres, o livro de Maria Lygia Quartim de Moraes³⁴, “*Mulheres em movimento*”, resgata a idéia da criação do mesmo. Importantes aspectos do Mulherio foram resgatados na dissertação de Maria Tereza Montenegro³⁵, “*Uma ONG feminista: o Mulherio*”.

Segundo Marlene Fáveri, a memória deve ser percebida:

“Como um processo dinâmico, também um discurso que reelabora, ressignifica, filtra, e deposita na linguagem oral. Recolher memórias de mulheres pauta-se nos cuidados de percebê-las em múltiplas situações e interrelações, sem cair na dicotomia formal dos papéis ou de que a memória seria/estaria estruturada a partir

³⁰ CAPELATO, Maria Helena. Idem. p. 21.

³¹ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. Idem.

³² CARDOSO, Elisabeth. Idem.

³³ CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975 – 1979*. Dissertação de mestrado: PUC – SP, 2008.

³⁴ MORAES, Maria L. Q.de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo, UNESP – Araraquara, 1990.

³⁵ MONTENEGRO, Maria Tereza Torres. *Uma ONG feminista: o Mulherio*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC - SP, São Paulo, 1994.

de papéis definidos, tradicionais. Este não é um caminho fácil, entretanto, é mister que nos desnudemos de formas preconcebidas, naturalizantes e universais.”³⁶

Neste sentido, a proposta desta dissertação objetiva primeiro resgatar como essas militantes expandiram o debate feminista para a imprensa, que por sua vez, mesmo que tendo uma pequena abrangência, conseguiu atingir um outro grupo de mulheres, que não fazia parte dos grupos femininos de discussão dos “meios acadêmicos”³⁷, ou seja, a mulher trabalhadora, dona de casa, mulheres de diferentes camadas e atividades sociais. E, desta forma, compreender como elas, engajadas na militância feminista através dos jornais, articularam um discurso que problematizava a questão feminina na sociedade e que, ao mesmo tempo, pensava um projeto político de transformação social.

As falas das produtoras desses jornais resgatam experiências e conflitos que essas mulheres enfrentaram para a sua produção. Procuramos vê-las como sujeito, questionando e debatendo a perspectiva feminina na sociedade, pois o movimento feminista problematizou questões que hoje nos parecem corriqueira.

Os primeiros jornais do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* incorporaram também às denúncias de gênero a crítica e denúncia da situação política e social do país.

“Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir”³⁸

“Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, (...) livre e democrática.”³⁹

³⁶ FÁVERI Marlene de. Questões para estudos de história, memória e gênero. *Revista Alcane*. nº 6, Itajaí: Univali, nov. 2001. p. 68.

³⁷ Joana Maria Pedro, articulando sua fala com a de Cèli Regina Pinto, explica “Desde o início dos anos 70 começam a surgir, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, grupos de reflexão. Esses grupos eram formados por mulheres que já se conheciam há mais tempo, eram amigas ou possuíam alguma afinidade. Eram grupos que se reuniam nas casas umas das outras”. PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº52, São Paulo. 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=isso

³⁸ Editorial. *Brasil Mulher*. Londrina, ano 1, nº 0, outubro 1975.p. 02.

Mulherio, por sua vez, tem outras perspectivas sobre a luta feminista.

“Foi preciso que um movimento social saísse às ruas para que os especialistas e os políticos entre outros descobrissem que o direito ao próprio corpo, à contracepção, ao aborto, a creches, a igualdade jurídica também são temas políticos.”⁴⁰

No primeiro capítulo procuraremos resgatar as tensões sociais em torno da imprensa alternativa feminista, o feminismo como movimento social, aliado a diferentes movimentos sociais na resistência contra a ditadura militar, neste sentido, para ganhar visibilidade social e também devido a concepções teóricas. Os primeiros jornais do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* apoiaram movimentos sociais como a luta em favor da anistia, a luta contra a carestia e também chamaram atenção para aspectos sociais de ordem geral, como transporte, saúde e moradia. Ainda nesse capítulo, a partir dos três jornais acompanhamos o feminismo como movimento social na luta por creches.

O momento da criação do *Mulherio*, 1981, um pouco distante em relação aos outros dois, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, respectivamente 1975 e 1976, juntamente com a perspectiva de suas produtoras, contribuiu para diferenças de fundamentos teóricos em cada jornal. Nosso Segundo capítulo procura dar conta dessas diferenças teóricas para assim perceber a concepção feminista pensada e propagada por cada jornal.

Tendo em vista esses aspectos procuramos resgatar algumas experiências de vida⁴¹ encontradas em nossos jornais e analisá-las a partir de autoras da historiografia nacional, como Maria Izilda Matos, Rachel Soiheit e Maria Odila Dias,

³⁹ Editorial. *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 7, março 1978. sem paginação.

⁴⁰ LOBO, Elisabeth Souza. Conselho da Condição feminina: nossa parcela no poder. *Mulherio*. São Paulo, ano 3, nº 13, maio/jun. 1983, p. 13.

⁴¹ São materiais de análise as capas do *Brasil Mulher* dos números: nº 0, nº 1, nº 3, nº 6 e nº 8, pois as capas foram pensadas a partir da perspectiva de Joana Lopez, que deixou o corpo editorial após o racha interno. E como complemento do sentido pensado para o capítulo são analisadas também as capas do *Mulherio* dos números: : nº 3, nº 5 e, nº 17.

em contraponto às metodologias e representações acerca da mulher trabalhadas por esses jornais.

Em nosso terceiro capítulo, discutimos o feminismo na luta pelo corpo. Procuramos problematizar os debates sobre o corpo feminino a partir do lema feminista “o privado é político”. Sob a perspectiva de que o movimento feminista passou a discutir assuntos considerados tabu, acompanhamos o debate sobre sexualidade, anticoncepcionais e aborto.

Nas palavras de Margareth Rago, destacamos a importância do feminismo no percurso da história:

*“E o feminismo? Por que a história e a memória do feminismo? Certamente, o feminismo coloca o dedo nesta ferida, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações. Suprimidas da História, foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes. O feminismo denuncia e critica. Logo, deve ser pensado e lembrado.”*⁴²

⁴² RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil*. In Cadernos AEL nº 3/4, 1994- 1996, p. 14-15.

1º Capítulo:
O feminismo expresso em jornais:
tensões sociais acerca da imprensa alternativa feminista

A circulação de idéias feministas desta “segunda onda” partiu principalmente da cultura material, da literatura feminina expressa em livros. A historiografia e ciências afins apontam como influência as obras: “O Segundo Sexo”,⁴³ de Simone de Beauvoir, “A Mística Feminina”⁴⁴, de Betty Friedan, entre outras⁴⁵.

Outra influência para o feminismo nacional foi o trabalho de Heleieth Saffioti, *Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*, apresentado em 1967, como tese de doutorado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, São Paulo. Publicado em 1969, foi reeditado em 1976 com poucas modificações.⁴⁶

“Seja emprestado por amigas e irmãs, por intermédio de um professor nas universidades, através dos grupos de mulheres⁴⁷”, essas obras⁴⁸, como outras,

⁴³ BEAUVOIR, Simon, *Le Deuxième Sexe*. 1949. Traduzido e publicado no Brasil em 1962. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Célebre frase desta obra “*que denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, refutando o determinismo biológico*”. GOLDENDERG, Mirian. *A Revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992. p.31.

⁴⁴ FRIEDAN Betty. *Feminie mystique*. 1963. Teve sua tradução publicada no Brasil em 1971. “*A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade*” FRIEDAN Betty. *A mística feminina*. Vozes Limitada: Rio de Janeiro, 1971. p. 40. Nesta obra em que discute a crise de identidade feminina, Betty expõe o papel da mulher na sociedade norte-americana. Trabalhou com as idéias de “problema mal formulado” ou “mal sem nome” que acometia as mulheres, principalmente casadas, das décadas de 50 e 60.

⁴⁵ Maria Lygia Quartin de Moraes, uma das editoras de *Nós Mulheres*, explica que as militantes que haviam passado pela experiência de exílio ou estadas no exterior, passaram a conhecer profundamente a moderna literatura feminista e aponta: “*Juliet Mitchell, Simone de Beauvoir, Engels, Waly Secombe constituíam leitura obrigatória do “grupo de Brasileiros no Exterior” uma das matrizes mais importantes dos atuais grupos feministas.*” MORAES, Maria L. Q.de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo: UNESP – Araraquara, 1990. p. 23–24. Apontamos ainda; Política sexual de Kate Millet; A Dialética do Sexo, de Sulamith Firestone.

⁴⁶ A autora, a partir da perspectiva “dialética marxista”, explica a posição social da mulher nas sociedades capitalistas. SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes 1979.

⁴⁷ BORGES, Joana V. *Leituras feministas no Brasil e na Argentina: circulações e apropriações*. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis 25 a 28 de Agosto 2008. P.4. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST45/Joana_Vieira_Borges_45.pdf

⁴⁸ Maria Odila Leite da Silva Dias, que participava de um “grupo de conscientização feminista”, sobre os livros explica que: “Muita literatura francesa nessa época e muita americana, todo mundo trazia livros, todo mundo que viajava trazia livros, quando eu voltei” (dos Estados Unidos, por conta do doutorado) “vim com uma biblioteca de estudos...”. PEDRO, Joana Maria. PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo poderes e conflitos (1970-*

circularam nos meios acadêmicos, intelectuais e de militância feminista. Representada por livros, revistas⁴⁹ e jornais⁵⁰, uma extensa literatura feminista floresce e se espalha tanto no Brasil quanto no mundo ocidental.

No bojo da contestação e reivindicações do feminismo internacional, o feminismo no Brasil ganha visibilidade principalmente a partir do encontro do Ano Internacional da Mulher, em 1975, quando foram criadas condições favoráveis para a imprensa alternativa feminista.⁵¹ Os primeiros jornais, *Brasil Mulher (BM)* e o *Nós Mulheres (NM)*, foram publicados por Associações: o *BM* foi editado pela Sociedade Brasil Mulher, o *NM*, pela Associação de Mulheres e, posteriormente, o *Mulherio*, com apoio da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford.

É importante ressaltar que o fato de estarem associados a uma sociedade ou a uma associação de mulheres “mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de um coletivo organizado de mulheres. Davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial da época”.⁵²

No entanto, há de se pensar e questionar como e por que o feminismo, como movimento social⁵³ principalmente, expandiu-se para a imprensa alternativa como forma de instrumento social. As mediações articuladas para a criação dessa

1980). *Revista História*. Vol.26. n.52. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso

⁴⁹ Em 1963, Carmen da Silva inaugura sua coluna *A Arte de Mulher*, na revista *Claudia*. Carmen também foi uma das editoras do Jornal feminista o *Mulherio*, de 1981. Sempre com seu tom de contestação feminista, ela permaneceu nessas duas imprensas até 1985, quando faleceu.

⁵⁰ O uso da imprensa como forma de circulação de idéias também foi usada pelo feminismo da “primeira onda”. Margareth Rago teve como fonte os jornais: *A Mensageira* (1897 -1900) e revista *Feminina* (1914 -1936). RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁵¹ TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

⁵² LEITE, C. S. Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta armada, jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2004. p. 46.

⁵³ Na visão de Stuart Hall, o feminismo está inserido no grupo de “novos movimentos sociais que emergiram durante os anos sessenta, juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com o ano de 1968”. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed Rio de Janeiro: DP&A, 2006.p. 44.

imprensa alternativa feminista resgatam conflitos e tensões sociais, que foram foco também do “nascimento” desses jornais, nossas fontes.

A partir deste momento, procuramos recuperar o feminismo expresso através dos jornais: Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio.

Brasil Mulher

O Brasil Mulher⁵⁴ (BM) foi fundado em Londrina, Paraná, e publicado entre 1975 e 1980. Dirigido inicialmente pela jornalista Joana Lopes⁵⁵, foi o primeiro jornal feminista desta “segunda onda” feito no Brasil. O número zero foi todo vendido no Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista⁵⁶, realizado em outubro de 1975. Seu nascimento tem ligação com *O Movimento feminino pela Anistia*⁵⁷, (MFPA), criado por Terezinha Zerbine, como conta Joana Lopez, editora do Brasil Mulher:

“Ela (Zerbine) traz circunstâncias para eu criar o Brasil Mulher. Eu estava na minha redação e uma jornalista me ofereceu a lista para assinar e me convidou para participar de uma reunião em São Paulo na casa da Zerbine, sobre o movimento da Anistia. Eu fui e voltei para Londrina com várias listas para colher assinaturas. Juntei um grupo de mulheres pra trabalhar comigo nesse recolhimento, e em algum momento disse: “eu acho que valia até a gente fazer um boletim para tratar desse assunto”. Mas aí eu pensei bem e falei: “por que eu vou fazer um boletim se Eu trabalho em um jornal? Por que Eu não meto a cara e faço um jornal?”E, para divulgar a luta pela anistia, vou fazer uma matéria sobre o assunto no jornal que trabalho; chamo a Zerbine aqui para fazer uma conferência e, nesse (jornal) que eu criar, sai uma grande entrevista com ela. Nos juntamos localmente e

⁵⁴ Houve três documentos extras: sua tiragem era de cinco mil exemplares, mas houve números que saíram com dez mil exemplares, em média dezesseis páginas, em preto e branco, ilustrado com fotos, caricaturas, e desenhos.

⁵⁵ Na época da idealização do Brasil Mulher, Joana Lopes era jornalista da Folha de Londrina.

⁵⁶ Que aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo. “Evento organizado pelo Centro de desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor de São Paulo, onde foram debatidos os temas: a mulher e a educação, a saúde, a mulher e o direito, etc.”. Boletim *Maria Quitéria*, nº 1 1977. CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa – 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2008. p. 34.

⁵⁷ Esse movimento foi criado em 1975, dirigido por Terezinha Zerbine, advogada e esposa do general reformado pela revolução de 1964, Euryale Zerbine. Essa iniciativa do movimento a favor da anistia teve repercussão mundial. Na Conferência do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México, com a participação de duas mil mulheres do mundo inteiro, foi aprovada a moção em prol da anistia, encaminhada pela brasileira Terezinha Zerbine. Todos esses movimentos passaram a integrar mais tarde o Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual participavam mulheres e homens e que contribuíram decisivamente para a aprovação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979. TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 83.

começamos a fazer o B M: ela veio, deu a entrevista, fez a palestra, e eu a convidei para integrar o grupo para a gente tocar o jornal juntas.

*Ela levou o zero para vender e divulgou nas viagens que fazia pela anistia.*⁵⁸

Carboni, em sua dissertação de mestrado, analisou a anistia a partir do boletim *Maria Quitéria*, que surgiu do rompimento entre Zerbine e Lopez. Ela nos traz a seguinte fala sobre o surgimento do *Brasil Mulher*:

“Fomos procuradas por mulheres de Londrina que trabalhavam coletando assinaturas. Trouxeram o fruto do trabalho realizado. Mostramos a elas a documentação do MFPA para que pudessem ficar esclarecidas e esclarecer o restante no núcleo, sobretudo o trabalho que estava sendo realizado em São Paulo. Ao verificar a falta de divulgação dos trabalhos, propuseram a realização de boletins da Anistia, para a maior divulgação do MFPA.

Concordamos com a idéia do boletim (...)

*Da idéia do boletim evoluiu para a tirada de um jornal. E a partir deste esforço conjunto, juntou - se a dinâmica do grupo de Londrina e o apoio do núcleo de São Paulo. Tudo isso somado deu como resultado o nascimento do Brasil Mulher.”*⁵⁹

A partir da junção dos dois grupos para a idealização do *Brasil Mulher*⁶⁰ surgiram também as primeiras divergências entre ambos, representadas por Lopez com uma perspectiva feminista, e, por Zerbine, na luta pela anistia. O primeiro editorial reflete esse caráter dúbio:

“Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres.

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa- nos em lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental.

A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem uma jornada dupla de trabalho (...); mulheres que desejam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos são obrigadas a levar uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas seres que pensam (...). Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função

⁵⁸ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. Cit. 2004. p.85.

⁵⁹ Boletim *Maria Quitéria*, nº 1, 1977, p. 4-5. Citado por: CARBONI, Maria Cecília. Op. Cit. 2008. p. 32-33.

⁶⁰ A partir do segundo número, a sede do jornal foi transferida para São Paulo.

da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude.

E finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir.”⁶¹

O primeiro editorial traz as principais idéias articuladas por suas idealizadoras e, por sua vez, não se fixa a uma luta específica, como pensava Zerbini. Encontramos referenciais de cunho feminista: “Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas”. A luta pela anistia estampa a chamada de capa; em seu interior, encontramos uma entrevista com Zerbine, que conclama à luta pela anistia a partir da mobilização feminina.

A idéia principal era divulgar o movimento feminino pela anistia, que implicava também pensar o momento político em que o país estava inserido, a partir da visão de Zerbine, porém, Lopez inclui e amplia essa idéia para cunho feminista. Deste desencontro de opiniões surgem as primeiras tensões que tiveram como consequência o primeiro racha interno, no entanto o nome de Zerbine esteve presente até o sétimo número.

Cardoso que percorre a trajetória da imprensa alternativa feminista, traz a seguinte fala de Lopez:

“Mas já no número 1 se qualifica a existência do jornal Brasil Mulher, com um grupo grande de mulheres com interesses muitos diversos. O BM atraiu tendências diferentes. Quando a gente começa a qualificar a abertura democrática desse jornal, que é anistia para todos, ela sai e vai criar o Maria Quitéria. Na época ela disse: porque eu não estou aqui para apoiar anistia para terroristas. Sou católica, não quero saber disso, vocês são mulheres de esquerda. E era isso mesmo: havia muitas diferenças entre nós e Zerbine.”⁶²

⁶¹ Editorial. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.0. Londrina, 1975. p.02.

⁶² Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elizabeth. Op. Cit. 2004. p. 85-86.

Debértolis que, em sua dissertação de mestrado, acompanha a trajetória de vida de Joana Lopez e, por conseguinte, analisa o *Brasil Mulher*, afirma que:

*“Joana deixa claro que diante da oportunidade de fazer um jornal voltado às mulheres buscou evidenciar esta sua indignação com a imprensa feminina. Na verdade ela não esconde o fato de ter aproveitado a possibilidade que se abriu de fazer um boletim para o Movimento Feminista pela Anistia para avançar e ampliar as discussões para temática da mulher. Ela tinha o compromisso de elaborar um boletim apenas para divulgar o movimento, mas ressaltar que trabalhou “ o oportunismo como oportunidade, aquela figura mitológica grega que tem o bonezinho vermelho, que passa voando na tua frente se você pega pega se não pega já foi embora (...) agarrei a oportunidade de fazer avançar.””*⁶³

Nesse sentido, vemos a idéia de criar um jornal para informar sobre a luta pela anistia, defendida tanto por Lopez quanto por Zerbine. Por sua vez, Lopez amplia essa idéia quando tem a oportunidade de criar uma imprensa direcionada à mulher, partindo de outra concepção de imprensa feminina⁶⁴, já que é contrária à forma de imprensa feminina tradicional. Porém, esses ideais divergem dos de Zerbine, que pretendia voltar sua ação apenas ao movimento feminino pela anistia, pura e simplesmente.

Segundo Carboni que resgata a fala de Zerbine:

*“Para Therezinha Zerbine, que tinha sua luta muito definida, o fato de o jornal não se caracterizar como nada específico fez com que o Brasil Mulher não mais funcionasse como porta – voz do MFPA. Assim, Zerbine justifica a cisão entre os grupos em razão do feminismo também defendido pelo jornal Brasil Mulher, algo muito novo e desconhecido ainda no país e em constante mutação naquele momento.”*⁶⁵

⁶³ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), FBC - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 60.

⁶⁴ Sobre “imprensa feminina”, Dulcília Buitoni a caracteriza: “*uma das acusações mais freqüentes à imprensa feminina concentra - se na sua atividade quase sempre despolitizadora. Transferindo a solução da maior parte dos problemas da esfera pública para a privada, as revistas contribuem para reforçar o pessoal em detrimento do social. (...) numa linguagem muito próxima da publicitária os textos dirigidos à mulher são verdadeira comunicação persuasiva, aconselhando-a todo o momento sobre o que fazer. A proximidade e a contaminação são tão grandes, que muitas vezes não distinguimos um texto publicitário de uma matéria. A matéria parece anúncio e vice e versa*”. BUITONI, S, Dulcília. *A Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.p. 69 e 75.

⁶⁵ CARBONI, Maria Cecília Conte. Op. Cit. 2008. p. 35.

Joana Lopez continua como editora do jornal, juntamente com seu grupo. Zerbine por sua vez, com a luta pela anistia, com o MFPA, criou em 1977, o *Maria Quitéria*, mais um jornal que veio a acrescentar na luta pela anistia e na difusão de sua convicção. Seu primeiro editorial trouxe o seguinte posicionamento claro e direto sobre o feminismo:

Nós não somos feministas. Somos sim pela ampla participação de mulher na vida econômica, social e política do país. ⁶⁶

Ainda segundo Zerbine: “Não faz sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade”. ⁶⁷

A partir desta afirmação, e do primeiro editorial do *Maria Quitéria*, percebemos que a ação feminista realmente não estava na perspectiva de Zerbine, o que nos leva a pensar que o feminismo também foi um ponto de discórdia entre os dois grupos.

Carboni destaca ainda a preocupação de Zerbine em não ser identificada como feminista, para não abalar as alianças feitas na luta pela anistia:

“Essa separação também se deve ao fato de que o Brasil Mulher não mais falava ao público leitor que inicialmente abordava. Seu público havia mudado, por conta das pautas que o jornal passou a ter. Assim um leitor mais conservador e masculino, interessado em discutir questões referentes á anistia, não mais se via contemplado nas páginas do Brasil Mulher. Percebe - se aí uma questão que denota a intenção do grupo liderado por Zerbine de intensificar e ampliar ainda mais seu arco de alianças e apoios, entre eles entidades, políticos, figuras da opinião pública que talvez não se identificassem com o tipo de luta estabelecido pelo Brasil Mulher.” ⁶⁸

⁶⁶ A nossa causa e o seu símbolo. Editorial da primeira edição do boletim *Maria Quitéria* 1977. Citado por: CARBONI, Maria Cecília. Op. Cit. 2008.

⁶⁷ ZERBINE, Therezinha Godoy. Anistia: Semente da Liberdade. São Paulo, 1979. Idem. 2008. p. 38.

⁶⁸ Idem. p. 37.

Por sua vez, o *Brasil Mulher* manteve espaço cativo na cobertura do movimento em favor da anistia em suas sete primeiras edições, mostrando que ainda existia conexão entre os dois grupos.

Joana Lopez⁶⁹ definiu seus propósitos em relação ao Brasil Mulher com a idéia de produzir um veículo dirigido à mulher, e com discussões sobre a temática da mulher: “E não é à toa que é Brasil Mulher, porque é mulher mesmo, é a mulher que vive o Brasil daquele momento. Ele é um jornal que tem compromisso com uma mulher que é sujeito de uma história que naquele momento é aquela.”⁷⁰

O Brasil Mulher tem como estruturas fixas: Editorial, Anistia, Emancipação, Os Fatos Estão Aí, Educação no Brasil, Trabalho, Direito, Rosa dos Ventos, Arte e Comunicação e Brasil Correio. Uma característica marcante e peculiar do Brasil Mulher são as capas⁷¹, às vezes com olhar de denúncia social e política, outras com imagens de mulheres em seu cotidiano. Essa estrutura se mantém fixa até o número seis, com pequenas variações. A quebra dessa estrutura demonstra divergências no corpo editorial do jornal.

Observando o expediente em que estão relacionados os nomes que participaram e contribuíram para a edição do jornal, percebemos que, depois do terceiro número, existem mais pessoas envolvidas em sua produção como editores e colaboradores.⁷² Com a separação entre os dois grupos, foi fundada a Sociedade

⁶⁹ “Docente do Instituto de Artes da UNICAMP, professora visitante da Universidade de Bolonha na Itália, especialista em arte em movimento expressivo (método Laban), pesquisadora na área de dança, arte e jornalista, Joana D Arc Bizzoto Lopes, nasceu em Belo Horizonte, em 14 de abril de 1938”. DEBÉRTOLIS, Karen Silva. Op. Cit. 2002. p.34.

⁷⁰ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elizabeth. Op. Cit. 2004 p. 92.

⁷¹ Optamos por analisar algumas capas, em nosso segundo capítulo.

⁷² Conselho editorial: Joana Lopez, Lais Oreb, Lilá Figueiredo, Marina D` Andréa, Rosana de Lourdes Silva, Rose Marly Souza Serra, Therezinha Zerbine. Diretora Responsável: Lais Oreb. Editora Joana Lopez. Equipe de edição: Branca Therezinha Ferrari, Elisabeth Lourenzotti, Giulia Di Vizia, Marina D` Andréa, Vassiliki Constantinidon. Colaboradores: Beatriz do Valle Burgieri, Maria de Lourdes Leite, Maria Cecília Pires de Sá, Maria José de Azevedo Tania. Pesquisa Roseane de Lourdes Silva. Ilustração: Lilá Figueiredo. Fotografia Chico Rezende.

Brasil Mulher, órgão responsável pela edição do jornal. Essa Sociedade se desdobrou pelo país: Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Segundo Joana Lopez, “a participação não periódica das militantes dificulta a indicação de um número exato de participantes, mas o grupo que formulava o jornal BM varia entre 8 a 30 mulheres.”⁷³

As divergências se tornam significativas e perceptíveis entre os números sete e oito, quando o jornal não circulou por seis meses. A justificativa oficial, anunciada pelo jornal, apontou dificuldades financeiras, porém Joana Lopez afirma que a não circulação do periódico se deu por problemas internos de natureza política⁷⁴.

A oitava edição marca a mudança de postura do *Brasil Mulher* devido às mudanças ocorridas no conselho editorial. Joana Lopez que antes respondia como diretora ou jornalista responsável pelo jornal, aparece na equipe de redação.

Joana Lopez, em lembranças atuais, relata os motivos que culminaram no segundo racha:

“É um momento de crise dentro da Sociedade, uma crise enorme política, que começa fomentar uma crise entre as mulheres motivando a formação de uma corrente de mulheres que fazem o jornal e querem um trabalho da associação voltado para a questão da mulher, em função dos direitos das mulheres, dentro da trajetória do BM que era cada vez mais ligada ao feminismo. Mas esse percurso do crescimento de consciência de mulher vai ser atravessado pelos partidos políticos que estavam engajados na luta de classes, conforme determinações das cartas de princípios políticos. E interrompem o crescimento do jornal e da Sociedade em direção ao gênero. As forças eram a AP (Ação Popular Marxista Leninista) o PC, e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Elas ganharam força porque o jornal era de uma associação que tinha sua diretoria democraticamente eleita, e, no momento das eleições, elas levavam um grande número de mulheres, previamente orientadas para votar segundo os interesses dos partidos, nas assembleias, e ganhavam as eleições. Eu percebi que havia um movimento, que é muito próprio da política, de engajar pessoas, de fazer conchavos, e o grupo do BM era muito honesto, tínhamos

⁷³ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. Cit. 2004 p. 87.

⁷⁴ Ibidem. p. 92.

uma ética feminina, a ética de relação de mulher com mulher, e queríamos mesmo ter uma ética que não se identificasse com alguns métodos que são tradicionalmente utilizados pelos homens, porque eles têm domínio de poder há muitos séculos, queríamos alterar esses métodos de poder, queríamos fazer de uma outra forma. E o diálogo sempre foi muito franco. A saída da Terezinha Zerbine foi muito franca, foi em cima da mesa, na briga pela idéia, pelo que é e pelo que não é. Então, para gente, o grupo fundador, se ver manipulado por outro poder, os partidos políticos, que nitidamente queriam controlar o jornal B M nos usando como meio para isso, não podemos aceitar. A gente se reuniu e resolveu sair da Sociedade BM. Porque permanecer ali era concordar com uma eleição manipulada. O processo de saída foi longo, houve embates, debates, tentativa de cooptação, me convidaram para ficar com eles, e eu não aceitei, não da ética do grupo fundador. A divergência fundamental entre nós e a nova diretoria era que o jornal deveria se tornar um instrumento da luta de classes dentro do programa do PC do B, e isso seria restringir tudo e absolutamente a caminhada da consciência da mulher que tão arduamente a gente traçou.”⁷⁵

Esta postura apontada por Joana Lopes revela a preocupação com a noção de poder, “no singular ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina”⁷⁶. Essa preocupação parte de alguns grupos feministas que se opõem a moldes e costumes da “tradição masculina”, quando Joana alega que o *Brasil Mulher*:

“Era muito honesto, tínhamos uma ética feminina, a ética de relação de mulher com mulher, e queríamos mesmo ter uma ética que não se identificasse com alguns métodos que são tradicionalmente utilizados pelos homens, porque eles têm domínio de poder há muitos séculos, queríamos alterar esses métodos de poder, queríamos fazer de uma outra forma.”⁷⁷

Sua posição é claramente contrária a ações que se apoiavam aos métodos de poder tradicionalmente masculino, ou seja, em formas de autoridade, domínio ou influência, que tenha como consequência a disputa de poder.

⁷⁵ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. Cit. 2004. p. 93 – 94.

⁷⁶ PERROT, Michelle. As mulheres, o poder e a história. In: *Os excluídos da História: operários, mulheres prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 167.

⁷⁷ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. Cit. 2004. p. 93 – 94.

O segundo e definitivo racha provoca a saída de seu grupo fundador. A saída de Joana Lopes é facilmente observada na conduta das reportagens do número oito ao número dezesseis, última edição. Como característica principal, apontamos a presença de assuntos políticos como a participação feminina em sindicatos, a cobertura do primeiro congresso da mulher metalúrgica, a cobertura da greve de 1979, etc. As militantes que fizeram parte deste segundo momento do *Brasil Mulher*, presentes nos editoriais, são: Madá Barros, Rosalina Santa cruz, Rosa Guillon, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Prado. “Todas representantes de organizações / partidos políticos de esquerda”⁷⁸: Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁷⁹, Partido Comunista do Brasil (PC do B)⁸⁰, Movimento Revolucionário – 8 de Outubro (MR – 8)⁸¹ e Ação Popular (AP)⁸².

Nós Mulheres

O *Nós Mulheres*⁸³ lança seu primeiro número em 1976, e sua vida se estende até 1978⁸⁴. Maria Lygia Quartim de Moraes⁸⁵ expõe, em seu livro “A

⁷⁸ BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas. Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil - 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2007. p. 99.

⁷⁹ “O Partido Comunista Brasileiro surgiu em 1922, fruto do movimento operário e sindical, incentivado pelo triunfo da Revolução Socialista na Rússia. Organizado com o nome de Partido Comunista do Brasil, ingressou em 1924 no Comintern (Terceira Internacional Comunista) (...) Depois da dissolução da Terceira Internacional, devido à aliança entre União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra contra o eixo nazifascista, o partido mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro.” MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. (Orgs.) *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Persano Abreu, 1999. p.302.

⁸⁰ “O Partido Comunista do Brasil surgiu em fevereiro de 1962 de uma tendência que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao assumir o nome original – Partido Comunista do Brasil – passou a disputar com o PCB a chancela de verdadeiro continuador histórico da agremiação fundada em 1922. Foi responsável pela Guerrilha do Araguaia, sobreviveu à ditadura e atua legalmente no país”. Ibidem. p. 166.

⁸¹ “Organização de esquerda que se consolidara no início dos anos 70 sob o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – lembrando a morte de Che ` Guevara, ocorrida na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967. Originou - se da dissidência da Guanabara do PCB (Partido Comunista Brasileiro), teve grande influência no Movimento Estudantil e destaque - se nacional e internacionalmente ao idealizar e realizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro de caráter político que teve êxito na história: o do embaixador norte-americano no Brasil. ” Ibidem. p. 392 – 393.

⁸² “A Ação Popular surgiu dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963. Em 1968, assumiu a variante maoísta no campo do marxismo, e em 1971, defendeu a união de todas as correntes marxistas – leninistas. No mesmo ano, a maioria da organização fundiu – se com o PC do B, e os que ficaram passaram a denominá – la de AP – ML (Ação Popular Marxista – Lenista).” Ibidem. 486.

⁸³ Os jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* tinham o formato tipo tablóide com tiragem irregular. O BM e o N M, eram vendidos em bancas, mas a venda significativa era realizada no âmbito da militância, A

experiência feminista dos anos setenta”, o motivo pelo qual o Brasil Mulher e Nós Mulheres não se associaram como um só jornal.

“Na realidade, após a comemoração do 8 de março, o grupo Nós Mulheres, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o Brasil Mulher. Pois do momento que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia. (...) A oposição ao projeto foi feita pela própria Joana Lopes, que muito sinceramente expôs suas dúvidas sobre a convivência de um “casamento” de dois grupos tão díspares. As responsáveis pelo Brasil Mulher, argumentou Joana Lopes, eram amigas, tinham atravessado juntas períodos muito duros: mulheres mais maduras de experiências muito distintas da maioria do Nós Mulheres. Elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de quatro ou cinco pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo Nós Mulheres.”

O corpo editorial era bem diversificado, como resume Moraes: “A esmagadora maioria era constituída por estudantes (de psicologia, comunicações, história), sociólogas (metade das mulheres já eram sociólogas diplomadas) e uma jornalista profissional. Em termos sócio-econômicos, tínhamos as filhas de famílias ricas, as casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.”⁸⁶

Uma característica deste jornal é a ausência de assinaturas nas reportagens. Maria Lygia Quartim de Moraes explica que: “As matérias não eram assinadas e o mesmo texto poderia ser refeito “n” vezes”⁸⁷. Diferente do *Brasil Mulher*, que era pensado nas raízes de um jornal profissional. Devido ao fato de suas produtoras terem tido experiências na grande imprensa, o *Nós Mulheres* não se preocupava em

instabilidade financeira tanto do Nós Mulheres quanto do Brasil Mulher, pode ser percebida, pela falta de periodicidade dos mesmos, pequenos espaços procurava incentivar a venda e assinatura desses jornais. A situação precária, foi o motivo pelo fim das atividades de ambos os jornais.

⁸⁴ Em branco e preto, não divulgavam sua tiragem, em média 16 páginas, em preto e branco ilustrado com fotos e desenhos.

⁸⁵ Maria Lygia Quartim de Moraes foi integrante do Nós Mulheres.

⁸⁶ MORAES, Maria L. Q. de *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo: UNESP-Araraquara, 1990. p.27.

⁸⁷ *Ibidem*. p.25.

ter o cotidiano de tarefas e “regras” de um grande jornal. Sua produção parecia mais próxima da subjetividade de suas militantes, que estavam mais empenhadas em informar e debater do que com as “burocracias de fazer jornal”, pois o “conselho editorial que terminou funcionando como órgão de definição da linha editorial, era composto exclusivamente pelas pessoas que tinham participado com grande empenho da produção do número, caso contrário, o nome aparecia sob a rubrica “colaboração”.⁸⁸

As estruturas em formas de seções deste jornal foram: Editorial, Daqui e Dali, Foto-Criação, Retalhos, Bate-Papo, a história em quadrinhos protagonizada pelo personagem animado Bia Sabiá, e a seção de cartas, local de diálogo entre as produtoras do jornal e suas leitoras.

As militantes feministas do *Nós Mulheres* eram oriundas dos partidos políticos de esquerda: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁸⁹ e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares)⁹⁰.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, “a maior parte dos artigos de *Nós Mulheres* versava sobre política e condições de vida; reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Nesta direção, não se distingue muito dos outros órgãos de imprensa de oposição voltados à mulher, como o *Brasil Mulher*.”⁹¹ Seu primeiro editorial dizia:

"Desde que nós nascemos, Nós Mulheres ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que a nossa função na vida é casar e ter filhos. Que

⁸⁸ Ibidem. p.25.

⁸⁹ O VPR surgiu em 1968, de uma dissidência da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) no Estado de São Paulo com grupos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Fundiu – se com o Comando da Libertação Nacional (Colina), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares. Devido a divergências políticas nesse novo grupo uma nova divisão fez ressurgir a VPR. MIRANDA, Nilmário: TIBÚRCIO, Carlos. (Orgs.). Op Cit. 1999. p. 238 -239.

⁹⁰ Organização provinda da fusão da Colina com a VPR. Idem p. 428.

⁹¹ MORAES, Maria L. Q.de O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raísa. (org). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1997.p.144.

Nós Mulheres não precisamos estudar, pois isso é coisa prá homem.(...) Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para Nós Mulheres, que devemos seguir virgens até o casamento e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ter como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para conseguir marido.(...) Quando vamos procurar emprego,(...) sempre encontramos mais dificuldades que os homens porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (...) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres.(...).”⁹²

Sua proposta dizia:

“NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções”⁹³.

O primeiro editorial de *Nós Mulheres* começa por denunciar as diferenças entre mulheres e homens, observadas na educação, nos salários, problematiza também as atividades exercidas no espaço público como pertencendo ao masculino e no espaço privado, à mulher.

Vale ressaltar, no entanto, que a delimitação de espaços físicos, como aponta o editorial do *Nós Mulheres*, esteve baseado como explica Pierre Bourdieu, em “atribuir propriedades de natureza social como se fossem propriedades da natureza natural”⁹⁴. Neste sentido, essa ordem estabelecia uma construção histórica e não biológica, como entendem as editoras do *Nós Mulheres*. Ainda pensando no sentido da história, é preciso ressaltar que a historiografia de gênero caminha na perspectiva de combater essa visão reducionista do sentido natural e biológico de trabalhar a

⁹² Editorial. *Nós Mulheres*. n.1. São Paulo, junho 1976. s/p.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 98.

mulher. Apontamos como exemplo o trabalho de Maria Odila Dias⁹⁵, que desmistifica essa concepção mostrando que na prática não havia essas delimitações de espaço privado e espaço público.

Mulherio

Dois pressupostos em relação ao momento em que o *Mulherio* foi criado precisam ser lembrados: primeiro, depois da aprovação pelo Congresso da Lei da Anistia, em 28 de agosto 1979; segundo, os partidos políticos de esquerda já estavam vivendo um período de legalidade. Não se podem perder esses referenciais quando trabalhamos com o *Mulherio*, pois tais pressupostos eram ideais e batalhas assumidas como bandeiras pelos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. No entanto, *Mulherio* teve como pauta assuntos políticos como a mobilização “pelas diretas já”⁹⁶, as eleições de 1982⁹⁷ e as discussões acerca da Constituinte.⁹⁸

Mulherio foi lançado no ano de 1981, em São Paulo, e circulou até 1988. Segundo Mariza Corrêa, “*Mulherio* foi feito em bases mais profissionais do que os anteriores; tinha uma equipe técnica e as matérias eram assinadas.”⁹⁹ Além de Mariza Corrêa, foram editoras também Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg. Seu conselho editorial era composto por “professoras, jornalistas, e pesquisadoras voltadas para a problemática feminista.”¹⁰⁰ Os temas mais recorrentes eram a situação das mulheres no trabalho, os direitos trabalhistas da mulher, a democracia

⁹⁵ DIAS, Maria Odila L.da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. SP: Editora Brasiliense, 1984.

⁹⁶ *Mulherio*. ano 3, n. 16, maio/jun. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1984.

⁹⁷ *Mulherio*. ano 2, n. 9, set./ out. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.

⁹⁸ *Mulherio*. ano 6, n. 25, março/agosto. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

⁹⁹ CORRÊA, Mariza. “Em contraponto ‘Capricho’ e ‘Mulherio’”. *Mulherio*. Ano 1. n.1. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/junho 1981.p.18.

¹⁰⁰ TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.p. 93.

doméstica, a descriminalização do aborto, e sexualidade, entre outros.¹⁰¹ Observa-se essa perspectiva já no que se refere ao nome do jornal:

*“Mulherio, por sua vez, nada mais é do que 'as mulheres'. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e conseguinte, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática.”*¹⁰²

O *Mulherio*, como jornal, nasce do grupo de pesquisadoras da Fundação Ford que já estudavam a mulher brasileira¹⁰³. *Mulherio* teve apoio das fundações Carlos Chagas e Ford.¹⁰⁴

A idéia inicial do grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas foi criar um boletim de divulgação de pesquisas e estudos em torno da problemática da mulher no Brasil. “No início, a proposta era compor um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e estudos do tema. Forneceriam dados de forma sistemática e abrangente sobre os problemas que envolviam a mulher brasileira.”¹⁰⁵ No entanto essa idéia se expandiu para a criação de um jornal.

Segundo o texto disponível na página da Fundação Carlos Chagas, três períodos são marcantes para os rumos do *Mulherio*:

“No primeiro, de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicados 15 números, tendo como responsável pelo projeto a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e, como editora, a jornalista Adélia Borges. Em 1984, por causa de uma discordância no teor da pauta editorial, decorre um desfecho não previsto, sua saída da Fundação Carlos Chagas. (...) Iniciava-se o segundo período de vida do veículo, de 1984 a 1988. Para estruturar esta nova fase foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio,

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Editorial. *Mulherio*. Ano 1, nº 0. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981. p.1.

¹⁰³ “Desde 1975 este grupo desenvolvia pesquisas que tratavam da mulher em diferentes aspectos: trabalho, educação, meios de comunicação e creche.” MONTENEGRO, Maria Thereza Torres. Uma ONG feminista: o *Mulherio*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo, 1994. p. 68.

¹⁰⁴ “A convivência com a FCC estendeu-se de março de 1981 a setembro de 1983, correspondendo à publicação dos números 0 a 15, tendo uma tiragem que variou de 6 a 8 mil exemplares.” Ibidem. p.78.

¹⁰⁵ Todos os exemplares do *Mulherio* estão disponíveis para consulta virtual na página da Fundação Carlos Chagas, bem como alguns depoimentos de Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg e Mariza Corrêa, e ainda um pequeno texto sobre a criação do *Mulherio*. <http://www.fcc.org.br/mulherio/index.html>

que publicou os 24 números seguintes, agora sob a responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho. Durante este período a equipe responsável teve que lidar no seu dia-a-dia com o fantasma da auto-suficiência para sua continuidade. Em 1988, nova mudança acontece e o jornal passa a se chamar Nexo, Feminismo, Informação e Cultura. Datam de junho e julho os dois únicos números publicados. Não conseguindo diversificar suas fontes de sustento e não contando mais com o apoio da Fundação Ford, a equipe rende-se ao infortúnio e conclui sua existência¹⁰⁶”

As modificações no corpo editorial do jornal ressaltam e trazem à tona diferentes entendimentos e concepções sobre o feminismo.

Maria Thereza Montenegro resgata as diferentes visões entre as jornalistas e as pesquisadoras que compunham o conselho editorial do jornal:

“As reuniões de pauta eram ótimas: vinham um monte de mulheres, muitas acadêmicas (na FCC), a gente voava, era impressionante (...) o problema era que nunca aquilo que a gente discutia, ia tão longe e voava, se traduzia em artigo. Dai quando chegava pro artigo ficava rançoso, ficava fechado, ficava maniqueísta, ficava populista, aquilo que era riqueza na reunião de pauta desaparecia.”¹⁰⁷

Ainda segundo a mesma autora, essa discussão entre acadêmicas e jornalistas, em resumo, acontecia porque as jornalistas acusavam as acadêmicas de usarem uma linguagem difícil para o público leitor; por sua vez, as acadêmicas acusavam as jornalistas de vulgarizarem a produção feita nas reuniões de pauta.

Em diferentes momentos, resgatamos falas de mulheres que participaram da militância feminista. Essas falas são entendidas e usadas como fontes, pois resgatam memórias que contribuem para a percepção das tensões em volta de nossos jornais e do movimento feminista desse período. Possibilitam construir uma história a partir de lembranças, de perceber como essas mulheres estão se construindo como sujeitos sociais na sua experiência com o feminismo. Petersen

¹⁰⁶ Texto disponível sobre as origens do Mulherio. <http://www.fcc.org.br/mulherio/index.html>

¹⁰⁷ Entrevista concedida a Thereza Montenegro: a autora não informa quem é a entrevistada, nem quando foi realizada a entrevista. MONTENEGRO, Maria Thereza Torres. Op. Cit. 1994. p.82.

destaca: “Trata-se de uma tarefa complexa, pois nada é esquecido ou lembrado ao acaso. A própria fala, ou a narrativa do entrevistado, é uma construção baseada nos valores do presente.” ¹⁰⁸

Marina Maluf alerta que “toda palavra reflete uma perspectiva particular esculpida por fatores sócio-culturais, políticos e pessoais”. ¹⁰⁹ Tais relatos orais nos possibilitam resgatar e dar voz ao que não está escrito em nossas fontes - as expectativas, as tensões em fazer uma imprensa alternativa feminista. Percebemos os diferentes posicionamentos e entendimentos sobre o feminismo como crítica e movimento social. Essas falas resgatam as militantes feministas como “sujeitos” em seu modo de pensar o feminismo, e não apenas como “objeto” ¹¹⁰ desta pesquisa.

No entanto, como indicam as autoras Fenelon, Cruz e Peixoto, é preciso ter como parâmetro que:

“como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais. Um campo de lutas políticas, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais.” ¹¹¹

Vale lembrar que, “de há muito tempo, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela / na intencionalidade histórica que o constitui.” ¹¹² No resgate dessas falas percebem-se as tensões no “fazer” esses jornais, pois a imprensa alternativa

¹⁰⁸ PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos feministas em Santa Catarina - Década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006. p. 10

¹⁰⁹ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. p.34.

¹¹⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹¹¹ FENELON Déia Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2000. p. 6.

¹¹² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*. n.35. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2007. p. 260.

feminista, como experimentação dos meios sociais, não nasceu pronta. Peixoto e Cruz apontam que os jornais de modo geral, ou esses jornais alternativos são:

*“Produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.”*¹¹³

O uso da imprensa como forma de propagação das idéias feministas foi fundamental para que um número maior de mulheres tivesse acesso a outras formas de textos que não somente os livros. Os jornais, de modo geral, debatiam a situação feminina, política e social do país, considerando as lutas por creches, a luta contra a carestia, os direitos trabalhistas, a questão da contracepção, e a denúncia da violência doméstica, como suas principais pautas.

A essência da escrita é outra: é denunciar, contestar, debater. Questionar e debater o cotidiano, as estruturas sociais, é esse o sentido político desses jornais. O que se pretende, neste sentido, é recuperar as falas da imprensa alternativa feminista, considerando sua escrita como ato social e, sobretudo, político, pois “escrever também é um ato político, na medida em que o discurso é uma ação.”¹¹⁴. Este é o sentido da imprensa alternativa feminista: promover o debate amplo, rompendo com a limitação da liberdade de expressão, inserindo, como forma de problemática social, o debate feminista juntamente com as denúncias de gênero.

Na visão política, segundo Ginevra Odorisio Contie, o termo feminismo “indica um movimento e um conjunto de teorias que tem em vista a libertação da mulher”

¹¹³ Ibidem. p. 261.

¹¹⁴ SWAIN, N. Tânia. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In: SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora da PUC-Minas, 2005. p. 342.

¹¹⁵. O feminismo, como qualquer outro movimento de contestação, tem sua ligação com o tempo em que esteve inserido. Neste sentido, tentar reduzir o feminismo a um conceito fechado faz com que se perca de vista seu sentido histórico e social. Assim Yasmine Ergas problematiza:

“Reportando-nos ao dicionário definiríamos discursivamente o feminismo como “a teoria da igualdade política, económica e social dos sexos” e organizativamente como a mobilização necessária para “eliminar as restrições que discriminam as mulheres”, parecendo não haver uma definição universal que nos oriente no complexo terreno das políticas feministas contemporâneas. Na verdade, o feminismo não é um substantivo cujas propriedades possam ser definidas de forma exata e definitiva: poder-se-ia dizer, antes, que o termo feminismo indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centrais em volta da construção e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o que é, ou foi, é mais uma questão histórica do que uma questão de definição”. ¹¹⁶

Neste primeiro capítulo, procuramos analisar em nossas fontes a participação feminina a partir do contexto político e social do período, como também resgatar as tensões que envolviam essa imprensa alternativa feminista.

Segundo Saffioti, em nenhum lugar do mundo se pode falar em feminismo no singular, só no plural - feminismos, pois, estando inseridos no tempo e no espaço, são produtos culturais.

A manifestação feminista se expressou em diferentes lugares do mundo “independentemente de o país ser mais desenvolvido ou mais pobre, mais rural ou mais urbano. Os temas¹¹⁷ eram os mesmos: o trabalho doméstico, a relação entre capitalismo e patriarcado, violência, sexualidade.”. ¹¹⁸ Embora os temas e debates

¹¹⁵ ODORISIO, Ginevra Conti. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol.1. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. p. 486.

¹¹⁶ ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol.5. Porto: Afrontamento. 1991. p.589.

¹¹⁷ É importante destacar que outros assuntos como divórcio, o movimento de mulheres negras, eram temas de pautas e problemáticas discutidas por esses jornais. De uma forma menos presente, o movimento de homossexuais e lésbicas também foram noticiados.

¹¹⁸ HAUG, Frigga. “O novo movimento feminista”. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 45.

estivessem sempre presentes em nossos jornais, foram principalmente os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* que agregaram a sua luta às reivindicações dos movimentos sociais desse período ¹¹⁹.

O início da década de 1970, proveniente das conseqüências e articulações políticas decorrentes do golpe militar, foi marcado por uma conjuntura de restrições políticas devido ao Estado autoritário instaurado no país. É sobre este momento de restrições políticas que Eder Sader examina alguns movimentos sociais. Neste sentido, o autor chama a atenção para os movimentos de operários e populares como expressão de mudanças sociais:

“Pequenos atos, que até então seriam considerados insignificantes ou reiteração de uma impotência, começaram a receber novas conotações. Manifestações incapazes de incidir eficazmente sobre a institucionalidade estatal – antes interpretadas como sinal de imaturidade política – começaram a ser valorizadas como expressão de resistência, de autonomia e criatividade. (...) Elas expressam uma crise dos referenciais políticos e analíticos que banalizavam as representações soais sobre o Estado e a sociedade em nosso país. É no quadro dessa crise que intelectuais (acadêmicos ou militantes) deixam de ver o Estado como lugar e instrumento privilegiado das mudanças sociais e começam a enfatizar uma polarização (...) entre sociedade civil e Estado. ” ¹²⁰

Essa dinâmica social que Sader aponta como instrumento privilegiado das mudanças sociais, também teve importância para o movimento feminista. Cynthia Sarti, em seu estudo “O feminismo brasileiro 1970: revisando uma trajetória”, explica a importância do contexto histórico desse período, que contribuiu para dar características próprias ao feminismo:

¹¹⁹ No caso desses dois jornais, temos principalmente luta em favor da anistia e mobilização e cobertura da greve dos metalúrgicos, iniciada no ABC (SP). *Movimento pela Anistia*- 77 - 78; *Greves* -78 – 70; *diretas já* – 84; *custo de vida* -74 – 80; *transportes* – 76 – 82; *saúde* – 76- 82; *creches* – 74 – 82; *professores do ensino fundamental e médio* 78 - 82; *Associação de Moradores* – 72 – 82; *Confederação Nacional de Associações de Moradores* – 83; *Associação Nacional de Movimentos Populares* – 83; *Movimento de Moradia* – 80 – 84; *Sem Terra* 79 SCHWARTZ, Rosana Maria P. B. *Mulheres em Movimento - Movimento de Mulheres*. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2007. p.82.

¹²⁰ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo-1970– 980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 32 - 33.

*“Embora influenciado pelas experiências européias e norte-americanas, o início do feminismo no brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometidas com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.”*¹²¹

Nossos primeiros jornais, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, além de debaterem e noticiarem essa movimentação social, integraram-se a alguns desses movimentos sociais.

O *Brasil Mulher*, em seu número inaugural, chama atenção sobre dois desses movimentos, ambos como as principais bandeiras defendidas por ele:

*“E finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar - se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir.”*¹²²

Como sabemos, a liberdade de imprensa foi cerceada com a consolidação do regime autoritário e repressivo, que proibiu qualquer forma de manifestação crítica ao governo militar, o que jogou para o meio da clandestinidade sua oposição.

Enquanto denúncia da situação política do país, o *Nós Mulheres* procurou contribuir na busca de uma sociedade livre e democrática:

*“Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática”*¹²³

O Estado Autoritário fez crescer os conflitos sociais e o debate em torno principalmente do estado de direito, da anistia e dos direitos humanos. Em alguns momentos, esses assuntos tiveram espaço privilegiado nesses jornais, e passaram a fazer parte integral de suas reivindicações.

¹²¹ SARTI, Cynthia Op. Cit. 2004. p. 36.

¹²² Editorial. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.0. Londrina, 1975.p. 02.

¹²³ Editorial. *Nós Mulheres*. n.7. São Paulo, março de 1978. s./p.

A anistia teve espaço garantido nas páginas do *Brasil Mulher*. O número zero trouxe uma entrevista com Zerbine falando sobre a luta pela anistia.

*“Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia. Nós mulheres brasileiras, neste ano Internacional da Mulher, assumiremos nossas responsabilidades de cidadãos no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificarem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais, a Unidade da Nação”.*¹²⁴

O Movimento Feminino pela Anistia conclamava as mulheres a assumir a responsabilidade de se comprometer pela luta em favor da anistia. Assim esse tema sempre teve espaço, em ambos os jornais, em reportagens informativas ou como forma de reivindicação social¹²⁵.

Neste momento, é preciso recuperar as tensões políticas e sociais desse período, pois, como forma de resistência ao Estado Autoritário, foi necessária a realização de alianças entre diferentes setores sociais.

“A decepção mais ou menos generalizada com o Estado abre caminho, depois de 1964, e, sobretudo, depois 1968, à descoberta da sociedade civil. Mas nem por isso terá sido, em primeiro lugar, uma descoberta intelectual. Na verdade, a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado começa com os fatos mais simples da vida dos perseguidos. Nos momentos mais difíceis, eles tinham de se valer dos que se encontravam à sua volta. Não havia partidos aos quais se pudesse recorrer, nem tribunais nos quais se pudessem confiar. Na hora difícil, o primeiro recurso era a família, depois os amigos, em alguns casos também aos companheiros

¹²⁴ ZERBINE, Terezinha. Anistia. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.0. Londrina, 1975. p. 08.

¹²⁵ Sobre a anistia no *Brasil Mulher* ver: *A felicidade de Nosso Povo*. *Brasil Mulher*. Ano1, n. 1, 1975. p.05; *Anistia não é perdão: é um Direito*. *Brasil Mulher*. Ano1, n.2, 1976. p. 03; *A SBPC*. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Brasília, a moção que propôs a reintegração, nas Universidades dos Professores afastados com base no AI – 05. *Brasil Mulher*. Ano1, n. 4, 1976. p. 03; MATIAS Simon, professor de Historia da Ciência da USP. *Brasil Mulher*. Ano1, n. 4, 1976. p. 03; *Anistia irrestrita*. *Brasil Mulher*. Ano1, n. 5, 1976. p. 03; O número 13, especial anistia. Idem Ano 3 n. 13, 1978. No *Nós Mulheres* ver: *Terezinha Zerbne Anistia 1975. Nós Mulheres*. São Paulo, n. 3, novembro / dezembro de 1976. s./p. ; *Ibidem* n. 6, agosto / setembro de 1977. s./p.

de trabalho. Se havia alguma chance de defesa havia de procurar um advogado corajoso, em geral, um jovem recém-formado que havia feito política na Faculdade. De que estamos falando aqui se não da sociedade civil, embora ainda no estado molecular das relações interpessoais? A única instituição que restava com força bastante para acolher os perseguidos era a Igreja Católica.”¹²⁶

Se por um lado a sociedade passou a ter, na mobilização social, um instrumento de mudanças sociais, os movimentos feministas também passaram a incorporá-los como forma de demanda feminista. Desta forma, as reivindicações desses jornais feministas caminhavam no sentido dos setores aliados que se opunham à ditadura como: a esquerda política, o Movimento Feminino pela Anistia e a Igreja Católica. Percebe-se, então, a formação de alianças “políticas” entre esses setores a fim de lutar contra o governo militar e seus efeitos. Contudo, as produtoras desses jornais, para preservar as alianças necessárias no momento, procuraram não entrar em conflito, aprofundando - se em questões como o aborto, por exemplo.

Sobre este aspecto do feminismo nacional, a historiografia reconhece a aproximação dos movimentos feministas com os movimentos sociais e com a esquerda política como passo importante na divulgação das questões de gênero. Cynthia Sarti, explica:

“Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu - lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar. (...) O tom predominante, entretanto, foi de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário.”¹²⁷

Partilhando da mesma opinião, Margareth Rago complementa: por um lado, obter reconhecimento social “de um movimento que colocava a mulher como alvo

¹²⁶ F. WEFFORT, Por que democracia? Brasiliense, 1984, p. 93. Citado por: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo-1970- 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.33

¹²⁷ SARTI, Cynthia. A. Op. Cit. 2004. p.39.

principal; de outro, conseguir a aliança dos demais setores da esquerda envolvidos na luta pela redemocratização, onde os homens davam as cartas”¹²⁸

Essas articulações e alianças são entendidas a partir do referencial de Michel de Certeau¹²⁹, de tática, ação calculada daquele que “não tem por lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto.”¹³⁰. O movimento feminista não tinha outro caminho a não ser incorporar a suas reivindicações as lutas sociais do período, pois dessa maneira teria visibilidade social para vincular seus ideais e reivindicações específicas feministas.

Neste sentido, percebemos a importância desses movimentos sociais para a conjuntura política e social do país, pois “a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem, fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.”¹³¹ e com “novos padrões de ação coletiva que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos”.¹³²

Dada a importância dos movimentos sociais devido ao seu caráter contestador “pelo direito de reivindicar direitos”¹³³, e à própria imposição das fontes que cobriram as movimentações e reivindicações de alguns movimentos populares que requeriam, junto ao Estado, “serviços de saúde, educação, transportes, habitação, luz, água, esgoto, enfim, toda a infra-estrutura urbana”¹³⁴, escolhemos acompanhar, através de nossos jornais, os debates e reivindicações no movimento

¹²⁸ RAGO, Margareth. Op. cit 1994- 1996. p.32.

¹²⁹ DE CERTEAU, M. *A Invenção do cotidiano*: Vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.p. 100.

¹³⁰ Como essa dissertação, Rachel Soiheit, em *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*, trabalha com o parâmetro de análise, a partir do referencial de tática de Certeau, A autora realiza uma releitura das ações políticas feministas de Berta Lutz, mais especificamente o que a autora chama de “feminismo tático”. Lutz e suas companheiras que criaram, em 1922, a federação Brasileira pelo progresso feminino (FBPF), que buscou a conquista do voto feminino, bem como fez reivindicações no campo dos direitos sociais. Soiheit realizou uma revisão no modo de trabalhar o feminismo, pois aponta para os caminhos do feminismo paralelo à cultura e ao cotidiano. SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres/ EDUNISC, 2006.

¹³¹ SADER, Eder. Op. Cit. 1985. p 29.

¹³² Ibidem. p17.

¹³³ Ibidem. p. 27.

¹³⁴ ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina Pahim. *Creche e pré-escolas*. São Paulo: Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. p. 15.

de luta por creches em São Paulo, pois, em meio aos outros movimentos, este em especial esteve mais ligado a reivindicações de caráter feminino:

*“Com quem ficam nossos filhos quando a gente sai para trabalhar?
As mulheres trabalhadoras vêm reivindicando, há algum tempo, a necessidade de mais creches nas grandes cidades brasileiras. O problema é antigo, mas requer agora solução urgente, uma vez que está aumentando o número de mulheres que são obrigadas a enfrentar a luta em busca do pão de cada dia, integrando-se nos meios de produção, ou seja, nas empresas ou no campo, contribuindo para o aumento das riquezas do país.”*¹³⁵

O debate por mais creches esteve presente nos três jornais analisados. Maria de Almeida Teles explica que foi no “Primeiro Congresso da Mulher Paulista, em 1979, que este tema foi eleito como principal”¹³⁶. No começo eram movimentos isolados que, mais tarde, organizaram-se em um movimento unitário: O Movimento de luta por creches¹³⁷. Esse movimento conseguiu englobar “feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associadas ou não à Igreja Católica, aos diversos partidos políticos (legais ou clandestinos) e grupos independentes. E mais, conseguiu integrar grupos dispersos de moradores”.¹³⁸

A importância desse movimento por creches se deve ao fato de estar ligado diretamente à possibilidade de a mulher, mãe, fazer parte do mercado de trabalho¹³⁹. “Entre 1970 e 1980, o número de mulheres que trabalham fora de casa

¹³⁵ Creche. *Brasil Mulher*. Ano2 n. 5. São Paulo, 1976 p.12.

¹³⁶ TELLES, Maria Amélia de Almeida. Op. Cit. 1993.p. 103.

¹³⁷ “O movimento não só reivindica, mas também zela pela qualidade do equipamento da creche; participa da seleção de funcionários, inclusive das diretoras das 7 primeiras creches instaladas. Até 1982, são instaladas 120 creches na cidade de São Paulo.” FÚLVIA Rosemberg, CAMPOS, Maria Malta. PINTO, Regina Pahim. Op. Cit. 1985. p. 19.

¹³⁸ Ibidem. p. 18

¹³⁹ “Entre 1970 e 1980 a participação das mulheres no mercado de trabalho do setor industrial no Brasil passou por mudanças, tanto quantitativas quanto qualitativas, que se traduziram no aumento global da porcentagem de operárias e na modificação de sua distribuição entre os diferentes ramos industriais. Concentradas anteriormente em setores tradicionalmente femininos, como o têxtil e de vestuário e de calçados, as mulheres passaram a penetrar em outros ramos industriais, principalmente determinados segmentos da indústria metalúrgica” LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. Brasiliense, 1990. p. 17.

passou de 18,5 % para 26,9 %”¹⁴⁰. Esses dados atestam a presença da mulher no mercado de trabalho¹⁴¹, seja em trabalhos com carteira assinada ou em serviços informais.

A mobilização por creches, principalmente para os jornais *Brasil Mulher*¹⁴² e *Nós Mulheres*¹⁴³, resulta da necessidade econômica familiar: o trabalho da mulher como forma de ajudar nos custos familiares, às vezes única responsável pela renda da casa¹⁴⁴. Esses jornais mostraram mulheres da classe operária que sempre trabalharam para o próprio sustento.

Sobre a importância do trabalho feminino, duas posições eram marcadas: a primeira, de feministas que acreditavam ser ele uma forma de independência e libertação pessoal; já a segunda perspectiva entende que o trabalho remunerado, no espaço público, é condição necessária, mas não suficiente para a libertação da mulher.¹⁴⁵

O debate em torno das creches foi apresentado sob duas condutas: como problemática para o trabalho fora do lar, da mãe de família, ou para reivindicação do

¹⁴⁰ OROSCO, Leda Cristina. O trabalho dignifica o homem. Já a mulher, quem dignifica? *Mulherio*. ano 2, n.7, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio junho 1982.

¹⁴¹ “Essa entrada de novos grupos de mulheres no mercado de trabalho e especificamente como assalariadas do setor industrial, explica-se pela articulação de quatro fatores principais: 1- a obrigação de contribuir no orçamento familiar, causada pela queda do salário real, a partir de 1964. 2- a natureza e a dinâmica do crescimento no Brasil, que ocasionou, principalmente em certos segmentos da indústria metalúrgica, a criação de grande número de novos empregos (...) 3 - as modificações na organização do processo do trabalho, que se traduzem, nas grandes empresas, por uma decomposição mais acentuada das tarefas (...) 4 - as mudanças no processo de trabalho, que provocaram a transferência, a nível burocrático, das funções de planificação e organização da indústria e por, isso, a criação de cargos de execução simplificados, ocupados de preferência por mulheres.” LOBO, Elisabeth Souza. Op. Cit. 1990. p.19.

¹⁴² Sobre o assunto ver: Nas Casas dessas mulheres: forno, fogão e fábrica. *Brasil Mulher*. São Paulo, ano 2, n° 8, agosto de 1977.p.8. SAFIOTTI, Heleieth. *Brasil Mulher*, Londrina, Ano I, n° 0, out. 1975, p. 11.

¹⁴³ Ver: Um dinheiro pingado. *Nós Mulheres*. São Paulo, ano 1, n° 1, junho de 1976.s.p. Salário Mínimo. Ibidem s./p.

¹⁴⁴ “O censo de 1980 revela que mais de 4 milhões de famílias brasileiras são chefiadas por mulheres – uma em cada seis famílias é chefiada por uma mulher. As famílias chefiadas por mulheres apresentam rendimento inferior ao das demais, situação que se deve sobretudo ao grande número de famílias “sem rendimentos” 16% das famílias chefiadas por mulheres e 1,6 % das famílias chefiadas por homens.” ROSEMBERG, Fúlvia. CAMPOS, Maria Malta. PINTO, Regina Pahim. Op. Cit. 1985. p.12.

¹⁴⁵ NESTLEHNER, Wanda. Repousa leoa. *Mulherio*. ano 2, n. 10, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov./dez, 1982, p.7.

cumprimento das leis existentes ¹⁴⁶. "Creche com quem deixar nossos filhos" questiona o número insuficiente de creches e a não obrigatoriedade, por parte do Estado ou das empresas, em fornecer educação gratuita entre os seis meses e os sete anos da criança:

“Outro problema é: depois dos seis meses, a criança com quem fica? É bom lembrar que entre 6 meses e 7 anos não há nenhuma lei que obrigue o Estado ou as empresas a fornecer educação gratuita.” ¹⁴⁷

A legislação ¹⁴⁸ existente nesse período se mostrou insuficiente para as necessidades reais, pois depois da amamentação tanto a mãe quanto a criança não têm mais respaldo jurídico. Neste sentido, a educação e a guarda da criança passam a ser responsabilidade da mãe.

“Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e aumentar o orçamento doméstico. Mas mesmo trabalhando fora a mulher continua sendo responsável pelos cuidados dos filhos.” ¹⁴⁹

Outra perspectiva apontada para a mobilização por creches refere-se ao dever “sagrado” da mãe de educar e cuidar dos filhos como responsável única. Essa perspectiva pode ser observada em ambos os jornais, mas apresentada aqui através do *Mulherio*:

¹⁴⁶ Art.1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. S 1º - O local em que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos: a) berçário com área mínima de 3m/2 por criança, devendo haver entre os berços e estes e as paredes, a distância mínima de 0.50 em: b) saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos- encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto: c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães: d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável: e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche. S 2º - O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de um leito para cada grupo de trinta empregadas entre 16 e 40 anos de idade. Creche com quem deixar nossos filhos. *Nós Mulheres*. n.2, São Paulo, setembro / outubro de 1976, s/p.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Sobre o assunto ver: NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008.

¹⁴⁹ Creche com quem deixar nossos filhos. *Nós Mulheres*. n.2, São Paulo, setembro / outubro de 1976. s./p.

*“O ditado popular não deixa dívida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe. Esse comportamento está de tal forma enraizado na sociedade e nas próprias mulheres individualmente, que a mãe que trabalha fora acaba se vendo no beco sem saída. Delegar a outros a “sagrada” tarefa de cuidar dos filhos provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal o modelo recebido na família não previa a transferência das funções de mãe para outras pessoas. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatórias que as atuais.”*¹⁵⁰

O problema passou a ser pensado não mais a partir de questões estruturais sociais como a legislação vigente ou as condições das creches, antes se passou a questionar a mentalidade e a racionalidade sociais em que a educação e o cuidado com os filhos são entendidos como “dever sagrado” da mãe, o que por sua vez está baseado na visão da “inscrição dos gêneros e da sexualidade nos corpos, onde estes ganham sentido socialmente.”¹⁵¹ Baseado “por um lado supostamente masculino, ativo e racional e outro, passivo e emocional”¹⁵², o feminismo, principalmente expresso no *Mulherio*, foi fator de impulsão não somente em questões estruturais ou jurídicas, mas também, e o que o torna diferente dos outros dois jornais, aproximou-se na crítica cultural em que problematizou também a mentalidade racional.¹⁵³

Neste sentido percebemos as várias dimensões da discussão em torno das creches, observando o quanto essa reivindicação foi importante para as mulheres e o movimento feminista. Mas é preciso perceber o movimento feminista em relação a

¹⁵⁰ Creche. *Mulherio*. ano 1, n 4, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. / dez. 1981. p, 10 – 17.

¹⁵¹ LOURO, Guarcira Lopes. *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p.11.

¹⁵² RAGO, Margareth. “Descobrimos historicamente o gênero”. *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998. p. 97 -98.

¹⁵³ Idem. Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: <http://www.nutead.uepg.br/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf>.

esses jornais, “não apenas como portadores de reivindicações, mas (como) um sujeito político”.¹⁵⁴

Mulherio, em seu exemplar de 1982, realizou um balanço geral do movimento feminista com algumas militantes dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e do próprio *Mulherio*. Nele foi apontada a luta por creches como um dos destaques feministas. Iara Prado analisa:

*“Tivemos vitória, com a luta pela construção de creches nos bairros, que se concretizou no projeto apresentado pela Prefeitura de São Paulo de construção de 385 creches na cidade (projeto que tem até hoje até hoje somente 56 creches iniciadas), portanto a luta deve continuar”.*¹⁵⁵

Heleieth Saffioti também indica a luta por creches como “vitória” para o movimento feminista, a partir do espaço conquistado pelas reivindicações expressas pelos jornais feministas, e também pelos grupos sociais.

*“O espaço que a gente está tendo hoje não existia de forma alguma há oito anos atrás. Bem ou mal a Prefeitura de São Paulo, construiu 140 creches e esse é um número apreciável. (...) Houve a pressão vitoriosa dos movimentos populares não só das feministas. As pressões se somaram e conseguiram”*¹⁵⁶

Rosemberg, Campos e Pinto apontam um outro viés para a luta por creches. A mobilização por foi uma forma “usada para encobrir, temporariamente divergências políticas fundamentais entre os grupos feministas na medida em que possibilitava – naquele momento – o desenvolvimento de uma estratégia comum: a mobilização das mulheres”¹⁵⁷. Pois esse movimento abarcou diferentes grupos de diferentes vertentes:

¹⁵⁴ LOBO, Elisabeth Souza. Op. Cit. 1990. p. 221.

¹⁵⁵ Que avaliação você faz da trajetória do movimento feminista no Brasil? *Mulherio*. Ano 2, n. 6, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mar./abr. 1982, p. 14.

¹⁵⁶ ROSEMBERG, Fúlvia. CAMPOS, Maria Malta. PINTO, Regina Pahim. Op. Cit. 1985. p. 13.

¹⁵⁷ “De um lado, as feministas tidas como radicais, hostilizadas e estigmatizadas como “revisonistas burguesas” por insistirem na luta em torno das discriminações de gênero, encampavam a luta por creche, que é ao mesmo tempo uma reivindicação popular, que corresponde ao anseio das mulheres de baixa renda e que

*“Os recém convertidos ao feminismo, originados a partir de movimentos políticos que priorizaram a luta de classes, encontraram na reivindicação por creches uma possibilidade de mobilizar e organizar mulheres, aliar-se às feministas radicais, sem enfrentar a questão divisora de água, o fantasma da ruptura, a sexualidade, o planejamento familiar, a descriminalização do aborto, o controle da mulher sobre seu próprio corpo. ”*¹⁵⁸

Esta análise engloba, em nossos jornais, grupos feministas provindos de vários grupos e partidos políticos, o que nos leva a perceber mais uma tensão a envolvê-los: os próprios grupos feministas com perspectivas diferenciadas.

Joana Maria Pedro indica uma perspectiva interessante para as tensões em torno dos grupos feministas: além das diferentes concepções e entendimentos em torno do que acreditavam e privilegiavam como problemáticas feministas, indica a existência de narrativas fundadoras acerca desse movimento feminista nacional da “segunda onda”.¹⁵⁹

Em 1975, a ONU, Organização das Nações Unidas, reconheceu ser aquele o Ano Internacional da Mulher, e começo da “década da mulher”. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, foi promovido um encontro com debates sobre a condição da mulher. Esse encontro, com apoio da ONU, foi realizado na Associação Brasileira de Imprensa, ABI. Da qual teria resultado a constituição do Centro da Mulher Brasileira¹⁶⁰. Segundo Joana Pedro entender esse evento do Rio de Janeiro como “data início” do movimento feminista da “segunda onda”, minimiza a atuação de

permite a crítica ao papel tradicional de mãe, enquadrando – se, portanto, no contexto do ideário feminista.”
Idem. p.19 – 20.

¹⁵⁸ Idem p. 20.

¹⁵⁹ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo poderes e conflitos (1970-1980). *Revista História*. Vol.26. n.52. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso

¹⁶⁰ PEDRO, Joana Maria. Apresentação. In: DUARTE, Ana Rita F. *Carmen da Silva: O Feminismo na imprensa Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. p. 11

diferentes grupos de reflexão¹⁶¹ que já estavam divulgando idéias e assumindo comportamentos que transgrediam os papéis sexuais normativos da época.¹⁶²

Essa mesma autora indica que o encontro de 1975 com o apoio da ONU, teria representado para diversos partidos e grupos políticos, ainda clandestinos, que tentavam se “reorganizar em meio à repressão, uma possibilidade de ação. Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura.” O apoio da ONU em torno da questão da mulher possibilitou aos partidos clandestinos realizarem reuniões e atuações sem se sentirem ameaçados pela repressão militar. No entanto, essa mesma aproximação poderia ser uma ameaça às perspectivas políticas com a dispersão da luta contra o regime militar.¹⁶³

As “narrativas fundadoras”, que prevalecem até os dias atuais, em torno desse encontro do Rio de Janeiro¹⁶⁴, segundo Joana Pedro:

*“Foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar. (...) Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre lutas gerais e “lutas específicas”, de um lado e entre” verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações de diferentes lugares. Falas de poderes e conflitos.”.*¹⁶⁵

Os conflitos podiam ser percebidos em torno das “narrativas fundadoras” como também da percepção do entendimento sobre as diferentes perspectivas

¹⁶¹ “Em 1972 começaram a aparecer nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas, inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte: eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas.” A autora aponta a existência de vários grupos, sendo impossível, quantificar quantos eram.” PINTO, Céli Regina, J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 49.

¹⁶² PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. 2005.

¹⁶³ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. 2006.

¹⁶⁴ Não se trata, no entanto, de minimizar a importância desse encontro, no Rio de Janeiro, mas sim problematizar as narrativas fundadoras em torno do feminismo deste período.

¹⁶⁵ Ibidem.

sobre o feminismo, como, por exemplo, na crítica tecida por Elenice Munerato, ao jornal “número zero” do *Brasil Mulher*:

*“Um jornal mensal lançado neste mês em Londrina, Paraná, não é o jornal da mulher, conforme afirma a primeira frase de seu editorial de apresentação e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas cinco realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras reportagens de assuntos gerais: da campanha pela Anistia aos irmãos Villas Boas, passando por uma seleção de fatos de menor importância já citados na imprensa nas últimas semanas (...) Decepcionante, pois, que esse jornal – bem impresso e barato, coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema socio-econômico-político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos de imprensa”.*¹⁶⁶

Contudo essa crítica se deve também à falta de posicionamento em relação ao feminismo, já que o *Brasil Mulher* se assume como imprensa feminista apenas em seu número dois, em 1976.

O *Brasil Mulher* reconhece a existência de outros grupos de reflexão, mas reafirma ser o primeiro jornal feminista, mesmo não tendo se assumido com esse termo logo no número zero, e segundo suas produtoras:

*“Um jornal feminista não é só aquele que tem uma pauta exclusiva da mulher. O é, também, o jornal que, tendo como objetivo a mulher, preocupa-se em não distanciá-la de um amplo programa de trabalho pela emancipação, (...) Fomos o primeiro jornal feminista surgido no país, embora muitos grupos feministas reunidos há vários anos no país procurassem os mesmos objetivos”*¹⁶⁷

O uso do próprio termo “feminismo” se mostra um problema para esse jornal, aliás, também como se posicionar diante da concepção de ser feminista. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, o termo feminismo incomodava algumas das mulheres¹⁶⁸ que compunham a edição do jornal.¹⁶⁹

¹⁶⁶ MUNERATO, Elenice. Um (falso) jornal. *Opinião*. 24 de outubro de 1975. p. 26.

¹⁶⁷ Editoria. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.2. São Paulo, 1976. p. 02.

¹⁶⁸ Therezinha Zerbine, por exemplo, como já foi visto neste capítulo.

¹⁶⁹ TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 88-89.

As editoras do *Nós Mulheres* expõem a seguinte problemática em torno do entendimento sobre o movimento feminista:

*“Ao falarmos assim, nos perguntam E o que seria então feminismo para vocês? Qual seria a maneira correta de colocar a luta da mulher? A tendência de todas nós, mulheres feministas, é de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: Nós não separamos a luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto ou aquilo, ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.”*¹⁷⁰

Mesmo o *Nós Mulheres* que logo no seu primeiro editorial se apresentava como um jornal feminista, problematiza a falta de posicionamento acerca do que acreditavam como emancipação feminina e emancipação humana, deixando transparecer que estas duas concepções estavam muito próximas para essas militantes. Outra perspectiva observada corresponde à necessidade de defesa, quando se assumia como feminista: “não somos contra os homens, não somos contra isto ou aquilo, ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos”.

Em contra partida a essas dúvidas e até receio do termo feminista expresso principalmente pelo *Brasil Mulher* e problematizado pelo *Nós Mulheres*, no *Mulherio* encontramos o seguinte posicionamento defendido por Isabel Vasconcelos:

“Feminista é palavra maldita. Baixo astral. Os meios de comunicação se aprimoram nessa coisa. Prá eles (salvas as honrosas exceções) feminismo é no mínimo sinônimo de histérica e frustrada. Ora, nenhuma mulher quer se identificar com tal imagem. É claro que as mais inteligentes (ou quem sabe as mais corajosas) não estão nem aí para rótulos e nem devem estar mesmo. Mas está na hora de nós, feministas, lutarmos também pela recuperação desta palavrinha, pela dignidade do rótulo. Somos feministas, sim, e com honra, muito amor e muito sucesso. Qualquer mulher que identifique sua própria discriminação, qualquer mulher que defenda a igualdade de oportunidades para os sexos, qualquer mulher que não se sujeite às

¹⁷⁰ Editorial. *Nós Mulheres*. n.6. São Paulo, ago./set. 1977. s./p.

'facilidades' inerentes à postura de "sexo frágil", qualquer mulher que questione a desigualdade entre homens e mulheres, queira ou não queira, é feminista." ¹⁷¹

São notórias as tensões e as intensas disputas, não só em torno da denominação e concepção do feminismo, como da imprensa feminista. Essa esfera influenciava direta ou indiretamente a produção dos jornais aqui analisados. Essas tensões e disputas precisam ser apreendidas na análise sobre os jornais, pois assim resgatamos a multiplicidade de tempos vividos, as experiências da militância feminista, e ainda os processos culturais imbricados na produção dos jornais. Não perdendo de vista essas tensões, percebemos duas perspectivas teórico-feministas ao entender e conduzir as problemáticas da mulher na sociedade - tema de nosso segundo capítulo.

¹⁷¹ VASCONCELLOS, Isabel. Feminista? Quem? Eu??? *Mulherio*. Ano 8. n.39. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, abr./mai. 1988.p.12.

2º Capítulo:
Em busca de espelhos reais¹⁷²

“A imprensa, de modo geral, registra, comenta, forma opiniões, distrai”.¹⁷³ A imprensa alternativa, mais do que isso, tem um viés político de militância não só política no sentido restrito da palavra, mas também de defesa de uma ideologia ou causa.

A partir da leitura desses jornais, percebemos duas vertentes teóricas com duas perspectivas teóricas prevaletentes: a primeira que engloba o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, e a segunda, do *Mulherio* que pensou também uma “nova linguagem” para articular o feminismo no jornal.

A temática deste segundo capítulo foi construída a partir dessa “nova linguagem” pensada por Adélia Borges, do *Mulherio*, juntamente com a fala de Joana Lopez que, por sua vez, procurou pautar um “sentido político” “desconstrutivo” em relação às representações da mulher nas capas do *Brasil Mulher*.

Conhecer alguns aspectos das linguagens usadas por esses jornais torna-se importante, pois, através dessas linguagens e linhas teóricas, percebemos as formas de problematizar o feminismo, bem como as abordagens e problemáticas trabalhadas por suas produtoras.

O *Brasil Mulher* entendia que:

*“Os debates mais lúcidos a respeito da situação da mulher não separam a emancipação feminina da conquista de uma nova ordem social. A luta da mulher por uma participação mais ampla faz parte de um processo global de reordenação das relações sócio-políticas.”*¹⁷⁴

¹⁷² Título extraído de um artigo de Adélia Borges, do *Mulherio*. BORGES, Adélia. Em busca de espelhos reais. *Mulherio*. Ano 2. n.7. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mai./jun. 1982.p.18.

¹⁷³ LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. Projeto História*. n.35. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2007.p. 222.

¹⁷⁴ Movimento de Libertação da Mulher. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.4. São Paulo, 1976.p.12.

O primeiro editorial do *Nós Mulheres* esclarecia:

*“Nós mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possamos comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres pela sua emancipação”*¹⁷⁵

O modo de entender a emancipação feminina como forma única, sem separá-la da emancipação humana, através de uma sociedade justa e igualitária, foi a postura ideológica adotada pelos jornais: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Essa conduta direcionou toda a forma de abordagem sobre os demais assuntos debatidos em suas pautas.

Para as militantes dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, as bases teóricas analíticas utilizadas na análise da opressão feminina deveriam seguir as categorias e ferramentas marxistas. Desse modo, esses jornais se apoiaram primeiro, na opressão das relações de exploração capitalista.

*“Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe.”*¹⁷⁶

Segundo Margareth Rago, dentro do contexto histórico, “o feminismo procurou pautar-se pela linguagem prevalecente nas esquerdas no país, dominando não apenas os conceitos marxistas, mas procurando provar como, em cada uma das questões levantadas pelos líderes e partidos políticos de esquerda, era possível perceber também a questão feminina”¹⁷⁷. Neste sentido, as principais reivindicações expressas por esses jornais foram em torno da política e das condições sociais da população.

¹⁷⁵ Editorial. *Nós Mulheres*. n.1. São Paulo, junho 1976.s/p.

¹⁷⁶ Editorial. *Nós Mulheres*. n.7. São Paulo, março 1978. s./p.

¹⁷⁷ RAGO, Margareth. “Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996. p.34.

Algumas mulheres que compunham esses jornais vinham da experiência da militância política de esquerda e “definiram que o alvo maior de sua preocupação deveria ser as mulheres trabalhadoras, principais portadoras da Revolução Social.”

¹⁷⁸ Desta forma, os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* “visavam conscientizar as trabalhadoras pobres, respaldando-se numa linguagem marxista inicialmente destinada a pensar a luta entre as classes sociais, e não precisamente a guerra entre os sexos.” ¹⁷⁹ Devido a essa perspectiva, a maioria das matérias desses jornais problematizaram o trabalho feminino¹⁸⁰. Primeiramente em favor da inserção da mulher no mercado de trabalho¹⁸¹, desencadeando uma série de problemáticas pertinentes a esse assunto como a luta por direitos trabalhistas¹⁸²; a não discriminação devido às especificidades do corpo feminino¹⁸³; a igualdade de salários¹⁸⁴; as denúncias das péssimas condições de trabalho. Pensaram também as questões do trabalho rural e as mudanças de leis referentes ao trabalho noturno, que era proibido às mulheres¹⁸⁵.

Concluimos que, para o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, a principal questão a ser vencida era a questão social, com a luta contra a situação de miséria e opressão por que passava a sociedade. Matérias como “Custo de vida”; “A panela está

¹⁷⁸ Ibidem.p.34

¹⁷⁹ Ibidem. p.34

¹⁸⁰ “As influências teórico/metodológico presentes são da dialética materialista. Assim incorpora-se o conceito de trabalho necessário, tal como é entendido, e *O Capital* (a diferença, estabelecida por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho necessário no capitalismo) levanta-se a bandeira (de maneira bastante analógica à fórmula de Engels, em *A Origem da Família, da propriedade Privada e do Estado, da socialização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que se aponta para a necessidade de profundas transformações sociais e a ligação entre a luta feminista e a luta de todos, homens e mulheres, por sua emancipação.*” MORAES, Maria L. Q. de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo, UNESP – Araraquara, 1990. p.23.

¹⁸¹ Este assunto também foi percebido no *Mulherio*.

¹⁸² PORTO, Comba Marques. O que deve mudar na velha CLT. *Mulherio*. Ano 2. n.7. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mai./jun. 1982.p.6. : A balança está torta. *Mulherio*. Ano 2. n.5. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982.p. 23.

¹⁸³ Por exemplo, no caso da gravidez, ou do período do ciclo menstrual.

¹⁸⁴ Direitos da mulher. *Nós Mulheres*. n.1. São Paulo, junho 1976.s./p.

¹⁸⁵ Mulheres Trabalhando sem registro, sem creche. Agora também à noite? *Brasil Mulher*. Ano 1. n.5. São Paulo, 1976. p. 11. ; Trabalhar à noite, quem ganha com isso? *Nós Mulheres*. n.7. São Paulo, março 1978. p.11.: Trabalho noturno. *Nós Mulheres*. : n 5. São Paulo, jun/ jul. 1977. s/p.

vazia”¹⁸⁶; “Custo de vida às nossas custas”¹⁸⁷; “Contra a carestia”¹⁸⁸; “As doenças do centro de saúde”¹⁸⁹; e “Povo reivindica melhoria nos transportes”¹⁹⁰ mostram a preocupação e contestação em bases materiais, colocadas em primeiro plano.

A partir da leitura de nossas fontes, percebemos principalmente duas linhas vertentes de feminismo: na primeira: o feminismo da igualdade¹⁹¹, expresso principalmente no *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que reivindicava “que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública”¹⁹²

*“Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e, desde já, a propomos como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude”*¹⁹³

O feminismo da igualdade procura, principalmente através da legislação, estabelecer a igualdade entre os gêneros. Igualdade de direitos e deveres no trabalho, com salários iguais, creches para viabilizar o trabalho fora do lar, possibilitando a igualdade econômica e estabelecendo igualdade de direitos entre homens e mulheres.

¹⁸⁶ *Brasil Mulher*. Ano 1. n.3. São Paulo, 1976. p.11.

¹⁸⁷ *Nós Mulheres*. n.4. São Paulo, mar./abr. 1977. s./p.

¹⁸⁸ *Nós Mulheres*. n.6. São Paulo, ago./set. 1977. s./p.

¹⁸⁹ *Nós Mulheres*. n.7. São Paulo, março 1978. s./p.

¹⁹⁰ *Brasil Mulher*. Ano 2, nº 6, 1976. p.14.

¹⁹¹ Segundo Joana Maria Pedro: “As “diferencialistas” eram acusadas de “essencialistas” - ou melhor, de que negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana. Enfim, que estariam considerando que seria o sexo - no caso o genital - que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação. Assim, diziam que o fato de portarem um mesmo corpo que tem menstruação, que engravida, amamenta e é considerado menos forte, fazia com que fossem alvos das mesmas violências e submissão. Desta forma, enquanto as igualitaristas reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo”, e, no caso de Luce Irigaray, a “reinvenção do feminino”. As chamadas “diferencialistas” acusavam, por sua vez, as igualitaristas de exigirem que “todas as mulheres fossem homens para poderem entrar na esfera pública”. Contra isto, afirmavam que, para terem poder, as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens.” Assim, embora chamadas de “essencialistas”, as diferencialistas tinham uma perspectiva da diferença entre homens e mulheres tão cultural quanto as chamadas “igualitaristas”.” PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *Revista História*. Vol.24. n.1. Franca, SP: Editora UNESP, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004 & lng=en&nrm=iso>.

¹⁹² *Ibidem*. s./p.

¹⁹³ Editorial. *Brasil Mulher*. Ano 1. n.0. Londrina, 1975.p. 02.

Outra perspectiva feminista tomada por esses dois jornais se refere às visões do “feminismo radical e do feminismo marxista ou socialista.”¹⁹⁴ Para o feminismo radical, as origens das desigualdades sexuais e da opressão feminina se encontram no patriarcado que, por sua vez, segundo Saffioti, “traz implícito a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais.”¹⁹⁵

*“Desde que nós nascemos, Nós Mulheres ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que a nossa função na vida é casar e ter filhos. (...)”*¹⁹⁶

O feminismo marxista ou socialista atribuiu as desigualdades sociais entre os sexos ao sistema capitalista, que colocava a luta contra o sistema como proposta:

*“A luta pela emancipação da mulher não está em momento algum desvinculada da luta pelas soluções dos problemas gerais da sociedade. Por isso, nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, ”*¹⁹⁷

Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* que seguem os fundamentos teóricos do feminismo marxista ou socialista, entendem que a dominação feminista está ancorada no capitalismo e no patriarcado, como dois sistemas de dominação que interagem mutuamente.

O *Brasil Mulher*, principalmente, partia da “definição clássica de patriarcado como hierarquia sexual do capitalismo, para o controle político”.¹⁹⁸ As condições sociais, o trabalho e as atividades domésticas eram problematizadas e vistas a partir de um sentido universal.

¹⁹⁴ Essas orientações foram tomadas do quarto capítulo da dissertação de Goldberg: O movimento feminista e o feminismo das mulheres de esquerda. GOLDBERG, Annette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. p. 91 – 169.

¹⁹⁵ SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e patriarcado*. São Paulo, 2001. Citado por: NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008. p. 27.

¹⁹⁶ Editorial. NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008.s./p.

¹⁹⁷ Editorial. *Brasil Mulher*. Ano 2. n.6. São Paulo, 1977.p.02.

¹⁹⁸ LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. Brasiliense, 1990. p. 186.

No entanto, Elisabeth Lobo destaca:

“representações de mulheres e homens, contidas nas formas históricas de suas relações não são as mesmas. A sexualidade, a maternidade ou a força de trabalho foram objeto de concepções distintas e, conseqüentemente, as relações de controle ou dominação entre homens e mulheres configuram formas distintas.”¹⁹⁹



Imagem 1-Contracapa. *Brasil Mulher*, nº 9. 1977.

As produtoras do *Mulherio* partem de uma outra percepção de feminismo, principalmente tendo com referência os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Segundo Adélia Borges, o *Mulherio* deveria ser “espelho fiel, retratar as mulheres

¹⁹⁹ Ibidem. p. 186.

como elas são inteiras, com suas contradições, desejos, conquistas e problemas.”²⁰⁰

Ainda de acordo com a mesma autora, era preciso pensar em linguagem desprovida de preconceitos de idade, beleza ou raça. *Mulherio*, por sua vez, buscou articular uma linguagem própria, uma nova epistemologia para pensar e trabalhar o feminismo.

A nova linguagem utilizada por suas editoras manifestou-se através de sentidos e valores, partindo de experiências femininas.

*“O que seria uma linguagem feminina, por exemplo? Cremos que nós, mulheres, temos um jeito diferente do jeito dos homens de olhar para o mundo, pelo próprio fato de estarmos tradicionalmente mais ligadas à produção cotidiana da vida: é dentro de nossa barriga que o bebê cresce, somos nós que nos ocupamos dele quando nasce, somos nós que estamos dia a dia cuidando para que a casa esteja limpa, para que a comida chegue a mesa, para que as roupas estejam em ordem. Mas em que isso afeta a linguagem de uma publicação feita por e para mulheres? Uma parte da resposta pode ser obtida no comentário de uma leitora sobre um conjunto de matérias sobre maternidade, publicadas no número 1. Segundo ela, no texto, na diagramação e nas ilustrações transparecia ternura. Isso ao nosso ver, corresponde à busca de uma linguagem feminina. Pois como nós, mulheres, podemos falar de maternidade sem ternura?”*²⁰¹

Era preciso então, de acordo com essas problemáticas, uma nova linguagem, sem regras, sem preconceitos, uma manifestação humana da ternura, da cumplicidade, baseada não só na comunicação, mas nas relações pessoais, estabelecendo o convívio com as diferenças.

A linguagem feminina problematizada e pensada pelo corpo editorial de *Mulherio* procurou valorizar as experiências femininas, e partiu “para a afirmação do universo cultural feminino, em todas as dimensões possíveis”²⁰², ou seja, destacou situações que estão fora do campo das experiências masculinas²⁰³, procurando

²⁰⁰ BORGES, Adélia. “Mulherio: um jornal feminista”. *Revista Comunicação e Sociedade*. Ano IV. n.8. Rio de Janeiro: Cortez, 1982.p. 125.

²⁰¹ Ibidem. p.128-129.

²⁰² RAGO, Margareth. Op. Cit. 1994- 1996. p.37.

²⁰³ WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

valorizar as experiências femininas, livres de estereótipos, para recuperar a mulher concreta.

*“E o que seria uma linguagem não discriminatória, classe, raça ou idade? Exemplos concretos dessa atitude: ilustrar uma matéria sobre beleza com, entre outras, uma foto de uma mulher velha, toda enrugadinha, mas resplandescente de beleza e de vida, a nosso ver. Ou usar uma foto de uma mulher negra na capa de um número que não era sobre negras, mas sobre política.”*²⁰⁴

Essa idéia de novas formas de abordagem às problemáticas aparece já na escolha e explicação para o nome do jornal. Mostra um segundo momento para a imprensa feminista brasileira, pois o foco principal do jornal não estava voltado à situação política do país como sentido de orientação, mas à questão feminina, ao feminismo como movimento social e crítica teórica.

*“Por que Mulherio? Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada em sentido pejorativo, associada “a histerismo”, gritaria, chatices, fofocagem ou, então, ‘gostosura’. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete ‘mulher’ já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade”; 2. “esposa.” Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimos de meretriz. As três exceções: “mulher de César” (de reputação intocável), “mulher de piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letra”, “de negócios”, etc. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas.”*²⁰⁵

Além de desmistificar um termo pejorativo em relação à mulher, suas editoras assumem a postura de criar uma imprensa onde se pretende “recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus

²⁰⁴ BORGES, Adélia. Op. cit. 1982. p. 129.

²⁰⁵ Mulherio. n.0. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mar./abr. 1981. p.1.

problemas. De uma maneira séria e conseguinte, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática." ²⁰⁶ Essa intenção clara das editoras do *Mulherio* mostra uma nova perspectiva dessa imprensa feminista que procurou romper com os moldes da imprensa feminista anterior, principalmente se compararmos o *Brasil Mulher e Nós Mulheres*, que tinham uma linguagem dogmática.

No *Mulherio* por sua vez, encontramos as duas perspectivas: o feminismo de igualdade e o feminismo de diferença. Esse periódico diferenciava a luta por direitos iguais das demais contestações em formas de reivindicações, isso porque, quando articulava com a legislação, esse como os outros dois jornais, procurava a igualdade de direitos ²⁰⁷ entre homens e mulheres. E, quando pensava a visão do feminismo como crítica social, imprimia o feminismo das diferencialistas, ou seja, passava a valorizar a diferença entre homens e mulheres. ²⁰⁸

O feminismo procurou questionar o masculino a partir de um sentido universal, pois as mulheres não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim o que o movimento reivindicava, fazia-o em nome da "Mulher" e não do "Homem" mostrando que o "homem universal" não incluía as questões que eram específicas da "mulher" ²⁰⁹.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Comba Marques. O que deve mudar na velha CLT. *Mulherio*. Ano 2. n.7. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mai./jun. 1982.p.6. "Neste sentido, pode-se observar que nem todas as opiniões convergiam no sentido de manter na legislação trabalhista medidas protecionistas em relação às mulheres. Comba Marques Porto, ao falar sobre as possíveis mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho, traz à tona esta questão: *Mulherio*: A legislação trabalhista é paternalista e protetora em relação às mulheres. Mas essa "proteção" nos interessa? Até que ponto ela não acaba por legitimar conceitos discriminatórios, como o de sexo "naturalmente frágil", o de que a mulher se equipara ao menor ou ainda o que deixa os filhos sobre sua responsabilidade exclusiva?" NICHNIG, Claudia Regina. Op. Cit. p. 41.

²⁰⁸ Esse posicionamento, de entender as duas vertentes feminista no *Mulherio*, é igual à tomada por Regina Claudia Nichnig, que por sua vez diverge da visão de Daniela Manini, que entende que no *Mulherio* é expressado apenas o feminismo diferencialista. Sobre o assunto ver: NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008.: MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.

²⁰⁹ "Como exemplo, podemos citar: o direito de "ter filhos quando quiser, se quiser" -, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da "diferença",

Porém, mesmo reivindicando e modificando o discurso masculino para a inclusão do discurso feminino, em busca de uma identidade composta por experiências femininas com a categoria mulher, também inseriu outra problemática no seio do debate feminista. “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma "diferença" - dentro da diferença. Ou seja, a categoria "mulher" que constituía uma identidade diferenciada da de "homem", não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluía.”²¹⁰

A crítica feminista começa a se reposicionar diante de seus fundamentos teóricos, do caráter heterogêneo do debate feminista, pois entendeu que não havia a “mulher”, mas sim o caráter diverso, as mulheres, e “que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras.”²¹¹

Representações do feminino

Dentro das perspectivas teóricas metodológicas de cada jornal, uma problemática foi tratada de forma bem parecida nos três periódicos aqui analisados: a oposição aos meios de comunicação. Nossos jornais reconhecem que os meios de comunicação social, em geral, apresentam uma linguagem estereotipada e deturpada sobre a mulher. Essa preocupação não se apresentou apenas em nossos jornais, surgiu como um debate amplo, envolvendo outras mulheres de outros países:

em relação ao "homem" - aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria "Mulher" era reivindicada. PEDRO, Joana Maria. Op. cit. 2005 (A). s/p.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ “A identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria "Mulher" passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria "mulheres", respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos.” PEDRO, Joana Maria. Ibidem.

“Mas o que tem sido feito em nosso continente para romper essa imagem? Quais as conquistas e as dificuldades das novas experiências neste setor? E o que fazer para que elas se desenvolvam, se fortaleçam? Com o objetivo de discutir essas questões, foi realizado um seminário²¹² sobre “A comunicação alternativa da Mulher na América Latina”. Mulherio participou, relatando sua experiência”²¹³

O *Mulherio*, por exemplo, traz as conclusões de dois estudos²¹⁴ acerca de como são tratadas as imagens de mulheres nos meios de comunicação:

“A imagem que os meios de comunicação apresentam sobre a mulher (...) reforçam a orientação caseira da mulher, cujo espaço de vida é por excelência as quatro paredes de lar: utilizam-na como objeto sexual, sobretudo na propaganda insistindo na importância da beleza e juventude: apresentam uma dicotomia entre a virgem e a prostituta, entre a “boa” e a “má” e valorizam as características femininas tradicionais como passividade, dependência e indecisão.”²¹⁵

O segundo estudo das pesquisadoras chilenas²¹⁶ confirma as constatações da pesquisadora inglesa, e ainda acrescenta contornos mais precisos para o caso da América Latina:

“Constataram a existência de um modelo único de mulher, que não tem um só traço físico ou cultural que se origine em uma das tantas culturas do continente. É a imagem de uma mulher essencialmente consumista, de elevado nível sócio-econômico, jovem esbelta e sexualmente irresistível, pouco interessada nos problemas sociais. Esta imagem “pretende ser a essência da Mulher, com “maiúscula”, e é uma das manifestações do projeto homogeneizador da cultura transnacional”, dizem elas.”²¹⁷

Essa perspectiva de problemática apontada pelo *Mulherio* como também suas conclusões são fundamentadas principalmente nos embasamentos teóricos de Teresa de Lauretis:

²¹² Seminário realizado na Cidade do México, com o apoio da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura.

²¹³ BORGES, Adélia. Em busca de espelhos reais. *Mulherio*. Ano 2. n.7. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mai./jun. 1982.p.18.

²¹⁴ A primeira pesquisa inglesa, Margareth Gallagher.

²¹⁵ BORGES, Adélia. Ibidem. A pesquisadora demonstra que a imagem que os meios de comunicação apresentam da mulher varia pouco de país para país.

²¹⁶ Coordenadoras da Unidade de Comunicação Alternativa da Mulher do ILET. Como fonte, foram analisadas revistas femininas de grande circulação em mais de 20 países latino – americanos.

²¹⁷ BORGES, Adélia. Ibidem.

“Um sujeito constituído no gênero, sem dúvidas, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos lingüísticos e representações culturais: um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raças e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único e contraditório em vez de simplesmente dividido.” ²¹⁸

Teresa de Lauretis aponta que a “construção do gênero ocorre atualmente por meio das várias tecnologias de gênero (p.ex., o cinema) e discursos institucionais (p.ex., a teoria), com poder de controlar o campo dos significados sociais e assim produzir e promover representações de gênero” ²¹⁹ ou seja, “o gênero constitui uma representação e uma auto- representação do masculino e do feminino, sendo produto de diferentes tecnologias sociais institucionalizadas”. ²²⁰

Esses estudos apontam que os jornais ou os meios de comunicação social, em geral, destacam representações do feminino, baseados em conceitos que parecem naturais, mas que não o são, e sua disseminação contribui para enfatizá-los como normas.

Outro estudo, *A Mulher nos jornais*²²¹, do Brasil Mulher, analisa o tratamento dado à mulher em jornais nacionais de diferentes estados ²²², apontando que:

“Para a imprensa em geral, a mulher vale como enfeite de suas páginas. Raramente aparece como sujeito de uma ação, a não ser que tenha cometido um crime, seja uma estrela ou desportista”. ²²³

²¹⁸ LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.228.

²¹⁹ Ibidem. p. 228.

²²⁰ RAGO, Elisabeth J. *Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2005. p. 85.

²²¹ *Brasil Mulher*. Ano 2. n.9. São Paulo, 1976. p.10.

²²² “Durante cerca de um mês, sete jornalistas de Brasília se puseram a analisar a frequência com que as mulheres aparecem no noticiário dos jornais brasileiros e o tipo de tratamento que lhes é dispensado. Foram selecionados oito jornais, entre os quais o Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, o jornal de Brasília e O dia – e o resultado do trabalho evidenciou a discriminação com que a mulher é tratada, embora o tom dessa discriminação varie de jornal para jornal. Para alguns jornais, para que uma mulher possa aparecer na primeira página, basta ter corpo bonito enquanto para outros é preciso ter cometido ou ter sido vítima de algum crime, ou ainda ser mulher de algum homem importante. Quase sem exceção, a mulher é utilizada também para embelezar os jornais”. *Brasil Mulher*. Ibidem.

²²³ Ibidem.

Segundo Michelle Perrot, de “maneira generalizante, as mulheres foram muito mais imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”. Eis aí outra razão para o silêncio e obscuridade (...) das fontes que escondiam o que verdadeiramente sentiam ou pensavam.²²⁴ Encontram-se na literatura, por exemplo, as mais diferentes representações e imagens sobre a mulher.

“Eu sabia que era bela; mas a minha imaginação apenas tinha esboçado o que Deus criara. (...)

Era um ligeiro sorriso, uma flor que desfolhava-se nos seus lábios, um reflexo que iluminava o seu lindo rosto.

Seus grandes olhos negros fitavam em mim um desses olhares lânguidos e aveludados que afagam os seios d’alma.

Um anel de cabelos negros brincava-lhe sobre o ombro fazendo sobressair a alvura diáfana de seu colo gracioso.

Tudo quanto a arte tem sonhado de belo e voluptuoso desenhava-se naquelas formas soberbas, naqueles contornos harmoniosos que destacavam entre as ondas de cambraia de seu roupão branco.”²²⁵

A beleza e a sensualidade feminina são as principais características lembradas. O “*belo sexo*”²²⁶, em outros tempos e diferentes linguagens, essa é uma das formas preferidas de pensar e imaginar a mulher, “é preciso ser bela, como e a beleza fosse o maior e melhor atestado de feminilidade.”²²⁷

No entanto, “não esqueçamos que, tradicionalmente, as mulheres são apresentadas como passivas, dóceis, frágeis, submissas”²²⁸. Entre outros, ainda encontramos a inocência como representação²²⁹ do feminino:

²²⁴ PERROT, Michelle. *Minha história de Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 17.

²²⁵ ALENCAR, José de. *Cinco Minutos*. 9. ed., São Paulo: Ática, 1981. p. 22

²²⁶ A mulher também é lembrada por sua beleza, que por sua vez, tem sua historicidade: “é preciso esperar os séculos XV e XVI para que a mulher seja alçada ao pináculo como personificação suprema da beleza. Pela primeira vez na história, realiza-se a conjugação das duas lógicas que instituem o reino cultural do “belo sexo”: reconhecimento explícito e “teorizado” da superioridade estética do feminino e glorificação hiperbólica de seus atributos físicos e espirituais.” LIPOVETSHY, Gilles. *A terceira mulher*. São Paulo: Cia. Da Letras, 2000. p. 113.

²²⁷ SANT’ANNA, Denise B. Ética e cultura corporal: do culto do corpo às condutas éticas. In: MIRANDA, Danilo. (Org.). *Ética e Cultura*. São Paulo: perspectiva, 2004.

²²⁸ SOIHET, Rachel *Condição Feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989. p. 7.

“Apesar de bastante descorada e um tanto magra, era inocência de beleza deslumbrante.

Do seu rosto irradiava singela expressão de encantadora ingenuidade, realçada pela meiguice do olhar sereno que, a custo, parecia coar por entre os cílios sedosos e franjar-lhe as pálpebras, e compridos a ponto de projetarem sombras nas mimosas faces.” ²³⁰

Soihet ressalta a importância de reconhecer a incidência, em alguns discursos e representações, de referências ao feminino como violência simbólica ²³¹, pois “ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal” ²³²

“A violência, porém, não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente de uma normalização na cultura, da discriminação e da submissão feminina. As teorias construídas e instauradas por homens - estabelecendo um duplo discurso do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher – restritivas da liberdade e da autonomia feminina que convertem uma relação de diferença em uma de desigualdade, configuram uma forma de violência e nesse caso insere-se, igualmente, a violência simbólica.” ²³³

Os pressupostos acerca da inferioridade feminina, ainda segundo a mesma autora, estão ligados, por exemplo, ao discurso da Igreja Católica, passando depois a ser reafirmados por outros discursos institucionais. Tais teorias ganham força durante o século XIX com o respaldo da ciência. “A medicina social assegura que se constituem como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o

²²⁹ Utilizo o conceito de representação a partir da obra de Roger Chartier. As representações “São estes esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado.” CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

²³⁰ Obra de 1872. TAUNAY, Alfredo de. *Inocência*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1994. p. 53.

²³¹ A violência simbólica – segundo Roger Chartier, inspirado em Norbert Elias e Pierre Bourdieu – nasce com o avanço do processo de civilização, entre os séculos XVI e XVII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo-se os entendimentos corporais por simbólicos. CHARTIER, Roger. “Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*. n.4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995.p.41.

²³² SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002.p. 321.

²³³ *Ibidem*. p.321.

recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal”.²³⁴

A oposição a essas representações fixas e abstratas deve ser entendida a partir de seus significados, construída ao longo do tempo na história. Em um artigo no *Mulherio*, de Marilena Chauí, essas representações e até os sentidos sociais são construídos historicamente:

*“A mulher ambigualmente é vista essencialmente como corpo (virgem, mãe, esposa, prostituta ou como fêmea) – isto é, como um ser que permanece determinado pela natureza – e, ao mesmo tempo como um bem – isto é, como coisa cultural.”*²³⁵

Importa destacar a historicidade da construção desses pressupostos da inferioridade feminina que, por sua vez, desencadeiam outros discursos reafirmando construções históricas em relação às representações e papéis sociais femininos. Como veremos a seguir, nossos jornais se voltam a alguns desses discursos a fim de combater essas representações e esses sentidos sociais não naturais.

Na história, não só os métodos ou as delimitações de fontes de sua escrita contribuíram para essa conclusão de Perrot, “como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante.”²³⁶ No entanto, alguns estudos como Casa Grande e Senzala²³⁷, de Gilberto Freyre, dão continuidade a alguns estereótipos a respeito das representações femininas, neste caso o da mulher negra, escrava. Aqui, destacados na leitura de Ronaldo Vainfas:

²³⁴ “Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.” Ibidem. p.322.

²³⁵ CHAUI, Marilena. “Os trabalhos da memória”. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.p. 8 - 9.

²³⁶ RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 1995 p. 81.

²³⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o regime Patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

*“Várias mulheres povoam, com efeito, as belas páginas de Casa Grande e Senzala, da mulher submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a mulher fogosa, sempre pronta a dar prazeres aos machos, a requebrar-se dengosa pelas ruas desalinhadas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos, à sombra de árvore, no meio do mato.”*²³⁸

Todos esses discursos sobre as representações do feminino e também da imagem da mulher resultaram na disseminação de estereótipos que estigmatizam e negligenciam a condição de sujeitos históricos.

Procurando problematizar o assunto a partir de imagens de outras naturezas, *Mulherio* tece a seguinte crítica:

*“Na imprensa feminina tradicional vemos que um único modelo de mulher prevalece: a mulher jovem, bonita (e a bonita geralmente é sinônimo de loira, com traços europeus), conforme a revista, sexualmente irresistível, ou mãe perfeita e dedicada. Mulherio procura não cair nesses estereótipos, e quer falar de mulheres concretas – bonitas e feias, ricas e pobres, jovens e velhas, brancas e negras tanto no texto com nas ilustrações e fotografias.”*²³⁹

²³⁸ VAINFAS, Ronaldo. “Homeroetismo feminino e o Santo Ofício”. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 115.

²³⁹ BORGES, Adélia. Op. cit. 1982. p. 128.

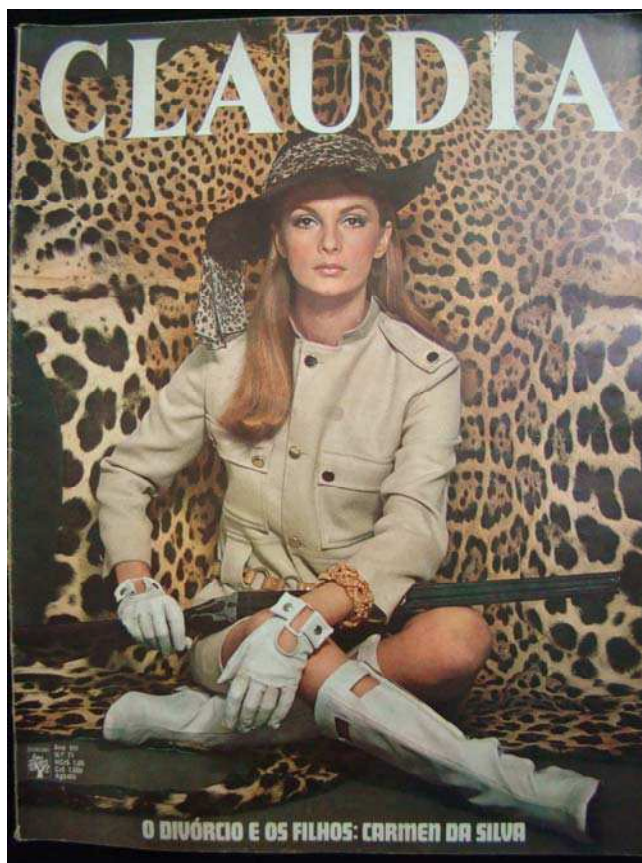


Imagem 2 - Capa Revista *Claudia*. Ano VII, agosto, 1967.

“É claro que falam das mulheres, mas generalizando: “as mulheres são...”, “a mulher é...”. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais.”²⁴⁰ Michelle Perrot, precisamente, fala da arte, das pinturas ao longo da história, problematizando a dominação a partir da linguagem da arte. Tal perspectiva pode também ser observada em outras linguagens dos meios de comunicação, inclusive em revistas destinadas ao público feminino, como no caso da imagem número um e número dois²⁴¹.

²⁴⁰ PERROT, Michelle. Op. cit. 2007. p. 17.

²⁴¹ Essas duas imagens não se caracterizam como fonte, mas com suporte de produções culturais, carregadas de valores sociais difundidos ao longo da história. Contudo como alerta Certeau, quando lidamos com produções culturais é importante entendê-los como repertório no processo de suas experiências próprias. DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p.93.

Raymond Williams entende a linguagem não só com uma forma de expressão, mas também com uma força formadora.²⁴² Esse é o sentido também pensado por Perrot que vê nas pinturas, ou até mesmo na literatura, linguagens inseridas na organização social e que agregam valores que passam a ser percebidos como referências naturais do ser mulher.

O *Nós Mulheres* também teceu críticas partindo dessa concepção:

*“A Propaganda é uma mentira, um mundo ilusório que cria novas necessidades. Absolutamente desnecessárias. E cuidado: se você não tiver isso bem claro, pode começar a odiar a sua própria imagem, porque não tem a pele branca e macia, o rosto sem rugas, os cabelos loiros ou aquele corpo fantástico. Nós mulheres somos fortes, mas a propaganda nos faz frágeis, burras e “gostasas”; porque é assim que essa sociedade nos usa para vender seus produtos. No entanto somos tantas. E por trás dessa imagem há força, inteligência, trabalho, miséria. E opressão”*²⁴³

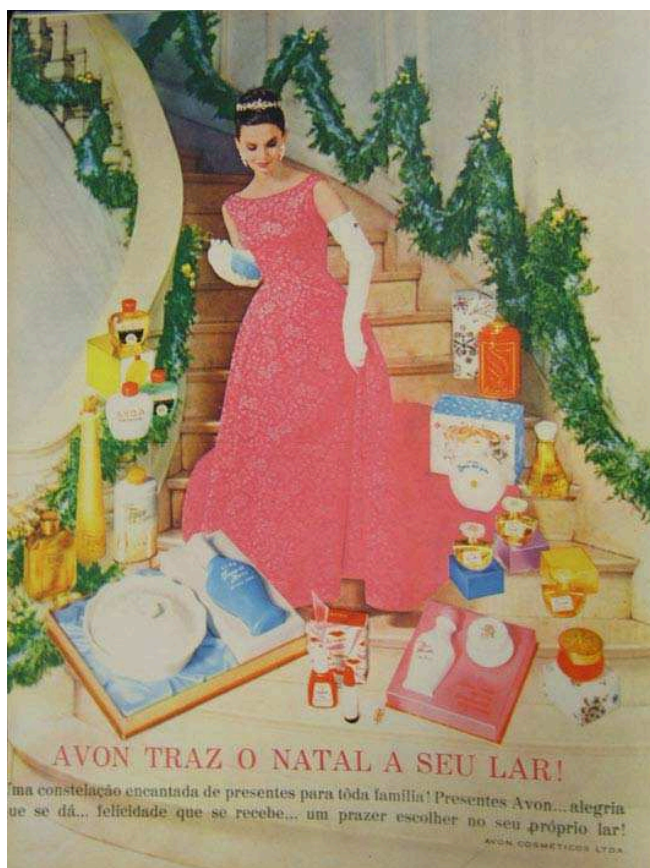


Imagem 3 – Propaganda Avon.
Revista *Claudia*. Ano II, dezembro, 1962.

²⁴² CEVASCO. Maria Elisa. *Para Ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

²⁴³ Tá na cara. Você não vê? *Nós Mulheres*. n.6. São Paulo, ago./set. 1977. s./p.

Essa forma de oposição às imagens, as representações fixas a estereótipos com valores universais, expressam tensões e conflitos em torno das imagens da mulher, que deslumbra as infinitas formas de mulheres concretas. Segundo Roger Chartier:

*“Essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”*²⁴⁴

A crítica feminista, principalmente as linhas “teóricas do feminismo contemporâneo, sobretudo em suas vertentes pós-estruturalistas, afirma a pluralidade de subjetividade em oposição à idéia essencialista de um sujeito unificado”²⁴⁵. Serve aqui também para pensar uma oposição a essas imagens abstratas e estereótipos sobre a mulher. Neste sentido, é preciso recuperar a luta para romper essas imagens abstratas e representações estereotipadas por que “enquanto sujeitos e agentes da história não permanecem presas a categorias fixas ou universais.”²⁴⁶

Dentro desta perspectiva, Joana Lopez, editora do *Brasil Mulher*, em uma de suas falas, mostra preocupação com as capas desse jornal:

“Eu achava que o BM tinha que ter uma aparência própria, ele tinha que se vestir, ter as sensações de um jornal feito por mulher, e acho que as imagens têm um poder muito grande para as mulheres, que eram nosso público alvo. E eu inovei no sentido em que me juntei a um grande fotógrafo de mulheres, o Chico Rezende, e nós dois trabalhávamos em parceria. Isso era pessoal, as outras mulheres não participavam

²⁴⁴ CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p. 17.

²⁴⁵ RAGO, Elisabeth J. Op. Cit. 2005. p. 85 -86.

²⁴⁶ DIAS, Maria Odila L. da S. “Teoria e Método dos Estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.p. 48.

disso, mas era um orgulho de todas porque para nós ser feminista era não esconder a mulher, mas sim revelar a mulher. ²⁴⁷

Essas capas, segundo a própria Joana, foram pensadas como forma de romper com as representações e estereótipos abstratos do feminino, pois pretendiam revelar a mulher. Por isso, a partir dessa fala e da expressividade de imagens de mulheres reais das fotos de algumas capas, optamos por analisar quatro capas do *Brasil Mulher* ²⁴⁸, e acrescentamos mais duas do *Mulherio* ²⁴⁹ que seguiam o mesmo sentido das capas do *BM*, o de revelar a mulher²⁵⁰.



Imagem 4 – *Capa Brasil Mulher*. Ano 1. n.0. Londrina, 1975.

A fotografia desta capa apresenta um misto de espontaneidade nos gestos da jovem fotografada que, por um outro lado, tem um olhar fixo nas lentes do fotógrafo.

²⁴⁷ Entrevista com Joana Lopez concedida a Elisabeth Cardoso. 11/11/2003. CARDOSO, Elisabeth. Op. cit. 2004. p.89. (grifos originais)

²⁴⁸ São material de análise as capas dos números: nº 0, nº 1, nº 3, nº 6 e nº 8, pois (essas capas) do número zero ao número oito foram pensadas a partir da perspectiva de Joana Lopez, que deixou o corpo editorial após o racha interno.

²⁴⁹ Do *Mulherio*, são analisadas as capas dos números: nº 3, nº 5 e, nº 17.

²⁵⁰ Muitas capas são interessantes e passam essa perspectiva, de ruptura, porém a grande maioria das capas do *Nós Mulheres* e do *Mulherio* são desenhos, caricaturas, portanto para seguir o sentido pensado por Lopez, analisamos somente as capas já citadas.

A jovem negra, grávida - ou mesmo, ainda uma menina, grávida - expressa sua doçura pelo sorriso e pelas linhas marcantes de seu rosto numa brincadeira, rodopiando uma criança. O cenário captado não só registra a realidade social das duas garotas presentes na fotografia, mas de um bairro todo, simples e pobre.

Esta capa expressa as condições sociais em que se encontram essas garotas: primeiro, a jovem grávida, problematizando a questão da gravidez na adolescência, envolvendo problemas como educação sexual e métodos contraceptivos²⁵¹, mas que também denuncia as condições sociais de uma parcela da sociedade, à margem das condições básicas de moradia e saneamento.



Imagem 5 – *Capa Brasil Mulher*. Ano 1. n.1. Londrina, 1975.

A foto traz a imagem de uma senhora idosa. O “close” capta o pequeno movimento que o fotógrafo intencionalmente registrou: sua mão, o rosto e, alguns

²⁵¹ Ver nosso 3º capítulo.

poucos cabelos brancos despenteados, apenas envoltos em um lenço. Essa mulher é Dona Gumercinda.

Esta fotografia não registrou uma pose pensada ou produzida, como as capas de revistas femininas, mas sim a ação do corpo espontâneo, de uma conversa corriqueira, ou ainda um conselho, “tecido na substância viva da existência”²⁵² que o filósofo segundo Walter Benjamin chama de “sabedoria - o lado épico da verdade – está em extinção. Porém esse processo vem de longe.”²⁵³ Ecléa Bosi problematizou-o em seu livro “Por que decaiu a arte de contar histórias?”, e respondeu da seguinte forma: “talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências”²⁵⁴. E a pessoa mais velha é rica nessas experiências, pois “a função social do velho é lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. A sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial coletiva.”²⁵⁵

Não só os conselhos, mas a memória são destruídos, desprestigiados na sociedade capitalista; qualquer coisa que expresse o tempo passado, a experiência adquirida, também é negada. Nada seria tão comum como a imagem de um rosto feminino marcado pelo tempo, como expressão de uma longa vida. Porém, a estética predominante nos meios de comunicação, e na sociedade em geral, está baseada na beleza homogeneizada, que não admite o diferente. O que essa cultura circunscreve como padrão, aliada ainda à juventude, são normas sobre o corpo,

²⁵² BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 200.

²⁵³ Idem 201.

²⁵⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ªed. Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁵⁵ CHAUI, Marilena. “Os trabalhos da memória”. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.p. 18.

sobre sua aparência. Segundo Ana Lucia de Castro, a historicidade deste padrão pode ser pensada a partir dos anos 1960, com a “formação da cultura juvenil – que vinha se gestando desde os anos 50 – associada à formação de um mercado consumidor jovem. Adotar um estilo jovem torna-se um imperativo, numa sociedade na qual o processo de envelhecimento passa a ser compreendido como algo a ser evitado e negado.”²⁵⁶



Imagem 6 – *Capa Brasil Mulher*. Ano 1. n.3. São Paulo, 1976.

Outra expressão feminina marcante: uma mãe segurando seu filho com uma olhar fixo e franco para as lentes do fotógrafo. Esta foto procura transmitir uma

²⁵⁶ CASTRO, Ana Lúcia de. *Revistas Femininas: Aspectos históricos, Produção e usos sociais*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 1994. p.18

mulher real. Não cabe aqui o julgamento da beleza homogeneizada contestada por essa imagem que procura resgatar outras formas de ver: não só beleza feminina ou a representação do feminino como frágil, ou com sentidos normatizantes.



Imagem 7 – *Capa Brasil Mulher*. Ano 1. n.4. São Paulo, 1976.

Esta capa trás outra imagem de uma mulher real, concreta, livre de estereótipos carregados de valores ou pressupostos da inferioridade da mulher. A imagem de uma mulher trabalhadora, mãe de família, sem o estigma da beleza homogeneizada, ou poses rígidas como as capas de revista feminina.



Imagem 8 – Capa *Brasil Mulher*. Ano 2. n.8. São Paulo, 1977.

Esta outra capa, em tom de denúncia social, traz novamente uma jovem, mãe de quatro filhos em meio ao que parece ser um amontoado de sucata, ou até mesmo lixo. A fotografia capta o desamparo dessa família, num misto de vítima, em meio à situação em que se encontra, mostrando, por outro lado, a força que expressa essa mulher em seu olhar fixo e penetrante para a lente do fotógrafo.

Esta capa sintetiza o misto de vítima e heroína produzido pelo discurso dos jornais: *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, onde “as mulheres de classe baixa, as trabalhadoras, no discurso do jornal, eram constantemente enxergadas como

vítimas do capitalismo, do patriarcado e das péssimas condições de vida.”²⁵⁷ Nossa posição não assume essa visão da mulher como vítima do capitalismo e do patriarcado, mas observa, a partir do cotidiano, mulheres inseridas nas tensões e conflitos das grandes cidades, que é o que, justamente, esta capa resgata: a ação, a liderança por mulheres de uma associação de favelados em busca de melhores condições de vida.



Imagem 9 – Capa Mulherio. ano 3. n.17. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1984.

Outra capa que resgata assuntos sociais foi a capa do *Mulherio* de 1984, que estampou o trabalho informal de mulheres no campo, conhecidas popularmente como “bóias frias”, que, seguindo o sentido proposto por Lopez, mostra a mulher real, revelando novas dimensões no comportamento feminino.

²⁵⁷ FERREIRA, Verônica C. “Entre Emancipadas e Quimeras - Imagens do Feminismo no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996. p.1 74.



Imagem 10 – *Capa Mulherio*. Ano1, n.3. São Paulo:
Fundação Carlos Chagas, set./out. 1981

A imagem da mulher negra, pouco ou quase nunca nesse período, era vinculada à capa de uma revista feminina. Como fruto da construção histórica, a representação da mulher negra percorre o mundo da sensualidade, o belo corpo, a beleza, porém, não devemos generalizar e afirmar que toda a produção de imagens sobre a mulher negra segue os mesmos valores. Usar uma foto de mulher negra na capa, em assuntos diversos, e não necessariamente quando o assunto é sobre negras, essa foi a proposta do *Mulherio*.



Imagem 11 – Capa Mulherio. *Mulherio*. Ano 2. n.5. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982.

Contudo estas capas procuram espreitar o modo de ver o feminino, “*pois as fotografias não são, como muitas vezes se pensa, um mero registro mecânico*”,²⁵⁸ mas o que o fotógrafo selecionou entre uma infinidade de outras possibilidades. Neste sentido, as fotografias que estampam as capas desses jornais, rompem com

²⁵⁸ BERGER John: (Org). *Modos de Ver*. Portugal: Editora Lisboa, 1976. p. 14.

as “poses assumidas para indicar estereótipos femininos”²⁵⁹, desta forma desmistificando-os.

Estas imagens trazem o testemunho do cotidiano dessas mulheres. São mulheres que não estiveram presentes na “história oficial”²⁶⁰, pois com a sutileza de sua escrita, a história as manteve fora de sua narração, mas o palpável, o real é concreto, e se faz sentir e viver, e não fica á margem, como fez à escrita da história.

O que Joana Lopez, como militante feminista, fez foi tornar mais visível, em um simples e sutil movimento de ajuste do foco da lente fotográfica, captar, registrar o que os meios de comunicação e a história não estavam acostumados a registrar e a dar visibilidade social. Diante desta perspectiva, deste outro modo de ver a mulher que possibilitou resgatar as múltiplas experiências femininas, dentro das práticas diárias dessas mulheres, pois em sua concepção, e dos outros jornais também, “ser feminista era não esconder a mulher, mas sim revelar a mulher”. Tal atitude consiste em não apenas colocar a mulher na história, como seu objeto ou seu sujeito, mas também em problematizar assuntos sociais de interesse geral: moradia, transporte, educação, etc., e também assuntos “específicos” do cotidiano feminino: creches, gravidez na adolescência, violência doméstica, etc.. Tudo a partir de uma perspectiva feminina.

O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* possuíam uma linguagem peculiar sobre a visão da “condição feminina”, principalmente do cotidiano da mulher pobre trabalhadora, o que nos levou a relatos sobre o dia-a-dia de algumas personagens das matérias desses jornais. Neste momento procuramos resgatar algumas

²⁵⁹ Idem. p. 142.

²⁶⁰ “Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante”. RAGO, Margareth. “As mulheres na historiografia brasileira”. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.p.81. Porém a partir da década de 1970, essa perspectiva muda, quando vários saberes passaram a se preocupar em revelar a atuação feminina na vida social.

mulheres que, em poucas palavras, contam seu cotidiano e o modo como garantem o sustento da família.

Em uma dessas matérias, deparamo-nos com “*apenas um dia*” da vida de Dona Alaíde. As poucas informações que temos a seu respeito expressam sua condição social, característica ressaltada como forma de tratar a condição feminina por parte das produtoras do *Brasil Mulher*. Sua história, sua origem, escolaridade, sonhos e desejos não aparecem na reportagem.

A matéria começa descrevendo o local onde mora Dona Alaíde, *uma casa pequena, de dois cômodos, no Bosque da Saúde, São Paulo*. Dona Alaíde conta seu dia-a-dia:

*Trabalho para uma firma de calçados. Trago para casa as palmilhas, a parte de cima das sandálias e a cola. Colo uma na outra e ponho para secar numa forma. Fico satisfeita de ver o serviço pronto. (...) Eles vendem por Cr\$ 60,00 e pro meu trabalho pagam Cr\$ 0,20 o par. Dá pra fazer uns Cr\$ 800,00 por mês. E isso trabalhando a noite toda, que de dia eu não posso. Tenho que espalhar as palmilhas em cima da mesa, passar a cola e aí as crianças vem e mexem, não é possível de dia. Com 5 filhos e o marido doente em casa, o serviço é grande. Só pego nas sandálias depois que todos dormem, lá pelas 10:00hs. Largo de manhã e começo o trabalho da casa. Só depois do almoço que dá pra dormir umas 3 horas. O cheiro da tinta faz mal pro meu marido, que sofre do coração. Ele está em casa aposentado por invalidez. (...) Faz uns 20 dias ele teve uma crise e eu larguei as sandálias, por causa do cheiro da cola. Esses dias tenho trabalhado como diarista em serviço doméstico. Mas não dá pra largar em casa 5 crianças, sendo que o mais novo tem só 1 ano. Vou procurar outro serviço pra fazer em casa, talvez de costura.*²⁶¹

Toda a argumentação da matéria nos leva a concluir que Dona Alaíde é mais uma vítima do capitalismo, pois lhe faltam condições básicas de vida: moradia, creches para as crianças, que lhe possibilitem trabalhar em emprego formal. Essa é a postura e conclusão da matéria.

²⁶¹ Nas Casas dessas mulheres: forno, fogão e fábrica. *Brasil Mulher*. Ano 2. n.8. São Paulo, 1977. p.8.

A posição do *Brasil Mulher* é ver Dona Alaíde como vítima de sua condição social e de sua “condição feminina”; neste método de análise, observa-a apenas como vítima das estruturas sociais. Porém, uma dentre outras teorias de crítica feminista propõe análises em que “seu processo de interpretação implica em analisar estruturas que rompem a cada instante, a fim de que as mulheres, enquanto sujeitos e agentes da história, não permaneçam presas a categorias fixas ou universais, tais como devassadas pelos estruturalistas.”²⁶²

Dentro desta perspectiva, procuramos resgatar esse rastro de experiência e cotidiano de vida dessas mulheres, para apreender “o sujeito como parte do mundo e não o mundo do sujeito”²⁶³, ou seja, não se fixar às estruturas sociais, mas aos improvisos do dia-a-dia, a fim de abrir caminhos novos sobre o modo de ver a mulher. “Estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista.”²⁶⁴ São as proposta de estudos defendidos por historiadoras como Maria Odila Leite Silva Dias²⁶⁵, Rachel Soihet²⁶⁶ e Maria Izilda Santos de Matos²⁶⁷, entre

²⁶² DIAS, Maria Odila L.da S. “Teoria e Método dos Estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 48. Segundo Maria Helena Cevasco pensando a diferença entre as perspectivas estruturalista e culturalista a partir de Stuart Hall, diz que “culturalistas colocavam a ênfase na primeira proposição: os seres humanos têm sido ao longo da história agentes da modificação social. Para os estruturalistas, a ênfase recai nas condições determinadas”. CEVASCO. Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. Boitempo Editorial. São Paulo. 2003. p.102.

²⁶³ DIAS, Maria Odila L.da S. "Nova subjetividade na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças". *Revista Estudos Feministas*. Vol.2. n.2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 374.

²⁶⁴ RAGO, Margareth. Op. Cit. 1995.p. 83.

²⁶⁵ “O pressuposto de uma condição feminina, identidade abstrata e universal, necessariamente a – histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerciam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história. A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de luta contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo.” DIAS, Maria Odila L.da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. SP: editora brasiliense, 1984. p.13

²⁶⁶ “Não esqueçamos que, tradicionalmente as mulheres são apresentadas como passivas, dóceis, frágeis, submissas... Importa pois, recuperar a história das mulheres dessas camadas, desmistificando estereótipos e

outras. Esses estudos historiográficos contribuem não só para a inserção da mulher como sujeito na história, mas principalmente pela preocupação das feministas de nossos jornais em quebrar as representações abstratas e o sentido social do “papel da mulher” baseado em pressupostos tidos como naturais, mas que são históricos.

Outro relato de experiência de vida foi selecionado desta vez em *Nós Mulheres*: Dona Maria de Lourdes, casada, 32 anos e mãe de 4 filhos. A postura das editoras do *Brasil Mulher*, as produtoras do *Nós Mulheres*, também salientou a condição social de Dona Maria de Lurdes, como vítima do capitalismo e do patriarcado.

*Eu consegui creche, mas a creche não fica á disposição o tempo todo. Então, o emprego que eu consigo é sempre assim: pegar costuras prá arrematar, e outras coisas que se consegue em oficinas perto de casa: camisas, blusas, lençóis e mesmo assim é difícil. Para arrematar blusas pagam Cr\$0,30 cada uma. Pelo lençol que vou costurar, fazer barra, ganho Cr\$ 0,50 ou Cr\$ 0,55 (feito á máquina...), tem também uns cavalinhos de plástico que a gente leva prá casa prá colar. Eu pego na fábrica, colo e pinto com tinta de cinco cores. Por esse trabalho recebo Cr\$ 15,00 o milheiro. Isso pegando cedinho e terminado no fim da tarde sem fazer nada de serviço em casa. Tem que largar brasa nos cavalinhos. as vezes, dá prá fazer 500 cavalinhos, então ganho Cr\$ 7,50 no dia. (...) Quando arrumo esses serviços dá prá quebrar o galho. Mas, quando não arrumo, o negócio é pegar uma roupa ou alguns pratos e fazer rifa entre as vizinhas. Eu faço isso porque está se aproximando o dia de comprar gás, pagar o aluguel e o que a gente tem não dá.*²⁶⁸

Este relato nos permite conhecer “aspectos concretos de seu dia”²⁶⁹, os serviços domésticos entrecruzados com o serviço do sustento familiar. Não há delimitações de espaços físicos para Dona Maria de Lurdes, a “moradia se

revelando novas dimensões no comportamento das mesmas.” SOIHET, Rachel Condição Feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 – 1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989. p. 7.

²⁶⁷. “Os estudos do cotidiano têm se mostrado um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas. Nesse sentido aproximando-se particularmente da psicologia e da antropologia, influencias que sem dúvida favorecem a ampliação de áreas de investigação histórica na análise do mundo privado de diferentes setores sociais.” MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: Uduisc, 2002. p.23.

²⁶⁸ *Nós Mulheres. Nós Mulheres*. n.1. São Paulo, junho 1976.s.p.

²⁶⁹ DIAS, Maria Odila L.da S. Op. Cit. 1994. p. 374.

configura, portanto, não só como o espaço doméstico, mas também como o espaço do trabalho."²⁷⁰ Os tempos se entrecruzam entre o cuidar da casa, cuidar dos filhos e de seu trabalho informal - não há delimitações, apenas mediações, entre um afazer e outro.

Esses trabalhos informais são mais do que atividades, trabalhos, são "práticas de sobrevivência, que se configuravam como fontes de resistência, intercalando-se como táticas e subterfúgios passíveis de um cotidiano improvisado, sempre em processo de ser re-inventado"²⁷¹

A realização desses trabalhos informais variava conforme as mediações com os demais moradores da casa, e conforme o tempo, em suas medições entre dia e noite, que também deveria ser pensado na hora de realizar o trabalho.

Nesse sentido não mais os papéis sociais são prescritos, mas vale pensar em estratégias sociais, com trabalhos informais, realizando pequenas atividades como pintar, costurar, essas mulheres resistem às dificuldades de não ter um emprego fixo, com carteira assinada, estabilidade. Forjam o próprio fazer como modo de sobreviver. Não reconhecer esses trabalhos informais, improvisados no espaço físico da casa, com o tempo dos afazeres da família como formas de resistências, contribui na narrativa de estereótipos femininos, como "passivas, dóceis, frágeis, submissas"²⁷² E no percurso de romper essas representações, recuperar "experiências concretas das mulheres na sociedade a longo termo vem se contrapor aos valores de dominação."²⁷³

²⁷⁰ SOIHET, Rachel. Op. Cit. p. 9.

²⁷¹ DIAS, Maria Odila L.da S. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In *Trabalhos da Memória*, nº 17. Projeto Historiado Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. 1998. p. 228.

²⁷² SOIHET, Rachel. Op. Cit. 1989. p. 7.

²⁷³ DIAS, Maria Odila L.da S.Op. Cit. 1992. p.51.

Dona Maria de Lourdes nos conta também a solidariedade entre as moradoras de seu bairro, pois as experiências de vida de uma moradora misturam-se com a da vizinha que, da mesma forma que Dona Maria de Lourdes, cria formas de trabalho para auxiliar ou até mesmo garantir a única renda da casa.

*“Às vezes, uma outra mulher da vizinhança consegue bastante trabalho numa oficina, então reparte um pouquinho comigo e outras mulheres. Dá uns lençóis prá uma, outros prá outra e assim se divide o trabalho.”*²⁷⁴

Outra experiência de vida, selecionada desta vez no *Mulherio*, resgatou os aprendizados e experiências trocadas entre fiandeiras, um grupo de mulheres da comunidade rural de São José, Município de Novo Brasil, em Goiás, que “criaram “coragem” e reviveram uma tradição local que já estava quase desaparecendo: a fiação do algodão.”

*“Arrumaram um dinheiro para comprar uma arroba de algodão e já há dois anos se mantém unido tecendo o algodão e a amizade. Esta prática de conversar em grupo fez com que as mulheres perdessem o medo de dar opinião, de falar. Em suas próprias palavras “aprendemos a ser solidárias umas com as outras, aprendemos a conversar uma de cada vez, discutir nossos problemas de mulheres, e o mais importante de tudo aprendemos a dar opinião. Criamos coragem, nas reuniões que não são do mutirão, de levantar o dedo, pedir explicação ou pedir para falar a idéia da gente”.*²⁷⁵

Em algumas matérias esses jornais resgataram os trabalhos informais realizados por mulheres como formas de sobrevivência, pois são as únicas responsáveis pelo sustento da casa e da família. A maior parte dos trabalhos informais apresentados nas matérias são ocupações ditas apenas femininas, desqualificadas historicamente, como costurar, pintar. No entanto, essas atividades são também formas de cultura dessas mulheres, pois para Raymond Williams

²⁷⁴ Um dinheiro pingado. *Nós Mulheres*. n.1. São Paulo, junho 1976.s./p.

²⁷⁵ ZANATTA, Elaine Márquez. As fiandeiras de Goiás. *Mulherio*. n.3. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./out. 1981.p.03.

“cultura é tudo o que constitui a maneira de viver de uma sociedade específica”²⁷⁶, e, é a partir dessa cultura como todo, um modo de vida, que essas mulheres forjam, improvisam sua sobrevivência no dia-a-dia.

É a partir desta perspectiva que trabalhos historiográficos procuram resgatar essas mulheres, não presas a categorias abstratas e universais, mas a partir de papéis informais nos processos sociais, fora de enquadramentos estritamente normativos.²⁷⁷ Segundo a perspectiva de teoria feminista de Maria Odila Dias:

*“o que justamente torna possível vislumbrar, na interpretação do processo histórico, a reinvenção de um futuro libertário e não mera interferência de necessidades estruturais, este é o sentido da teoria feminista de desbravamento do cotidiano na perspectiva histórica, pois o acumular de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade a longo termo vem se contrapor aos valores culturais de dominação.”*²⁷⁸

Maria Izilda aponta a crescente produção historiográfica sobre a perspectiva de gênero e explica:

*“Nos últimos anos, os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho: o tema adquiriu notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero. A produção historiográfica sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista abrangendo distintas formas de abordagens e conteúdos variados.”*²⁷⁹

Essa aproximação entre nossas fontes e a produção historiográfica sobre gênero se fez necessária para contrabalançar e delinear outras visões sobre a

²⁷⁶ CEVASCO, Maria Elisa. Op. Cit. 2003. p. 51.

²⁷⁷ DIAS, Maria Odila L.da S. Op. cit. 1992. p. 40.

²⁷⁸ “O cotidiano, visto pelo prisma de nossa contemporaneidade enquanto espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação, define um campo social de múltiplas interseções de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades ideológicas. Interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura a razão e as paixões o sujeito e o objeto – e que envolvem, todas a dualidade das relações de gênero, tanto na medida em que estão determinadas, como no processo em que estão transformando a sendo transformadas. DIAS, Maria Odila L.da S.Ibidem. p. 51.

²⁷⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero: Trajetórias, impasse e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p.11.

mulher na sociedade, tendo em vista a postura adotada pela mulher como vítima do capitalismo e do patriarcado, perspectiva dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

Perceber e analisar as diferentes perspectivas teóricas e linguagens de cada jornal serviu para entender as prioridades estabelecidas por cada jornal. Prosseguindo na análise do feminismo expresso por esses jornais, veremos, no terceiro capítulo, como foram problematizadas as “políticas do corpo”.

3º Capítulo:

O Feminismo na luta pelo corpo

O feminismo como movimento social articulou-se com as mais diversas correntes políticas, institucionais e segmentos sociais: a Igreja Católica, partidos políticos de esquerda, grupos de bairros, grupos de mães, etc. Foi grande a diversidade de problemáticas pensadas em conjunto com esses agentes sociais entre outros, a redemocratização do país, movimentos sociais que reivindicaram o fim da carestia, moradia, transporte, saúde, creches, igualdade jurídica, etc.

Aliado a essas perspectivas, o movimento feminista “internacional” desta “segunda onda” destacou como problemática indispensável ao debate feminista as “políticas do corpo”. Segundo Yasmine Ergas, com “políticas do corpo” “manifestavam-se em favor dos direitos de reprodução, as mulheres buscavam a plena assunção do seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e insurgiam-se contra a violência sexual.”²⁸⁰ Estes assuntos relacionados ao corpo feminino, antes tratados como restritos ao espaço privado, passaram a ser pensados e problematizados como assuntos públicos.

Para percebermos as limitações acerca do corpo da mulher, recorreremos aos sentidos sobre ele vencidos ao longo do tempo, indicados por Denise Sant`Anna:

“O que hoje é banal, naquele tempo era uma exceção: ou seja, a mulher não tinha direito sobre o seu corpo, portanto, ela não era livre para decidir sozinha sobre o que fazer com sua aparência e saúde. Além de ser considerado propriedade dos homens - pais, irmãos mais velhos, maridos, padres e médicos - o corpo feminino era pensado como sendo fruto da obra divina.”²⁸¹

²⁸⁰ Citado por: SOIHET, Rachel. Defrontando-se com os preconceitos: mulheres e a luta pelo corpo. *XIII Encontro de História Anph-Rio*. ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol.5. Porto: Afrontamento. 1991.p.601.

²⁸¹ SANT`ANNA, Denise. Ética e cultura corporal: do culto do corpo às condutas éticas. In: MIRANDA, Danilo. (Org.). *Ética e Cultura*. São Paulo: perspectiva, 2004.

Outra forma de perceber os sentidos dados ao corpo da mulher pode ser resgatada, na interessante pesquisa²⁸² “A percepção do corpo”, da feminista Rose Muraro, acerca das percepções do corpo para mulheres de diferentes classes sociais e idade:

*“Basta dizer, como exemplo, que as mulheres da burguesia, imediatamente ao serem perguntadas sobre o corpo, elas associavam, evidentemente, o corpo ao esporte, à dieta, ao tratamento de beleza, à ioga, inclusive alimentação natural, a todos esses conceitos mais avançados, modernos, de controle interno do corpo e que durante o correr da pesquisa apareceu com uma espécie de controle do corpo para obter dele o maior prazer possível.”*²⁸³

Segundo essa pesquisa, esse grupo social logo associa ao corpo assuntos principalmente relacionados à estética e à saúde. Já para o segundo grupo contendo em sua maioria mulheres camponesas:

*“Por sua vez, percebem o corpo como um instrumento de trabalho. Gostam do corpo porque ele é trabalhador e é com ele que elas podem ganhar a vida. Elas dizem que o corpo é “esperto” e que é o “único que Deus lhes deu” elas realmente vêem o corpo como corpo voltado para a produção.”*²⁸⁴

Essas duas percepções, mesmo que sejam apenas de alguns grupos sociais, ajudam-nos a delinear e perceber como as mulheres percebiam o próprio corpo, seja a partir de referências culturais ou de saúde, ou ainda como a mulher e seu corpo estiveram presos a discursos normativos. Essas percepções evidenciam as diferentes formas possíveis de pensar, de ver e de problematizar o corpo da mulher.

²⁸² “Basicamente, queríamos saber se havia e quais eram as especificidades em relação à mulher, segundo as classes sociais. Resolvemos então cortar, metodologicamente, a sociedade dentro da perspectiva de classes sociais. Essa pesquisa foi realizada tendo a colaboração de um grupo de Pernambuco. Fizemos entrevista com 40 camponesas, sendo 20 a de nível de subsistência na zona do agreste pernambucano, 20 na zona da mata. Entrevistamos também 20 operárias de linha de montagem em São Paulo, escolhidas em algumas fabricas de Osasco. Entrevistamos mulheres da burguesia.” MURARO, Rose Marie, “A percepção do corpo”. In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro. p. 172.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ Ibidem.

O corpo, segundo Foucault, é local onde estão inscritos conflitos entre indivíduos e sociedade, e cuja sexualidade encontra-se “ao lado da norma do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações”²⁸⁵. Sobre essa perspectiva de corpo, Marilena Chauí, em um artigo do *Mulherio*, esclarece a relação corpo e sociedade:

*“Pelo menos em nossa sociedade, é um dos objetos privilegiados para o exercício da dominação. (...) Deixam patente a presença de ideologia e práticas sociais destinada a confinar o corpo à região das coisas controláveis e manipuláveis”*²⁸⁶

Foi nesse sentido que o movimento feminista passou a se ocupar das “políticas do corpo”, como forma de perceber e perder as “amarras”, pois o corpo “pode ser definido como um teatro de operações: recortado conforme os quadros de referência de uma sociedade, ele fornece um cenário às ações que esta sociedade privilegia”²⁸⁷, ou ainda, o cenário desses controles, das normas sobre ele. O *Brasil Mulher* procurou problematizar o conhecimento sobre o corpo da mulher:

*“Nesta página, Brasil Mulher inicia uma série de artigos sobre reprodução, métodos contracepcionais e sexualidade. Em geral, nós mulheres desconhecemos o nosso corpo. O pouco que nos ensinam foi a sentir dores, dores de menstruação, dores da primeira relação sexual, dores de parto. Ninguém nos ensinou nada sobre prazer que nosso corpo pode nos dar.”*²⁸⁸

As produtoras do *Brasil Mulher* problematizaram a falta de conhecimento sobre o corpo: “nós mulheres desconhecemos o nosso corpo”. E, estabeleceram como proposta conhecer o corpo feminino²⁸⁹, em uma série de quatro partes, intitulada *Nosso Corpo*:

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

²⁸⁶ CHAUI, Marilena. Em torno da política do corpo. *Mulherio*. Ano 2. n.6. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mar./abr. 1982. p. 8 – 9.

²⁸⁷ DE CERTEAU, Michel. “Histórias de corpos”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002. p. 407.

²⁸⁸ Nosso Corpo – Parte I. *Brasil Mulher*. Ano 3. n.13. São Paulo, 1978.p.14.

²⁸⁹ Para tanto, optamos por selecionar um trecho que trazia o resumo de cada uma das partes. A exposição desses resumos, nos ajuda a percebermos como as produtoras pensavam o corpo feminino.

Nosso Corpo parte II, de Abril de 1979, trouxe:

“Conhecendo nosso organismo e sabendo como ele funciona, a gente compreende melhor os médicos e pode explicar melhor o que sente. Muita coisa a gente pode resolver sozinha, quando conhecemos bem o nosso corpo , sem precisar ir ao médico (...) vamos saber o que é a menstruação, e aprender a usar um dos métodos anticoncepcionais: a tabelinha.” ²⁹⁰

A parte III de Nosso Corpo tratou:

“Desta vez, vamos conhecer mais um método contraceptivo o DIU – Dispositivo Intra- Uterino, também conhecido no Brasil como aparelhinho. É importante que nós mulheres, conheçamos todos os métodos contraceptivos, para que possamos fazer uma escolha livre e segura de qual método adotar sempre sob orientação médica, garantindo assim uma vida sexual e evitando uma gravidez indesejada” ²⁹¹

E, por fim, na última parte de Nosso Corpo IV:

“Vamos aprender um método contraceptivo, o DIAFRAGMA, método muito pouco conhecido no Brasil. Trata-se de um método que não prejudica a saúde da Mulher. E mais um meio ao nosso alcance para evitar uma situação difícil, a de gravidez indesejada.” ²⁹²

As principais impressões que ficam a respeito dessa série *Nosso Corpo* foram a linguagem e a forma didática usadas para tratar o assunto. A partir da leitura de *Nosso Corpo*, percebemos que a principal questão a ser pensada sobre o corpo feminino, segundo as produtoras do *Brasil Mulher*, é a contracepção como forma de evitar a gravidez indesejada, com descrição de algumas técnicas de contracepção, e a preocupação de explicar o que é menstruação e menopausa.

Assuntos como prazer e orgasmo não foram nem mesmo citados, quanto mais problematizados a partir da perspectiva feminina. No entanto, essa forma didática de pensar o corpo feminino não quer dizer que ele fosse tratado ou visto somente dessa forma na sociedade deste período, mas nos dá indícios sobre o

²⁹⁰ Nosso Corpo – Parte II. *Brasil Mulher*. São Paulo: ano 3. n.14. São Paulo, 1978. p.16.

²⁹¹ Nosso Corpo – Parte III. *Brasil Mulher*. São Paulo: ano 4. n.15. São Paulo, 1979.p.11.

²⁹² Nosso Corpo – Parte IV. *Brasil Mulher*. São Paulo: ano 4. n.16. São Paulo, 1979. p.11.

podor referente a esses assuntos. Todavia, se a impressão que fica desta leitura é justamente sua postura didática prezando a preocupação de evitar a gravidez indesejada, encontramos aí a verdadeira problemática em torno desse conjunto de artigos. Perceber as perspectivas em relação ao feminismo expresso no *Brasil Mulher* pode nos ajudar a entender essa perspectiva didática.

Iara Prado, do *Brasil Mulher*, problematiza o assunto a partir da seguinte perspectiva:

“Será que nós mulheres deveríamos politizar o cotidiano? Discutir se sentíamos ou não prazer em nossas relações sexuais? Seria justo debater estas questões tão pessoais, enquanto as mulheres pobres em todo o Brasil assistiam seus filhos morrerem de fome?” ²⁹³

Essa “mentalidade” expressa por Prado ganha força quando resgatamos a fala de Joana Lopez, relatando a dificuldade em aprovar uma pauta sobre pílulas anticoncepcionais. Segundo ela, esse tema teve de ser defendido, porque houve restrições a esse assunto:

“Muitas mulheres do grupo não estavam preparadas para discutir estas questões o que refletia o tabu em relação à sexualidade e ao corpo.” ²⁹⁴.

Estas duas falas reafirmam por um lado a postura ideológica e política seguida por esse jornal²⁹⁵: no marxismo, a questão das relações entre os sexos, a história da sexualidade e do corpo, porém, as lutas políticas das mulheres foram

²⁹³ Entrevista com Iara Prado concedida a Rosalina de Santa Cruz Leite. LEITE, C. S. Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta armada, jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2004.p.204.

²⁹⁴ DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), FBC - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p.70.

²⁹⁵ É importante destacar que esta série: Nosso Corpo do Brasil Mulher foi produzida pelas editoras da “segunda fase” do jornal, ou seja, após a saída do grupo fundador, inclusive de Joana Lopez. Essas produtoras eram fortemente comprometidas com os partidos ou segmentos político de esquerda: PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (O Partido Comunista do Brasil), AP (Ação Popular) e MR – 8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

tidas como secundárias em relação às questões da luta das classes.²⁹⁶ Por outro lado, um sentimento reconhecido: a dificuldade de falar sobre o corpo e a sexualidade. Esta perspectiva vista não só na fala de Lopez que expressa o tabu em relação a esses assuntos, também fica evidente na forma didática como foram conduzidas as matérias.

Entretanto, a expressão dessa mentalidade expressa pelas duas produtoras do *Brasil Mulher* não pode ser observada fora de seu contexto social. O tabu impregnado em relação a esses assuntos pode ser observado, por exemplo, na argumentação utilizada para censurar a Revista Realidade, cujo especial: A Mulher brasileira hoje²⁹⁷, ainda na gráfica foi proibida de circular, sob a acusação de conter algumas reportagens obscenas e “profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher, ferindo o pudor e, ao mesmo tempo, ofendendo a moral comum, com graves inconvenientes e incalculáveis prejuízos para a moral e bons costumes.”²⁹⁸

Por outro lado, a Igreja, uma forte aliança contra o governo militar, também motivou a prudência por parte dessas militantes, pois a contracepção sempre preocupou a Igreja Católica. “Na segunda metade do século XX, a Igreja promoveu um estímulo ao discursar sobre o corpo e a sexualidade, fomentando um trabalho pedagógico dirigido ao controle e normatização de suas manifestações, a partir da publicação da carta encíclica *Humanae Vitae*²⁹⁹, em julho de 1968.”³⁰⁰

²⁹⁶ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana Maria (Org.). *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. (A) Disponível em: <http://www.nutead.uepg.br/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf>.

²⁹⁷ Esse especial trouxe matérias como pesquisa: “O que elas pensam e querem”, “Confissões de uma moça livre”; como ciência: “O corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Por que a mulher é superior”, “Assista a um parto até o fim”, e ainda, “Histórias de casamento que não deram certo”. *Revista Realidade*. A mulher brasileira hoje. Janeiro, 1967. Editora Abril, edição especial.

²⁹⁸ Argumentação utilizada pelo juiz de Menores de São Paulo, Artur de Oliveira, para apreensão da revista. FARO, José, Salvador. O eixo da ordem familiar: visões da mulher. In: *Revista Realidade 1966 – 1968*. Editora ULBRA. 1999.p.131.

²⁹⁹ DOCUMENTOS DE PAULO VI. *Carta encíclica Humanae Vitae*. Trad. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997. Citado por: SOUZA, Aujôr Junior. *A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960- 1980)*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. P. 7.

Contudo o que em um primeiro momento pode ser considerado como respostas acerca dos limites do tabu em relação aos debates das “políticas do corpo”, no *Brasil Mulher*, na verdade aqui expressam a problemática não só deste capítulo, como também a própria intenção que levou o feminismo enquanto movimento a problematizar esses assuntos “íntimos”, silenciados ao longo da história, como evidencia Michelle Perrot: “Quais são os fundamentos, as raízes do silêncio acerca do corpo da mulher? Trata-se de um silêncio de longa duração, inscrito na construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, mas reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político.”³⁰¹

“O pessoal é político”, um dos lemas do feminismo, mostra a perspectiva de transformar em demandas políticas temas íntimos e considerados como exclusivamente da vida privada, essa foi à intencionalidade desse lema feminista.

Essa perspectiva representa:

*“Primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica do poder, que tem tipicamente sido vista com a face distintiva do político. (...) E, que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isoladamente um do outro.”*³⁰²

³⁰⁰ “A *Humanae Vitae* foi o resultado de uma discussão provocada pelo Concílio Vaticano II no início da década de 60. (...) A busca da Igreja Católica em revisar ou atualizar as suas práticas tornou-se necessária principalmente a partir das décadas de 60 e 70. Uma reavaliação de sua posição frente ao mundo foi uma das soluções encontradas por esta instituição. Segundo o discurso do Magistério, esta reavaliação aconteceu com o XXI Concílio Ecumênico Vaticano II, idealizado pelo papa João XXIII. Este evento aconteceu em quatro sessões. A primeira aconteceu em 10/10/1962, seguindo-se de mais três sessões anuais, com dois meses e meio de duração cada uma, ocorrida até o ano de 1965. No concílio a Igreja buscou refletir sobre si mesma, assumindo uma postura de diálogo e abertura com o “mundo moderno” Ibidem. p. 67 – 68.

³⁰⁰ RAGO, Margareth. Op. Cit. 1998.

³⁰¹ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.p. 20

³⁰² OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*. V. 16 n° 2 Florianópolis maio /ago.2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#top

Daí a necessidade de as mulheres se apropriarem delas, de lutarem pelo conhecimento e pela autonomia de seu corpo ³⁰³. Essa luta, no entanto, não pode ser analisada sem a perspectiva da vida não-doméstica, ou do público ³⁰⁴, como argumenta Susan Okin. Neste sentido, as formas de contracepção são importantes no debate sobre a sexualidade feminina. Observar como este assunto foi tratado em nossos jornais revela indícios de como foi entendida a sexualidade feminina, porém, daremos ênfase não à contracepção no geral, mas sim, ao método que causou mais polêmica e possibilidade de liberdade sexual para a mulher: os anticoncepcionais hormonais.

Os contraceptivos hormonais ³⁰⁵ são diferentes dos demais métodos contraceptivos por possibilitarem à mulher o controle sobre sua ingestão. Não só a adoção dos contraceptivos hormonais, mas toda e qualquer forma de “métodos seguros de contracepção tem sido articulada com a mudança significativa nas relações de gênero.” ³⁰⁶ Neste sentido, a pílula anticoncepcional foi um marco para a questão do planejamento familiar, como também na mudança comportamental das mulheres na sociedade e na família. Segundo Joana Pedro, no Brasil, nos anos 60 e

³⁰³ PERROT, Michelle. Op. cit. 2003.

³⁰⁴ *A autora, em vez de trabalhar com as denominações público/privado, entende na verdade público/ doméstico, isso porque, segundo ela, público/privado são ambíguos: “a primeira ambigüidade resulta do uso da terminologia para indicar ao menos duas distinções conceituais centrais, com variações em cada uma delas. “Público/privado” é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas. A diferença crucial entre os dois é que o domínio socioeconômico intermediário (o que Hegel chamou de “sociedade civil”) é na primeira dicotomia incluído na categoria de “privado”, mas na segunda dicotomia é incluído na de “público”. Tem havido pouca discussão sobre essa importante ambigüidade pelos teóricos políticos das correntes hegemônicas. Eu vou focar o segundo significado neste capítulo porque é a permanência dessa dicotomia que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero. Vou me referir a essa dicotomia como “público/doméstico”.* OKIN, Susan Moller. Maria Op. cit. 2008.

³⁰⁵ “No Brasil, o comércio da pílula anticoncepcional teve início em 1962, dois anos após ter sido aprovado, nos Estados Unidos, pelo Food and Drug Administration, a pílula chamada Enovid, produzida pelo laboratório Seaele. Os jornais e as revistas voltados para o público feminino publicaram alguns artigos informando sobre suas potencialidades, porém, muito da divulgação foi realizada por representantes comerciais que atuaram juntos aos médicos. PEDRO, Joana Maria. “Entre a ameaça da ‘bamba populacional’ e a emancipação do corpo das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970)”. Projeto História. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002. 247.

³⁰⁶ Ibidem.

70, “os contraceptivos hormonais vieram acompanhados de argumentos que discutiam a) a questão da população; b) a redução de práticas de abortos; c) uma melhor harmonia do casal; d) a emancipação das mulheres³⁰⁷”.

No *Brasil Mulher*, os anticoncepcionais hormonais motivaram uma decisão polêmica:

*“Prezada leitora: Jogue Fora a sua 'pílula'. Faça isso agora, imediatamente, assim que acabar de ler este artigo. (...) E aconselhe sua amiga a fazer o mesmo, ou então, não se queixe amanhã, amargamente, de não ter sido advertida a tempo.”*³⁰⁸

Essa linha adotada pelo *Brasil Mulher* permeia a concepção que suas produtoras tinham do feminismo, pois considerava que a sociedade patriarcal imbuía a mulher da responsabilidade de cuidar do controle de natalidade. Segundo suas editoras, as “pílulas são uma armadilha perigosa do patriarcado”.³⁰⁹

Lembrando que os métodos contraceptivos e os anticoncepcionais hormonais foram utilizados nas décadas de 60 e 70, como forma de combater o medo da superpopulação em todo o mundo³¹⁰, “o grande temor era de que a população continuasse crescendo, especialmente as pessoas pobres e não brancas, num ritmo acelerado, e inviabilizasse, assim, a existência no planeta.”³¹¹ Tanto o Brasil quanto a América Latina foram considerados possíveis focos de superpopulação nas décadas seguintes.

O temor sobre a América Latina esteve ligado às discussões ideológicas do período, um “continente explosivo, um campo fértil para a agitação comunista”³¹². Neste período, por meio de golpe militar, implantou-se, no Brasil e em outros países

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ Pílulas ora pílulas! *Brasil Mulher*. São Paulo: ano 1. n.1. Londrina, 1975. p. 7.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ “A problematização sobre a população, seu tamanho, mobilidade, mortalidade, saúde e fecundidade é, porém, discussão que antecede as décadas citadas. Essa idéia aparece na metade do século XVIII. Ibidem. p. 244.

³¹¹ Ibidem p. 245.

³¹² “O investimento no controle da natalidade, no Brasil e nos demais países da América latina, teve relações diretas com a Revolução Cubana de 1959.” Ibidem. p. 248.

da América latina, a ditadura militar. A aliança entre o governo militar e os Estados Unidos esteve inserida num consenso de duas mãos: “os investimentos e as ajudas internacionais só seriam implementados após o comprometimento desses países em adotar políticas de contenção da expansão populacional.”³¹³ No Brasil, neste sentido, a implementação dessas políticas de controle populacional³¹⁴ foi patrocinada por entidades internacionais como a “USAID - Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, entre outras a que mais canalizou fundos para o Brasil”.³¹⁵

Da mesma forma indiscriminada com que o BEMFAM distribuía anticoncepcionais às mulheres das camadas populares, as militantes do *Brasil Mulher* aconselharam suas leitoras a jogarem fora suas cartelas anticoncepcionais sem, no entanto, discutir outras formas de contracepção na mesma matéria. Posteriormente, em outros números e matérias sobre os anticoncepcionais, as militantes do *Brasil Mulher* problematizaram o uso indiscriminado dos contraceptivos hormonais sem o acompanhamento médico, e sua contra-indicação devido aos seus efeitos colaterais.³¹⁶

³¹³ Ibidem. p.248.

³¹⁴ “A política internacional encontrou no governo brasileiro daquele período um debate impreciso, onde dois blocos de opinião, que só se concretizaram politicamente a partir da década de sessenta, confrontavam-se entre antinatalistas e anticontrolistas. Os primeiros reivindicavam para o Brasil um projeto de desenvolvimento, considerando a redução da natalidade parâmetro de país desenvolvido. Para este grupo a culpa dos problemas sociais estaria na alta taxa de fecundidade da população. Já os anticontrolistas defendiam que o Brasil, para tornar-se um país desenvolvido, necessitaria ocupar todo o seu território, ou seja, os problemas não estariam relacionados com o número de pessoas. A Igreja e principalmente os militares representavam esta concepção geopolítica.” Souza, Aujôr Junior. A política demográfica da Igreja Católica e da medicalização da contracepção (1960- 1980). Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. p. 21.

³¹⁵ “Surgiram programas de governo direcionados ao controle da natalidade, como o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, Prev-Saúde e Pró-Família. A BEMFAM (Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar) é um exemplo da atuação de entidades privadas nesse controle, organizada em 1965 por médicos ginecologistas e obstetras”. Ibidem. p. 21.

³¹⁶ Veja especialmente: Pílulas Solução: devemos jogar nossas pílulas fora? *Brasil Mulher*. Ano 1, nº3, 1976, p.6 – 7; Continuamos nascendo. *Brasil Mulher*. Ano 1, nº 4, 1976.p.6; Editorial. *Brasil Mulher*. Ano 2, nº 8, agosto 1977.p.2; O planejamento familiar da miséria. *Brasil Mulher*. Ano 2, nº7, junho 1977; Pílulas: o risco que correm 80 mil mulheres. *Brasil Mulher*. Ano 2, nº 8, agosto 1977.p.6.

No Brasil, em 1970, foram “vendidas 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais e, em 1980, esse número subiu para 40,9 milhões, boa parte foi consumida pelas mulheres da camada média.”³¹⁷ Enquanto as mulheres da classe média optavam em usar ou não os anticoncepcionais hormonais, as mulheres das “camadas populares, a partir de 1965, poderiam obter diferentes produtos contraceptivos de forma gratuita”³¹⁸, sendo esta uma das políticas de controle de natalidade adotadas pelo governo militar. Por sua vez, postura essa crítica pelas produtoras dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

A repercussão e debate sobre os anticoncepcionais hormonais também passou a fazer parte dos debates na imprensa nacional.

Na Folha de São Paulo de 1970, temos:

*“Um artigo publicado no British Medical Journal afirma que, embora não ocorra invariavelmente, o uso de anticoncepcionais por via oral pode induzir a sérios estados de depressão emocional, já se tendo registrado casos, inclusive, de mulheres que chegaram a tentar o suicídio”.*³¹⁹

Em outra denúncia, a revista *Manchete* trouxe:

*“A pílula anticoncepcional está mais uma vez sob acusações. Agora ela é acusada de criar o risco de ataques cardíacos entre as mulheres acima de trinta anos de idade e especialmente entre as que estão acima de quarenta anos. Anuncia-se, agora, a intenção das autoridades de emitir uma advertência sobre o uso das pílulas anticoncepcionais.”*³²⁰

As matérias da Folha de São Paulo e da revista *Manchete* procuram alertar sobre o uso dos anticoncepcionais hormonais. É bom salientar que, neste período, ainda não haviam sido estabelecidos os verdadeiros efeitos colaterais do uso das pílulas anticoncepcionais. Contudo, as produtoras do *Brasil Mulher*

³¹⁷ PEDRO, Joana Maria. Op. cit. 2002, p. 248.

³¹⁸ Ibidem. p.249.

³¹⁹ Pílula pode matar. *Folha de São Paulo*. Nº 8718 p. 05, São Paulo. 06/12/1970. Citado por: SOUZA, Aujôr, Junior. Op. Cit. p. 41.

³²⁰ Novos perigos da pílula. *Revista Manchete*. 1975. Citado por: Aujôr Junior. Ibidem. p. 41.

indiscriminadamente aconselharam suas leitoras a jogarem fora suas pílulas, devido aos perigosos efeitos colaterais daquele medicamento.

Aliada a essa preocupação com a saúde da mulher, o editorial de número oito do *Brasil Mulher* criticava a o programa do governo militar para o controle de natalidade.

*“O governo está implantando o programa de prevenção à gravidez de alto risco, que na verdade é o controle da natalidade. Se o objetivo desse programa fosse evitar a morte de mães e filhos durante a gravidez ou logo após o parto, o caminho a ser seguido seria o aumento da assistência médica gratuita à população. Porque, o que põem em risco a vida da mulher não é a gravidez e sim as péssimas condições de vida e falta de assistência médica”*³²¹

Com a leitura desse editorial e de outras matérias deste jornal, encontramos o deslocamento da questão da gravidez ou dos anticoncepcionais hormonais para as questões sociais como má distribuição de renda, falta de assistência médica, subnutrição, etc.

As militantes deste jornal produziam matérias e argumentos baseados no posicionamento contra o patriarcado, alertando contra os efeitos colaterais causados pelo uso indiscriminado de anticoncepcionais hormonais e, também, criticando o BEMFAM, porém, em nenhum momento este jornal desvencilhou o uso das pílulas das perspectivas da procriação, problematizando, por exemplo, a possibilidade de liberdade sexual também para a mulher. Fica evidente como foram construídas as argumentações em torno deste assunto, sua clara posição em relação às questões sociais, firmando suas reivindicações na busca da emancipação humana.³²² Essa postura é reforçada, por exemplo, na história em quadrinhos vista a seguir:

³²¹ Editorial. *Brasil Mulher*. ano 2, nº 8, São Paulo, agosto 1977.p.2.

³²² Uma outra forma ponderada de criticar essa postura de controle de natalidade foi observada no Centro da Mulher Brasileira, do Rio de Janeiro. Esse grupo procurou denunciar o programa de “Prevenção da gravidez de alto risco”, procurou informar às mulheres como usar anticoncepcionais, e procurou orientar a mulher sobre o

Devido a esse posicionamento claro das questões sociais na busca da emancipação humana, o Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris³²³ enviou às editoras do *Brasil Mulher* uma carta³²⁴ que expressava as seguintes colocações:

*“Questões chaves: a mulher deve dispor de seu corpo? Deve ter o direito de não ter filhos se não quiser? Deve ter acesso à contracepção e ao aborto livres? Deve reivindicar a gratuidade desses meios? São todas questões não respondidas e, o pior, que nem sequer foram colocadas.”*³²⁵

Por sua vez, o Círculo de Mulheres de Paris procurava discutir esses assuntos como sendo de lutas específicas, ou seja, pensados não só como questões sociais, mas primordial e primeiramente a partir da problemática feminina.

A crítica tecida pelo Círculo de Mulheres de Paris trazia os contornos não só das influências do movimento feminista francês, mas também dos movimentos contestatórios do fim da década de 1960. Do movimento de estudantes e trabalhadores franceses de maio de 1968 foram expressas as mais significativas reivindicações de idéias da “onda libertária” conhecida também como contracultura. “A luta contra as relações autoritárias e contra o tradicionalismo presentes na vida familiar, nas relações entre pais e filhos ou entre homens e mulheres, tornou-se tema de debate no meio estudantil e nas grandes cidades francesas”.³²⁶ Em Paris, em meio às idéias de vanguarda e de liberdade,” mas que ainda era prisioneira dos velhos preconceitos”,³²⁷ falava-se de “marxismo, revolução, proletariado mas continuava-se a viver a sexualidade dentro de modelos autoritários e cerceadores da

³²³ “O Círculo de mulheres de Paris (1976 – 1979) foi formado por mulheres que se exilaram na França entre 1964 e 1979, após p golpe que instituiu uma ditadura militar”. PEDRO, Joana Maria. Op. cit. 2002.

³²⁴ “Companheiras do Brasil Mulher: Esse conjunto de documentos que enviamos é fruto da discussão que tivemos sobre 10 números do BM (...) Achamos que o apoio a vocês é um dos nossos objetivos fundamentais. Mas ele deve ser crítico, a fim de que possamos aprofundar as questões do movimento feminista internacional e brasileiro.” Controle da natalidade: incoerência do BM? *Brasil Mulher*. Ano 3. n.13. São Paulo, 1978. p. 15.

³²⁵ Idem. p. 15.

³²⁶ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História), PUC- SP, São Paulo, 2004. p 145.

³²⁷ BRUCKNER, Pascal. Cena 2. A revolução sexual: gozemos sem entraves!. In SIMONNET, Dominique et alii, *A mais bela história de amor: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003. p.149.

liberdade dos indivíduos.”³²⁸ A respeito da importância da sexualidade, Roselane Neckel, citando Bruckner, resume:

*”No Movimento anti-autoritário, anti-tradicionista, a liberdade sexual agiu como um farol, como instrumento da medida da mudança em curso. A sexualidade estava agora incluída num movimento que buscava fabricar um mundo novo, onde o sujeito amoroso podia se imaginar vagueando entre seus desejos sem freios nem penalidades.”*³²⁹

Segundo Roselane Neckel, no fim da década de 1960, “nas universidades francesas, as pessoas liam as teorias sobre sexualidade de Sigmund Freud que não era partidário da libertação sem entraves da libido, mas liam sobretudo Wilhelm Reich.”³³⁰ Neckel entrecruza as leituras de Freud e Reich³³¹, para analisar o discurso sobre sexualidade em algumas revistas nacionais³³², e afirma:

*“Que a linguagem midiática publicizou, levou à discussão pública e reforçou a liberação da energia sexual dos indivíduos e outras questões problematizadas por ele e pelo movimento conhecido como revolução sexual pelo menos nos grandes centros urbanos em que foram distribuídas as revistas.”*³³³

Ainda segundo Neckel, as revista “colocaram à disposição do leitor informações que tornaram cada vez mais pública a solução dos problemas relacionados à vida sexual e emocional dos indivíduos.”³³⁴ Essas conclusões nos ajudam a perceber e visualizar que órgãos “da grande imprensa” tratavam do assunto, e foram importantes na divulgação de novas perspectivas sobre

³²⁸ NECKEL, Roselane. Op. Cit. 2004. p 145.

³²⁹ NECKEL, Roselane. Ibidem.

³³⁰ Sobre o assunto ver: NECKEL, Roselane. Publica vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese de doutorado. São Paulo: PUC - SP 2004. p. 146.

³³¹ “De acordo com Reich, toda revolução que não levasse em consideração as relações de dominação existentes na esfera privada estaria fadada ao fracasso. A importância da constituição do que Reich conceituou como uma nova “economia sexual” foi a problematização das relações autoritárias entre homens e mulheres e da” repressão” da sexualidade feminina.” NECKEL, Roselane. Ibidem. p. 147.

³³² Ele Ela, Nova, Claudia, Pis & Filhos, Homem, Playboy e Homem - a revista da playboy, entre os anos de 1969 - 1979.

³³³ NECKEL, Roselane. Ibidem. p. 148-149.

³³⁴ NECKEL, Roselane. Ibidem. p.249.

sexualidade, no entanto, nas revistas nacionais, as “orientações não eram tão explícitas como nos manuais.”³³⁵

Dentro dessa perspectiva, em *Nós Mulheres*³³⁶, em pelo menos um de seus artigos, suas produtoras problematizaram o uso do anticoncepcional como forma de possibilitar a liberdade sexual sem o temor da gravidez indesejada.

O artigo começa contestando o “destino natural” da mulher, ou seja, o que era pensado como forma de felicidade para a mulher.

*“Nos casarmos, termos muitos filhos e seremos muito felizes, como nas estórias de fadas. Pelo menos é esse o destino que todos dizem ser o melhor para a mulher: casar e ter filhos. E é a isso também que fica reduzida, na maior parte dos casos, a vida sexual das mulheres: agradar ao marido e procriar. No entanto, a sexualidade é muito mais do que isso: é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e de ampliação da afetividade. Infelizmente, porém, nem todas as mulheres conseguem usufruir de seu corpo, pois são, muitas vezes, usadas de forma brutal como objeto sexual do marido, ou então tratadas como meras máquinas de parir filhos. Quando a mulher pode dominar seu corpo pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina. Para as mulheres, agora, ficou mais fácil escolher se desejam ou não ter filhos e, desta maneira, amar sem temor da gravidez indesejada.. (...) O progresso dos anticoncepcionais corresponde, pois, a uma necessidade permanente da sexualidade realmente livre. Além disso, outros passos importantes precisam ser dados: É preciso destruir os preconceitos: é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento de prazer do outro, mas como fonte de prazer para ambos os sexos: é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres.”*³³⁷

As produtoras de *Nós Mulheres* avançaram ao pensar a sexualidade não pelo ato sexual, mas pela importância do conhecimento sobre o corpo para a sexualidade feminina, mesmo que de forma indireta o artigo saliente os avanços com o uso dos

³³⁵ NECKEL, Roselane. Ibidem. p.245.

³³⁶ Da mesma forma como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* problematizou a gratuidade e o uso indiscriminado dos anticoncepcionais hormonais, como ainda denunciou a esterilização de mulheres, em diferentes regiões do país, como forma de controle de natalidade. Por essa razão, escolhemos trabalhar, no *Nós Mulheres*, o debate sobre a liberdade sexual da mulher. Pílulas quem pediu? *Nós Mulheres*. nº 8, junho / julho de 1978. s./p.

³³⁷ Sexo: pecado para as mulheres. *Nós Mulheres*. n.6. São Paulo, ago./set. 1977. s./p.

anticoncepcionais, pois cabe à mulher seu controle. Essa nova perspectiva de contracepção dissocia o sexo da procriação, e problematiza a sexualidade como forma de prazer tanto para a mulher como para o homem. Essa perspectiva rompe com o tabu de falar sobre sexo, sobre a problemática e subjetividade feminina.

Esse debate acerca da liberdade sexual feminina foi importante para o questionamento de padrões e normas consideradas pela sociedade como únicas e verdadeiras. Nos anos 1950, encontramos a seguinte expressão dos papéis femininos e masculinos:

*“Na família dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher tradicional ideal era definida a partir de papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional.”*³³⁸

O uso da pílula anticoncepcional permitiu romper com essas normas sociais, pois a pílula possibilitou mudanças relevantes na maneira de viver das mulheres, ou seja, exercer por si mesmas o controle da procriação. Por outro lado, criou-se a possibilidade de relações amorosas desvinculadas da maternidade. A mulher em relação ao seu corpo está livre do medo da gravidez indesejada, o corpo feminino não representa mais somente o corpo da mãe, ou o corpo para o marido. Com essa mudança a mulher passa a ter autonomia sobre ele.³³⁹

De forma tímida, as produtoras desses jornais questionaram o uso dos anticoncepcionais hormonais. Percebemos que o *Brasil Mulher*, por exemplo,

³³⁸ “Mulheres dos Anos Dourados”. In: PRIORY, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.p.608.

³³⁹ RIBEIRO, Mariska. É preciso escutar o corpo. In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro:Editora Marco Zero. 1981.p.153.

restringiu sua problemática a partir da visão ideológica da esquerda do país. O *Nós Mulheres* problematizou o assunto também a partir desta perspectiva, porém, enriqueceu o debate quando discutiu o uso da pílula como possibilidade de relações sexuais seguras, sem o medo da procriação. Mas, segundo Joana Pedro, esse debate foi mais intenso em outros países:

“Para as mulheres da França, assim como as de outros países ditos desenvolvidos – as quais poderiam usufruir de sua cidadania –, a possibilidade de controlar a reprodução foi um dado muito importante na busca de autonomia e dos direitos reprodutivos. Assim além do direito à educação, ao salário por trabalho igual, direitos políticos, etc., as mulheres reivindicaram contraceptivos. A pílula anticoncepcional significava livrar-se do controle masculino da procriação (...) no uso da camisinha. As pílulas sempre poderiam ser tomadas às escondidas, seja dos pais, seja do marido, seja do amante.”³⁴⁰

Sob essa perspectiva apontada por Joana Pedro e as críticas do Círculo de Mulheres de Paris e mais com o debate sobre sexualidade que crescia em algumas partes do mundo, percebemos que as militantes dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* optaram por seguir a linguagem prevaiente da esquerda política encontrada no país. Essa posição fica clara quando, de forma constante, esses jornais criticam o programa de política demográfica implantado no país, já que a problemática em torno dos anticoncepcionais hormonais esteve mais ligada a isso do que à possibilidade de liberdade sexual ou como forma de evitar a gravidez indesejada.

Mesmo que os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* tenham sido contra a distribuição indiscriminada de anticoncepcionais hormonais devido a intenções políticas, é preciso salientar que eles, juntamente com o *Mulherio*, realizaram uma importante campanha sobre métodos contraceptivos.

³⁴⁰ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. 2002. p.252.

Segundo Margareth Rago, as questões do mundo privado, da subjetividade, da sexualidade, das linguagens corporais ganharam visibilidade tanto na prática cotidiana dos grupos feministas, quanto nos debates acadêmicos. O distanciamento do discurso marxista masculino facilitou a incorporação de temas-tabu como os referentes aos sentimentos, às emoções, à sexualidade.³⁴¹ *Mulherio*, por sua vez, enriqueceu o debate acerca do corpo feminino. O corpo, a beleza, a estética passaram a fazer parte das discussões do feminismo presentes nesse jornal, “sem, contudo, significar uma adesão acrítica aos ideais de beleza veiculados pela mídia. Muito ao contrário, passavam neste caso específico a compor as discussões relativas à saúde, vista agora numa perspectiva muito mais abrangente.”³⁴²

*“Assim, humanamente, a mulher é corpo e, portanto animalidade (por isso se diz que ela é “instintiva” mais “sensível”, mais “intuitiva” do que o homem) e culturalmente é espelho de anseios e de angústias masculinas (o símbolo da castração). Sexualizada ao máximo e deserotizada ao máximo (não se diz por aí que a mulher “não tem desejo”?), corpo produtivo (procriada) e instrumental (trabalhadora que reproduz relações sociais), a mulher é definida como um ser a meio caminho entre a natureza e a cultura e por isso o espaço próprio de sua vida é a família, elo entre a existência natural e a cultura.”*³⁴³

Reconhecer e questionar essas construções históricas e sentidos dados ao corpo da mulher proporciona seu deslocamento do mundo da subordinação e opressão para o mundo da libertação.

Em outro artigo, “Este corpo é meu”, mostra o caráter da luta pelo corpo que prossegue com a seguinte denúncia:

³⁴¹ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>

³⁴² RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.p38.

³⁴³ CHAUI, Marilena. Em torno da política do corpo. *Mulherio*. Ano 2. n.6. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, mar./abr. 1982. p. 8 - 9.

*“O corpo da mulher sempre teve muitos donos, que dizem o que pode e o que não pode, o que é proibido.”*³⁴⁴

Passaram a questionar o “poder disciplinar”, as ações normativas³⁴⁵ sobre o corpo e a subjetividade feminina, assuntos que passam a ser criticados e repensados.

*“Nada de rugas, estrias, acúmulo de gordura. Nada que indique que somos vivas. Os padrões de beleza exigem que nosso corpo se enquadre dentro de um contorno-padrão, custe o que custar – regimes torturantes para emagrecer, mutilações chamadas operações plásticas, sessões contínuas nos prósperos institutos de fisioterapia. Beleza é fundamental, sim. Mas é essa beleza que queremos?”*³⁴⁶

As produtoras do *Mulherio* procuraram projetar um novo olhar sobre o corpo da mulher, primeiramente sobre o corpo livre dos sentidos estéticos:

*“A maior beleza é a do corpo livre, desinibido em seu jeito próprio de ser, gracioso porque todo ser vivo é gracioso quando não vive oprimido e com medo. É a livre expressão de nossos humores, desejos e odores; é o fim da culpa e do medo que sentimos pela nossa sensualidade natural; e a conquista do direito e da coragem a uma vida afetiva mais satisfatória; é a liberdade, a ternura e a autoconfiança que nos tornarão belas. É essa a beleza fundamental.”*³⁴⁷

Uma das perspectivas do movimento feminista foi a preocupação com a saúde feminina: conhecer e ensinar sobre o funcionamento do corpo da mulher, como fez o conjunto de matérias *Nosso Corpo*, do *Brasil Mulher*. No entanto, para os grupos feministas dos anos 1980, a saúde e a sexualidade se tornaram prioridade no debate feminista. Entendem que o autoconhecimento sobre o corpo é primordial para o controle da reprodução e da sexualidade e ainda debatem os sentidos

³⁴⁴ Este Corpo é Meu. *Mulherio*. Ano 2. n.5. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982.p. 24.

³⁴⁵ Parto do sentido expresso por Foucault: Os sentidos do mundo, assentados em valores e normas, expectativas e barreiras, definições e identidades, são assim constituídos em opinião pública, ciência, religião, lei nas instâncias discursivas que regem e regulam a sociedade. FOUCAULT. Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. p.244

³⁴⁶ BECK, Leda. A beleza produzida. *Mulherio*. Ano 2. n.5. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982.p.11.

³⁴⁷ KEHL, Maria Rita. *Mulherio*. Ano 2. n.5. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jan./fev. 1982.p.14- 15.

estéticos do corpo rompendo com mistificações dos modelos de beleza e do monopólio do saber médico.³⁴⁸

A proposta do Mulherio foi, através do debate sobre o corpo, desmistificar antigas concepções sobre o corpo e a sexualidade feminina.³⁴⁹

“Sou noiva, 25 anos, e adiei a data do casamento. Tudo porque tenho o clitóris muito desenvolvido. Ele é bastante saliente, e os lábios da vagina não o cobrem, por isso, gostaria de saber se existe alguma operação que acabe com esse problema? Capricho responde: “Sim a operação para diminuir o tamanho do clitóris existe (...) é uma cirurgia relativamente simples, com resultados satisfatórios e sem complicações (...)”. Mulherio responde: Sim esta operação existe, ela foi inventada pelos médicos no século passado para ‘curar’ as manifestações da sexualidade feminina que fossem considerados desviantes dos rígidos padrões de comportamento imposto as mulheres daquela época. (...) Ao descobrirem que o clitóris é uma zona particularmente sensível do corpo feminino os médicos criaram no ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino. Masters Johnson, em suas pesquisas a respeito da sexualidade, mostraram que a remoção da extremidade do clitóris, que possui nervos ligados ao sistema nervoso geral do corpo, leva à perda da sensibilidade erótica da mulher e pode conduzir à frigidez nas relações sexuais. Quando as mulheres começam a discutir sobre seu corpo, a partir de suas próprias experiências, e não mais guiadas pelos manuais do médico ginecologista, a redescoberta do clitóris como fonte de prazer foi uma conquista importante. Outra foi a aprendizagem de que o clitóris é parte da anatomia feminina e pode variar em tamanho de mulher para mulher – com varia o volume dos seios ou a largura dos quadris. Assim, o que se costuma chamar de “crescimento exagerado do clitóris” pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal.”³⁵⁰

Essa forma de pensar o corpo feminino trata a sexualidade não mais a partir da sexualidade masculina, mas também da feminina. Dentro desta perspectiva, nos Estados Unidos, entre outros estudos sobre sexualidade, foi lançado em 1976 o Relatório Hite, de Shere Hite³⁵¹, com depoimentos de mulheres americanas que mostraram sua insatisfação em relação a seus parceiros. No Brasil, o relatório Hite

³⁴⁸ Ainda na década de 1980 surgem vários grupos pequenos de mulheres que se reúnem para aprender a respeito do próprio corpo, sexualidade e saúde. Grupos como S.O.S. Corpo, S.O.S. Mulher, encontrados em diferentes cidades e estados. “A idéia é vencer essa barreira que existe, essa ignorância da mulher a respeito do próprio corpo. E não só vencer essa insegurança das mulheres quando elas procuram um médico – sabemos que os médicos não informam, não ensinam às mulheres o aspecto preventivo, não explicam a razão das doenças, dos corrimentos, das inseguranças, enfim, o que é a gravidez, etc.” BRANCO, Sandra. FREITAS, Ângela Teixeira. “A humanidade é filha da Mulher.” In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. p.143.

³⁴⁹ Um exemplo ilustrativo, mas que demonstra a postura sobre a sexualidade feminina, expressa no Mulherio, vem de uma comparação à resposta de uma pergunta enviada e respondida pela revista Capricho. Mariza Correia, do *Mulherio*, responde a mesma pergunta, porém sob uma outra ótica, a ótica feminina.

³⁵⁰ CORREA, Mariza, Em contraponto “Capricho” e “Mulherio”. *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n 1, maio – junho 1981. p. 14.

³⁵¹ Shere Hite fez doutorado no Departamento de História da Universidade de Columbia. HITE, Shere. *O relatório Hite. Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*. São Paulo: Difel, 1980.

esteve proibido até 1978 devido à ação da censura no período militar.³⁵² O relatório

Hite denunciou:

*“Quase todas as mulheres que responderam a este questionário foram educadas para serem “moças direitas”. E as que ainda estão vivendo com as famílias continuam sendo ensinadas a serem “moças direitas”. Continuam evitando que as moças pesquisem, explorem e descubram sua sexualidade, e as que tentam são consideradas “levianas”. Informam-se as moças na puberdade sob seus órgãos reprodutores e a menstruação, mas raramente falam de seus clitóris! A mensagem calada é a mesma de sempre, que a sexualidade feminina é ruim.”*³⁵³

Nesse sentido, Hite propôs um estudo que pensasse a sexualidade feminina:

*“Nunca se perguntou às mulheres como elas se sentem em relação ao sexo. Os pesquisadores, ao buscar “normas” estáticas, fazem as perguntas erradas – e via de regra acabam por dizer às mulheres como elas devem se sentir em vez de perguntar-lhes como se sentem. A sexualidade feminina tem sido vista essencialmente como resposta à sexualidade masculina e à relação sexual. Raramente se reconhece o fato de que não se limita à contrapartida lógica daquilo que julgamos ser a sexualidade feminina.”*³⁵⁴

O prazer e a sexualidade, problematizados e pensados desta forma, ampliam seus sentidos quando pensados também sob o ângulo feminino. “Isto implicava, no campo conceitual e teórico, a emergência de uma linguagem especificamente feminina e daquilo que se considerou como uma “epistemologia feminista”, suficientemente inovadora em suas conceitualizações e problematizações para apreender as diferenças”³⁵⁵.

Mulherio acrescentou ao debate feminista assuntos que antes foram escondidos ou mesmo recusados por outros jornais feministas, pois, para suas

³⁵² “Os motivos de sua proibição e posteriormente sua liberação, com a inclusão de uma tarja comunicando “venda proibida para menores de 18 anos”, são expressos pelos conteúdos dos inúmeros fragmentos escolhidos por Shere Hite, dos questionários respondidos, em 1974 e 1975, pelas mulheres americanas que apresentavam relatos minuciosos de suas “práticas sexuais”” Segundo a mesma autora, o Relatório Hite foi uma fonte inspiradora dos articulistas e redatores da revista que estudou para seu doutorado. NECKEL, Roselane. *Ibidem.* p.199.

³⁵³ HITE, Shere. *Ibidem.* p.356.

³⁵⁴ HITE, Shere. *Idem.*

³⁵⁵ RAGO, Op. Cit. 1994- 1996. p. 37.

redatoras, o “direito ao prazer e ao corpo também era entendido como um dos fatores para a autonomia” da mulher. O movimento feminista acreditava que a emancipação da mulher dependia muito do conhecimento do seu próprio corpo para decidir sobre ele.³⁵⁶

No entanto, Maria Rita Kehl alertou:

"A dupla moral sexual nos oprimia, mas num primeiro momento só conseguimos desfazê-la adotando a moral masculina. É claro, saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor (mas eu não disse que o opressor é simplesmente o macho, o ser masculino) e tentando igualar-nos a ele. Tentamos ser fáticas. 'Se ele pode, eu também posso'. Conseguimos nos libertar da obrigatoriedade do casamento como condição para o prazer, mas com isso perdemos também o que havia de mais íntegro em nós, aquilo que a mulher tem para ensinar ao homem se quiser a integração entre a sexualidade e a afetividade, entre a opressão do desejo e a expressão da carência, entre a possibilidade do orgasmo e a possibilidade da sexualidade. (...) Assim, tentamos crescer e nos colocar em pé de igualdade com o homem, assumindo as posturas, as mentiras, os símbolos e o teatro da sexualidade dominada pela ótica masculina. Pobres de nossas subjetividades: vamos para a cama e não encontramos mais nada lá. Às vezes nos flagro, mulheres, fazendo sexo como fazem os homens."³⁵⁷

Neste sentido, percebemos que alguns silêncios e mitos acerca do corpo da mulher, como também sobre sua sexualidade, foram rompidos principalmente nas décadas de maior expressão do feminismo em todo o mundo. Em nossos jornais, esse debate esteve mais presente em *Mulherio*, talvez devido aos fundamentos teóricos acerca do que acreditou e quis problematizar a partir do feminismo. Da mesma forma que o corpo e a sexualidade feminina foram considerados temas-tabu nesse período, o aborto também o foi, mas isso não significa que não fosse praticado por mulheres das diferentes camadas sociais, ou que tais assuntos fossem debatidos em nossos jornais.

³⁵⁶ MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.p. 61.

³⁵⁷ KEHL, Maria Rita. Imitação da liberdade. *Mulherio*. Ano 1, n. 04. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. - dez. 1981. p. 24.

O aborto no Brasil³⁵⁸ só é “permitido em caso de estupro e risco para a vida da mãe. O Código Penal de 1940, ainda em vigor, prevê: prisão, de um a três anos, quando se provocar o próprio aborto; detenção de um a quatro anos, quando se provoca o aborto com consentimento da gestante; prisão de três a doze anos, quando for provocado sem o consentimento.”³⁵⁹

Outra perspectiva importante quando se fala de aborto e sexualidade é a da Igreja Católica que sempre teve posicionamento firme e repressivo sobre esses dois assuntos. Danda Prado em seu estudo sobre aborto explica:

*“Em 1917 a Igreja Católica declarou que uma mulher e todos os que com ela se acumpliciassem deveriam receber a excomunhão pelo pecado do aborto - isso significava que lhe seriam negados todos os sacramentos e sua comunicação com a Igreja. - Hoje a Igreja católica reafirma suas posições relativas à vida sexual de seus fiéis, analisando-a, dentro de um contexto global, com absoluta coerência. Assim pune a busca de qualquer forma de prazer sexual fora das relações homem/mulher (masturbação, homossexualismo); reafirma que a vida sexual entre homem e mulher só deve existir após o matrimônio religioso; que o emprego de métodos anticoncepcionais artificiais é condenado (a castidade sendo vista como método natural) e, finalmente condena as manipulações e experiências científicas com inseminação artificial.”*³⁶⁰

A condenação do aborto através da legislação e de crenças religiosas não deixa de expressar o controle sobre a sexualidade e o corpo da mulher. Isto se alia, como já foi visto neste capítulo, às formas de controle político e religioso ao longo da história.

Em meio às normas que regulam a sociedade, como a legislação e as concepções religiosas a cerca da sexualidade e do aborto. encontram-se dois

³⁵⁸ O Código penal de 1830 já considerava as práticas abortivas crime, mas não punia o auto-aborto. O Código Penal de 1890 passa também a punir o auto-aborto. PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade, 2003.p.30.

³⁵⁹ PEDRO, Joana Maria. Entre a ameaça da ‘bamba populacional’ e a emancipação do corpo das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970)”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002. p. 255.

³⁶⁰ Além da Igreja Católica, a autora trata da questão do aborto em outras religiões. PRADO, Danda. *O que é o aborto*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 63.

grupos de opiniões diferentes: no primeiro, está o “movimento pelo direito à vida – que deseja a criminalização do aborto voluntário, tal como existe”³⁶¹; no segundo, está o movimento de mulheres que reivindicam serem encaradas em prioridade como pessoas, como “cidadãs dentro da sociedade, e em segundo lugar como potenciais gestantes. Reivindicam em decorrência que aquelas que desejarem gestar filhos, contribuindo assim para a reprodução da coletividade, recebam de seu grupo social amplo apoio em todos os sentidos”.³⁶²

Por um lado o “direito à vida” considera que o “corpo da mulher grávida já não mais lhe pertence, mas sim à criança que vai nascer”, ou à sociedade. Por outro lado, no “direito ao próprio corpo”, as feministas adeptas do “direito à livre escolha” afirmam que, enquanto o “feto não for capaz de prosseguir em seu desenvolvimento fora do útero materno, a vida da mãe é prioritária”.³⁶³

Recorrer ao aborto representa evitar o nascimento não desejado. No período de existência desses jornais, uma das argumentações dos grupos feministas se pautava principalmente pela desinformação sobre a sexualidade e sobre os mecanismos de reprodução. Por ser considerada um tabu, essa falta de conhecimentos dificulta aos jovens de qualquer classe social a obtenção de informações junto a adultos, a médicos ou professores.³⁶⁴

Seguindo as bases feministas, Danda Prado destaca:

“As mulheres são ideológica e culturalmente educadas para se casar e ter filhos, como o objetivo máximo a ser alcançado. Isso está escrito sob todas as formas na educação, no lazer, nos meios de comunicação que a rodeiam. As barreiras à contracepção e à proibição do aborto são apenas formas mais extremas utilizadas

³⁶¹ Ibidem. p.78.

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem . p. 75.

³⁶⁴ Ibidem. p. 28.

no intuito de obrigar as mulheres a terem crianças e a culpabilizá-las por recusarem esse destino”³⁶⁵

Devido à prática do aborto ser ilegal, a mulher não tem poder de escolha sobre método, médico ou hospital e sofre com a ausência de anestesia.³⁶⁶

Realizado em clínicas clandestinas, ou em casa com métodos amadores, na maioria das vezes em condições precárias de higiene, a situação da mulher se agrava. O *Brasil Mulher*, em uma matéria sobre aborto, alertou:

*“Em 1976 foram feitos 1,5 milhões de abortos ilegais no Brasil Aqui, morre-se quatro vezes mais de aborto do que de parto.”*³⁶⁷

O jornal ainda denuncia que, na hora de procurar emprego, na maioria das vezes, a mulher é rejeitada pelo fato de ser mãe ou de estar grávida. Segundo o jornal, a falta de informações sobre anticoncepcionais mais seguros e eficazes é fator importante no número de abortos provocados, segundo uma pesquisa realizada nos centros de saúde da periferia de Osasco, no estado de São Paulo.

*“Essa desinformação é causada, principalmente, porque às mulheres brasileiras não é dada nenhuma informação ou formação sexual e são poucas as que têm condições financeiras para freqüentar um médico ginecologista que possa orientá-las sobre o método anticoncepcional mais adequado para seu organismo.”*³⁶⁸

De um lado a tradição do segredo, do escondido, não se fala em público sobre menstruação feminina, não se reclama de cólicas menstruais - são os silêncios dos corpos femininos. De outro lado, o conhecimento negado pela falta de educação sexual, pela falta de atendimento médico especializado a todas as mulheres.³⁶⁹ O silêncio não cessa. Na remediação sem qualquer recurso, mais uma vez silêncio. Na maioria das vezes o aborto é realizado em casa, com a ajuda de

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Ibidem. p.7.

³⁶⁷ No Brasil, o aborto é proibido, mas acontece. *Brasil Mulher*. Ano 3. n.13. São Paulo, 1978. p. 4.

³⁶⁸ Ibidem.

³⁶⁹ PERROT, Michelle. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

uma amiga, ou em clínicas clandestinas. “Como as sondas abortivas, agulhas de crochê e tricô, chás das mais variadas ervas. Esses métodos provocam sérios danos à saúde da mulher, além de, muitas vezes, levar à esterilidade e até mesmo à morte.”³⁷⁰

Ainda segundo o *Brasil Mulher*, os números sobre a prática de aborto no Brasil não representam a realidade, pois:

*“O número de abortos praticados em nosso país apresentados pela UNESCO – 2,5 milhões anualmente, está longe da realidade brasileira, porque não há condições ou meios de se levantar dados estatísticos corretos, pois a grande maioria é feito na clandestinidade.”*³⁷¹

A argumentação sobre o aborto usada pelos jornais foi no sentido de que essa prática fosse descriminalizada devido à alta taxa de mortalidade, pois, até então, os anticoncepcionais hormonais administrados ainda não eram totalmente confiáveis, comprometendo a saúde da mulher.

A partir desta perspectiva, foi destaque o projeto de lei do deputado João Mendez do Pará, apresentado à Câmara dos Deputados em 1975 e rediscutido no ano seguinte, em 1976:

*“Prevê a legalização do aborto no Brasil quando praticado nas primeiras 12 semanas de gravidez (3 meses) e nos casos de estupro e atentado violento ao pudor. Ele baseia seu projeto de lei em dados da UNESCO, no grande número de leitos hospitalares utilizados por mulheres vítimas de abortos mal feitos e na parte considerável do sangue consumido nos hospitais que destinam para estes casos.”*³⁷²

Esse projeto de lei tem a proposta de regulamentar o aborto. No entanto, as argumentações em torno deste projeto não partem das reivindicações femininas, mas sim de políticas públicas em torno de gastos do Estado com leitos médicos em hospitais. Essa diferença pode ser estabelecida em uma outra matéria do mesmo

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

jornal *Brasil Mulher*. “As mulheres italianas legalizam o aborto.”³⁷³ Essa matéria informa como diferentes movimentos de mulheres feministas desde 1971 se articularam para reivindicar a descriminalização do aborto. Em 1975, o projeto começou a ser debatido insistentemente, e foi aprovada pelo Senado, em 1978, a lei do aborto, que regulamenta a interrupção da gravidez. Diferente do projeto de lei brasileiro que partiu das argumentações sobre gastos públicos devido a abortos mal sucedidos, o projeto de lei italiano entendeu que era “importante o direito da mulher decidir quantos filhos quer ter.”³⁷⁴

Essa diferenciação entre os projetos de lei serve para entender a responsabilidade que a mulher tem em arcar com a gravidez indesejada. Essa questão precisa ser entendida como direito e não como gastos públicos.

Mulherio, como forma de problematizar o assunto, procurou informar sobre a legislação acerca do aborto em diferentes países, mostrando que essa era uma luta do feminismo em muitos países por onde ele se expandiu como movimento social.

³⁷⁵ Cita a prisão de mulheres, na Espanha, como exemplo da necessidade de se buscar a aprovação da lei do aborto:

“O coletivo de saúde de Sevilha, na Espanha, está solicitando às mulheres do mundo inteiro que enviem telegramas e cartas de protesto ao Ministério da Justiça Espanhol contra a prisão de mais duas mulheres detidas em Valencia, acusadas da prática de aborto. Em 16 de junho várias mulheres foram seriamente feridas pela polícia quando estavam fazendo uma manifestação contra o julgamento de 11 mulheres que praticaram aborto em Bilbao. 432 mulheres estão aguardando

³⁷³ As mulheres italianas legalizam o aborto *Brasil Mulher*. Ano 3. n.13. São Paulo, 1978. p. 5.

³⁷⁴ “Os pontos mais importantes dessa lei são: o aborto não deve ser considerado como um meio de controle de natalidade e será permitido para as maiores de 18 anos, nos primeiros 90 dias de gravidez (para as menores de idade a lei estabelece que seja solicitada a aprovação de quem exerce o pátrio poder ou a tutela. Depois dos 90 dias de gravidez, o aborto só é permitido em caso de sério perigo para a saúde física ou psíquica da mulher e quando suas condições econômicas, sociais e familiares não lhe garantam um parto e uma maternidade seguros.” Idem.

³⁷⁵ HIRATA, Helena. França, Miterrand e as mulheres. *Mulherio*. São Paulo, Ano 1, nº 2, jul./ago. 1981. p. 5. : Matéria sobre aborto no Inglaterra. Aborto e instrução. *Mulherio*. São Paulo. Ano 3, nº 12, mar./abr, 1983. p. 22.:Matéria sobre o aborto nos Estados Unidos, Primavera, Início de ação conjunta. *Mulherio*. São Paulo. Ano 3, nº 13, maio/jun. 1983. p. 9 -10.

*juízo em Sevilha pelo mesmo motivo, Se você quiser se manifestar, o endereço é Ministério da Justiça, San Bernardo, 45 Madrid 8, Espanha.*³⁷⁶

Neste exemplo da Espanha sobressai uma rede internacional do movimento feminista, mostrando a valorização da solidariedade entre mulheres de diferentes países, bem como as tensões em torno do assunto em outros países.

Mulherio, em uma matéria especial sobre as propostas feministas, traz as idéias e propostas de diferentes grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Destacamos aqui algumas de suas idéias:

*“Em São Paulo: Assegurar o atendimento integral às necessidades de saúde da mulher, em todas as fases de sua vida, através da criação, dentro de cada Centro ou Unidade de saúde, de um setor específico, incluindo o atendimento ginecológico e a prevenção do câncer. (...) Criação de um programa de planejamento familiar que garanta às mulheres e aos homens o conhecimento e o acesso a todos os métodos anticoncepcionais para que tenham o direito, livre e consciente, de controlar sua função reprodutora. (...) Aborto livre e gratuito para as mulheres que o desejarem quando não conseguirem evitar uma gravidez indesejada. Orientação à mulher para que o aborto não seja entendido como método contraceptivo. (...) Assistência adequada ao pré-natal, parto e pós-parto (...). Prestação de assistência médica e psicológica a mulheres espancadas e vítimas de estupro e violência sexual.”*³⁷⁷

A maioria das propostas de descriminalização do aborto entende-o como última forma de evitar a gravidez indesejada e reafirma que o aborto não é uma forma contraceptiva. As idéias e projetos dos grupos feministas do Rio de Janeiro vão no mesmo sentido expresso pelo grupo de São Paulo. Nota-se que, por trás da busca pelo direito ao aborto, o movimento feminista luta também por questões referentes à assistência médica à mulher, que denota uma situação ainda mais grave sobre o atendimento médico e psicológico fornecido à mulher nesse período.

³⁷⁶ Internacional. O aborto na Espanha. *Mulherio*. Ano 1, n.3. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./out. 1981. p. 23.

³⁷⁷ CASTILHO Inês. Propostas feministas. *Mulherio*. Ano 3, n.14. São Paulo: Fundação Carlos Chagas jun./ago. 1983. p. 5. (grifos nosso)

Mulherio deu forte destaque ao cobrir várias propostas e projetos de candidatas feministas que concorriam às eleições de 1982. Da leitura das opiniões dessas candidatas, encontram-se duas condutas: a primeira, que o aborto não fosse tratado como método anticoncepcional e sim como última solução para a gravidez indesejada; e a segunda, partilhada pelas candidatas Irede Cardoso e Combra Marques Porto que defendiam que o aborto não fosse mais entendido como crime pela legislação brasileira, ou seja, a sua descriminalização. Para percebermos melhor o que cada uma dessas posturas significa, vejamos os diferentes posicionamentos através das idéias das duas candidatas.

A posição da candidata feminista a vereadora em São Paulo pelo partido dos trabalhadores, Irede Cardoso, expressou o seguinte, referindo-se à descriminalização do aborto:³⁷⁸

*“Não sou a favor do aborto, mas a favor da sua descriminalização. (...) Como vereadora só vou poder colocar essa questão em discussão e acho que isso vai ajudar a vencer a lei no âmbito federal. Havendo entendimento médico para casos em que o aborto se torne necessário, o comportamento do médico com a paciente vai ser outro, vai haver uma instrução sobre o que se deve fazer quando se quer ter filho e quando não se quer ter.”*³⁷⁹

Por sua vez, a candidata Lélia Gonzalez declara:

*“Sou a favor da legalização do aborto porque a simples descriminalização não resolve o problema das mulheres de baixa renda, que continuarão sem assistência médica. No entanto, o Estado deve assumir a tarefa de conscientizar as mulheres sobre métodos contraceptivos, fornecendo-lhes assistência médica gratuita e de alto nível inclusive no caso de aborto.”*³⁸⁰

³⁷⁸ Política feminina. *Mulherio*. São Paulo. Ano 2, nº 9, set./out.1982. p. 4 -9.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Idem.

Estes dois posicionamentos sobre a questão do aborto refletem uma unanimidade: a urgência na informação sobre métodos contraceptivos e assistência médica especializada à mulher.

A discussão sobre aborto continua até chegar ao congresso na matéria “Congresso discutirá o aborto”, onde as produtoras de *Mulherio* apontam falhas no projeto:

“Alguns pontos têm gerado discussão e dúvidas. Por exemplo: por que a diferença de prazo para a realização do aborto em cada tipo de indicação? Por que a exigência do consentimento do marido nas indicações embriopática e social? Por que os hospitais particulares precisam ser especialmente autorizados? O que isso vai significar de complicação e impedimentos para a prática do aborto? E por que não estabelecer um prazo máximo para a realização do aborto após a primeira entrevista no serviço de orientação social e legal? Pois, em outros países, a protelação da realização do aborto acaba sendo uma forma de impedir sua efetivação” ³⁸¹.

As produtoras do *Mulherio* apontam como principais dúvidas, e até mesmo falhas, questões que trazem complicações e impedimentos para a realização do aborto como trâmites burocráticos, o que nos leva a pensar que novamente os projetos não são pensados a partir da mulher e de seu corpo.

As discussões sobre o assunto se expandiram com os debates para a Constituinte, divergências foram percebidas e ainda não era consenso se as feministas apresentariam ou não um projeto para descriminalização do aborto. Dois grupos de feministas se formaram: um, a favor, e outro, contra a apresentação de projeto na Constituinte.

O impasse maior se deveu ao temor de um retrocesso em casos que eram permitidos por lei. Segundo o próprio *Mulherio*, a reação só veio quando:

“Os projetos da Subcomissão da Família, do menor e do idoso, transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que foi realizado. Até mesmo

³⁸¹ Congresso discutirá o aborto. *Mulherio*. São Paulo, ano 6 n. 13, maio/jun. 1983. p. 8.

nos casos previstos pelo Atual Código Penal: gravidez resultado de estupro ou quando a gestante sofre risco de vida. A aprovação estabelecendo a subcomissão que a vida deve ser protegida desde a concepção.” ³⁸²

Mediante o temor do retrocesso, foi encaminhada em 1987, pelos grupos de mulheres do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, uma proposta em favor da legalização do aborto, que foi aprovada na bancada dos deputados, inclusive de grupos religiosos na Comissão Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher³⁸³. No entanto, a questão do aborto permaneceu inalterada na Constituição Federal aprovada em 1988.

Contudo, o debate acerca das “políticas do corpo” expressa em nossos jornais privilegiou principalmente a sexualidade, os métodos contraceptivos, o conhecimento sobre o próprio corpo. Mesmo sendo considerados “temas íntimos”, verdadeiros tabus, mostram-se atados a diferentes “instituições sociais” como crenças religiosas, ou ainda ao Estado, pela legislação vigente. O feminismo como movimento social problematizou e conseguiu desvencilhar o corpo da mulher de alguns desses controles. Por outro lado, nem todas as perspectivas sobre os controles sobre o corpo foram alcançadas, pois, ainda hoje no caso de uma gravidez indesejada, as mulheres são obrigadas a recorrer a métodos precários, com graves prejuízos à saúde.

Esse debate continua sendo problematizado e questionado não só pelos movimentos feministas, mas também por médicos e outros setores sociais, uma vez que a legislação sobre o aborto ainda é a mesma nos dias de hoje.

³⁸² Aborto momento de decisão. *Mulherio*. Ano 7, nº 30. São Paulo, julho 1987. p. 5 -7.

³⁸³ Idem.

Considerações finais

A circulação dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* foi um marco na história do feminismo brasileiro: cada jornal teve um modo específico de problematizar a questão feminina na sociedade sem, no entanto, deixar de vencer barreiras e tabus de sua época e abarcando, juntamente com os assuntos políticos e sociais, temas pouco discutidos ou mesmo negligenciados em outros meios de comunicação.

Duas concepções diferentes de feminismo ficaram expressas com a análise desses jornais: a primeira, envolvendo *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, que contribuíram principalmente ao inserir o debate feminista a partir também das camadas populares (donas de casa, trabalhadoras, etc.), trazendo assuntos que mostravam a urgência de mudanças sociais e econômicas para ambos os sexos. “Lutar no Brasil pela 'liberação das mulheres', no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as idéias, as propostas.”³⁸⁴

Foi notório como esses dois jornais elegeram principalmente as causas sociais como prioridades, baseados na concepção marxista-socialista de Revolução Social, através da qual procuraram provar que, em cada questão e problema de ordem social, era possível perceber também a questão feminina. A postura teórica do feminismo marxista-socialista procurou, de forma intencional, deixar para um segundo momento o debate acerca das questões específicas femininas.

³⁸⁴ PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo poderes e conflitos (1970-1980). *Revista História*. Vol.26. n.52. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso

Ainda nesses dois jornais, as restrições de direitos e liberdades sociais também foram alvo de críticas. Neste sentido, vários setores sociais formaram alianças como forma de criticar e resistir ao regime autoritário implantado no Brasil durante a década de 1960. É consenso na historiografia nacional o importante papel assumido pela Igreja Católica, como instituição independente, a dar tutela a vários setores sociais na luta contra a repressão. Em meio a essas alianças entre a Igreja Católica, movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e o movimento feminista, todos estes segmentos sociais caminharam em um único sentido, à crítica ao governo militar.

Não podemos perder de vista essas tensões sociais, quando olhamos ou analisamos outros assuntos específicos da luta feminista. Esses jornais optaram por caminhar junto a diferentes setores sociais, procurando, desta forma, não tratar profundamente assuntos como sexualidade e aborto. É importante frisar que não era essa a postura de todo o movimento feminista.

Por meio deles e também do *Mulherio*, acompanhamos o debate acerca da luta por creches. Este movimento traz algumas concepções de algumas militantes feministas que acreditam que o trabalho remunerado, no espaço público, é condição necessária, mas não suficiente para a libertação da mulher. Se por um lado a luta feminista por creches foi importante, pois contribuiu para ampliar o número de creches, permitindo que mais mulheres ocupassem uma atividade remunerada, por outro lado, Rosenberg, Campos e Pinto, concluem que a mobilização em torno das reivindicações por creche foi uma forma “usada para encobrir, temporariamente, divergências políticas fundamentais entre os grupos feministas, na medida em que possibilitava - naquele

momento – o desenvolvimento de uma estratégia comum: a mobilização das mulheres”³⁸⁵.

Entendemos essas alianças a partir da referência de tática e ação calculada de Michel de Certeau ³⁸⁶, que significa pensar que o movimento feminista não tinha outro caminho a não ser incorporar a suas reivindicações as lutas sociais do período, pois desta maneira teria visibilidade social para vincular seus ideais e reivindicações feministas específicas.

Resgatar o movimento feminista articulado a esses movimentos sociais na luta por creches não só recupera parte da sua trajetória de ação, mas principalmente as tensões vivenciadas por esses grupos feministas. Essas articulações foram táticas e as estratégias pensadas e vivenciadas na busca dos desejos e projetos feministas através da mobilização feminina. Por outro lado, por causa dessas tensões, afloraram contradições e diferentes formas de pensar o feminismo.

Com uma segunda concepção de feminismo, em contraponto à linguagem e postura dogmática seguida pelo *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, *Mulherio* procurou construir um jornal feminista diferente, através de uma nova linguagem, sem participar da mesma visão dos dois outros jornais - a da mulher como vítima do capitalismo e do patriarcado. *Mulherio* não só partiu de outra concepção teórica, procurando valorizar as experiências femininas, partiu também “para a afirmação do universo cultural feminino,

³⁸⁵ ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina Pahim. *Creche e pré-escolas*. São Paulo: Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. p. 19-20.

³⁸⁶ DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994..p. 100.

em todas as dimensões possíveis”³⁸⁷, procurando valorizar as experiências femininas, livres de estereótipos, para recuperar a mulher concreta.

Nesse momento procuramos dialogar com obras e respectivas autoras³⁸⁸ da historiografia nacional que procuram pensar a mulher não pressas a categorias abstratas e universais, mas sim, a partir de seus papéis informais nos “processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.”³⁸⁹

Os debates e problemáticas em torno das “políticas do corpo” que lutavam em favor dos direitos de reprodução, do prazer e da contracepção, foram trabalhados com muita dificuldade devido ao tabu em torno desses assuntos. Dentro dessa perspectiva, os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* por vezes pensaram os anticoncepcionais a partir principalmente da postura política da esquerda, em contraposição ao governo militar e aos programas internacionais de controle de natalidade.

Por outro lado, *Mulherio* acrescentou ao debate feminista assuntos que antes foram pensados para um segundo momento das reivindicações feministas. Para as redatoras do *Mulherio*, o “direito ao prazer e ao corpo também era entendido como um dos fatores para a autonomia” da mulher, pois o movimento feminista acreditava que a

³⁸⁷ RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996. p.37.

³⁸⁸ DIAS, Maria Odila L.da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. SP: Editora brasiliense, 1984.: MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1996. Idem. *Por uma História da Mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.: SOIHET, Rachel *Condição Feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989. Existe ainda uma extensa bibliografia destas e de outras autoras.

³⁸⁹ “Teoria e Método dos Estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 40.

emancipação da mulher dependia muito de seu conhecimento do próprio corpo para poder decidir sobre ele.³⁹⁰

Escolhemos pensar o feminismo da “segunda onda” principalmente através desses jornais, porém, outras falas e perspectivas sobre ele podem ser observadas em outros jornais, de diferentes regiões do país.

Uma coisa é consenso: a importância do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto um movimento social”.³⁹¹ Nas palavras de Margareth Rago:

*“O feminismo foi responsável por dar uma grande visibilidade às mulheres em todos os espaços da vida social, política e cultural, nas cidades e no campo, e inclusive no âmbito acadêmico, levando-nos a buscar sua presença nos inúmeros momentos da História.”*³⁹²

³⁹⁰MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996. p. 61.

³⁹¹HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 44.

³⁹²RAGO, Margareth. Op. Cit. .p. 17.

Arquivos consultados e Fontes

Jornais

Brasil Mulher. (Pesquisado no Cedec PUC/SP).

Mulherio. (Pesquisado na Biblioteca Ana Maria Poppovic, Fundação Carlos Chagas).
Também disponível em : <http://www.fcc.org.br/mulherio/capas2.html>

Nós Mulheres. (Pesquisado na Biblioteca Ana Maria Poppovic, Fundação Carlos Chagas).

Livros

ANASTASSALIS, Lea. CRUZ, Sílvia. "Pesquisa Saúde e Violência." Centro da Mulher Brasileira. In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.. 1981.

BORGES, Adélia. "Mulherio: um jornal feminista". *Revista Comunicação e Sociedade*. Ano IV. n.8. Rio de Janeiro: Cortez, 1982.

HITE, Shere. *O relatório Hite. Um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*. São Paulo: Difel, 1980.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Nobel, 1985.

MURARO, Rose Marie, "A percepção do corpo". In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro, 1981.

RIBEIRO, Mariska. È preciso escutar o corpo. In: Organizado pela equipe do Projeto INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 1981.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina Pahim. *Creche e pré-escolas*. São Paulo: Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Bibliografia

ALENCAR, José de. *Cinco Minutos*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1981

ALVAREZ, Sônia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru, SP: Edusp, 1999.

BARBERO, M. Jesus. *Ofício de cartógrafo, travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Dos Meios às Mediações. Comunicações, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BAERTHES. Roland. *O Rumo da linguagem*. Lisboa Portugal: Edições 70, 1984.

BASSANEZI, Carla. *Virando as Páginas, revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. "Mulheres dos Anos Dourados". In: PRIORY, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BERGER John: (Org). *Modos de Ver*. Portugal: Editora Lisboa, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ªed. Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BORDO, Susan. "O corpo e a reprodução da feminilidade - uma apropriação feminista de Foucault". In JAGGAR, Aliso M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

BORGES, Joana V. *Leituras feministas no Brasil e na Argentina: circulações e apropriações*. Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis 25 a 28 de Agosto 2008. P.4. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST45/Joana_Vieira_Borges_45.pdf

BRUCKNER, Pascal. Cena 2. A revolução sexual: gozemos sem entraves!. In SIMONNET, Dominique et alii, *A mais bela história de amor: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BUITONI, S, Dulcília. *A Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero, Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto 1988.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. "O Mundo como Representação". *Estudos Avançados*. Vol.5. n.11. São Paulo, jan./abr. 1991.

_____. "Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)". *Cadernos Pagu*. n.4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995.

CHAUÍ, Marilena. "Os trabalhos da memória. Apresentação". In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CEVASCO. Maria Elisa. *Para Ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra. 2001.

_____. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELO, Georges. *A História do corpo, as mutações do olhar*. Vol.3. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA, Mariza. "Em contraponto 'Capricho' e 'Mulherio' ". *Mulherio*. Ano 1. n.1. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio/junho 1981.

_____. "Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal". *Cadernos Pagu*. n.16. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta - periodismo e vida urbana em 1890-1915*. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". *Projeto História*. n.35. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2007.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Vol.1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. "Histórias de corpos". *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. "Teoria e Método dos Estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. "Nova subjetividade na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças". *Revista Estudos Feministas*. Vol.2. n.2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

_____. DIAS, Maria Odila L. da S. “Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea”. *Trabalhos da Memória*. n.17. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, 1998.

ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Vol.5. Porto: Afrontamento. 1991.

FARO, José Salvador. “O eixo da ordem familiar: visões da mulher”. In: FARO, José Salvador. *Revista Realidade - 1966-1968 - Tempo da Reportagem na imprensa brasileira*. Editora da ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

FÁVERI Marlene de. Questões para estudos de história, memória e gênero. *Revista Alcane*. nº 6, Itajaí: Univali, nov. 2001

FENELON Déia Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000.

FERREIRA, Verônica C. “Entre Emancipadas e Quimeras - Imagens do Feminismo no Brasil”. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade*. Vol.1. 7ª ed A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FUNCK, Susana B.; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discurso da mídia*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

GOLDBERG, Annette. "Feminismo no Brasil contemporâneo: O percurso intelectual de ideário político". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. n.28. Rio de Janeiro: ANPOCS; Vértice, 2º semestre de 1989.

GOLDENDERG, Mirian. *A Revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. "Um manifesto para cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". *Estudos Feministas*. n.1. Rio de Janeiro: CIEC/ ECO/ UFRJ, 1993.

HAUG, Frigga. "O novo movimento feminista". In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. "Feminismo em tempos pós-modernos". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KUCINSK, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2003.

LAQUESEUR, Thomas. *Inventando o sexo, corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do Gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. *Uma história do corpo na idade média*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LIMA, Cláudia Costa. "O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas". *Cadernos Pagu*. n.2. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. Projeto História*. n.35. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2007.

LIPOVETSHY, Gilles. *A terceira mulher*. São Paulo: Cia. Da Letras, 2000.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. Brasiliense, 1990.

LOURO, Guarcira Lopes. *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República - da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol.3. São Paulo: Cia. da Letras, 1998.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.

MARSON Melina I. *Da feminista "Macha" aos Homens sensíveis: O feminismo no Brasil e as descontrações das identidades Sexuais*. *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e Poder*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1996.(A)

_____. *Gênero: Trajetórias, impasse e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.(B).

_____. *Por uma História da Mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

_____. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Uduisc, 2002.

_____. “Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. (Orgs.) *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Persano Abreu, 1999.

MORAES, Maria L. Q. de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo, UNESP – Araraquara, 1990.

_____. “O feminismo e a vitória do neoliberalismo”. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

ODORISIO, Ginevra Conti. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Vol.1. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença. O feminino emergente*. São Paulo: Editora Brasiliense.

PEDRO, Joana Maria. “Entre a ameaça da ‘bamba populacional’ e a emancipação do corpo das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970)”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002.

_____. “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. (A)

_____. (Orgs.) *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade, 2003. (B).

_____. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *Revista História*. Vol.24. n.1. Franca, SP: Editora UNESP, 2005.(A). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>.

_____. Apresentação. In: DUARTE, Ana Rita F. *Carmen da Silva: O Feminismo na imprensa Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. (B).

_____. Narrativas fundadoras do feminismo poderes e conflitos (1970-1980). *Revista História*. Vol.26. n.52. São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso

PERROT, Michelle. "De Marianne a Lulu: as imagens da mulher". In: SANT'ANNA, Denise B. (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. "Os silêncios do corpo da mulher". In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. *Minha história de Mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.

PINTO, Céli Regina, J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Danda. *O que é o aborto*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. "As mulheres na historiografia brasileira". In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

_____. "Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil". *Cadernos AEL*. n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.

_____. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, Joana Maria (Org.). *Masculino e feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: http://www.nutead.uepg.br/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf.

_____. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>

_____. “Descobrimos historicamente o gênero”. *Cadernos Pagu*. n.11. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1998.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970 – 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes 1979.

SANTAELLA. Lúcia. *Produção de Linguagem e ideologia*. 2º edição revisada e ampliada. São Paulo. Cortez editora, 1996.

SANT`ANNA, Denise B. (org) *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. As infinitas descobertas do corpo. *Cadernos Pagu*. n.14. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 2001.

_____. Denise B. Ética e cultura corporal: do culto do corpo às condutas éticas. In: MIRANDA, Danilo. (Org.). *Ética e Cultura*. São Paulo: perspectiva, 2004.

SARTI, Cynthia A. “O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisando uma trajetória”. *Estudos Feministas*. Vol.12. n.2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, maio/agosto 2004.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. “Prefácio a *Gender and Politics of History*”. *Cadernos Pagu*. n.3 - Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994.

SHOHAT, Ella e STAM Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naif. 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. “O corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História*. n.25. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez. 2002.

_____. “A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX”. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

_____. “Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas”. In: SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora da PUC-Minas, 2005.

_____. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2006.

SWAIN, N, Tania. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas.” *História: Questões & debates*, Curitiba, UFPR, n. 34, 2001.

SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva do Couto G. (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora da PUC-Minas, 2005.

TAUNAY, Alfredo de. *Inocência*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1994.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON. E.P. *A Miséria da Teoria ou o planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. "Homoerotismo feminino e o Santo Ofício". In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

Dissertações e Teses

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas. Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda – Brasil - 1960-1980*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2007.

BELTRAMIM, Fabiana. *Sujeitos Iluminados: A reconstituição das experiências vividas no estúdio de Christiano Jr*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2009.

CAPELLARI, Alexandre Marcos. *O Discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos (c.1970)*. Tese (Doutorado em História Social), FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa – 1975-1979*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 2008.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA - Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004.

CASTRO, Ana Lúcia de. *Revistas Femininas: Aspectos históricos, Produção e usos sociais*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 1994.

_____. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, cultura de consumo e estilo de vida*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, Campinas - SP, 2001.

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), FBC - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GOLDBERG, Annette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

LEITE, C. S. Rosalina. *A imprensa feminista no pós-luta armada, jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2004.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MONTENEGRO, Maria Thereza Torres. *Uma ONG feminista: o Mulherio*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC-SP, São Paulo, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Família e feminismo: reflexão sobre os papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), FFLCH, USP, São Paulo, 1981.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História), PUC- SP, São Paulo, 2004.

NICHNIG, Claudia Regina. *Entre igualdades e diferenças: mudanças nas legislações referentes às mulheres (1975-1985)*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008.

PETERSEN, Janine. *Formação de Grupos feministas em Santa Catarina - Década de 1980*. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2006.

RAGO, Elisabeth J. *Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2005.

SCHWARTZ, Rosana Maria P. B. *Mulheres em Movimento - Movimento de Mulheres*. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2007.

SOUZA, Aujôr Junior. *A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960- 1980)*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)